



# Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



## GT 06

### **Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o bem viver na América Latina e no Caribe**

#### **Coordenadoras/es**

Dalva Mota (Embrapa) • Sabrina Nascimento (NAEA/UFPA)

Manoel Pereira de Andrade (NEA/CEAM/UNB) • Andrés Felipe Ortiz Gordillo (PPGSA/  
Universidade Colômbia) • Uriens Maximiliano Ravena Cañete (GEPREV)

Ementa: Nas últimas décadas governos nacionais, juntamente com grandes empresas, ampliaram seu campo de atuação e do avanço do capital com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento observando-se a instauração de conflitos na medida em que eles alcançam os territórios de camponeses, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores e povos indígenas. Organizados a partir de diferentes regimes de acesso aos recursos, dentre os quais, commons e áreas de reforma agrária, eles vivenciam a produção agroecológica em sistemas diversificados de produção e agroflorestais, e criar artesanatos e uma gama de produtos alimentares, utilitários, lúdicos e curativos a partir dos recursos locais. Os grandes projetos provocam impactos significativos sobre os seus territórios, os sistemas alimentares, os saberes, as relações de gênero e a segurança alimentar. De modo ampliado, as cidades têm seus mercados de abastecimentos subtraídos pela falta da produção familiar. Interessa ao GT analisar as novas formas de mobilização e de produção de processos coletivos de enfrentamento e de construção de alternativas, assim como, de narrativas visando garantir projetos de vida que assegurem o Bem Viver.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

**IMPACTOS DE POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E AVANÇO DO CAPITAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE ABAETETUBA/PA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS DE BEM VIVER**

Bianca Rodrigues da Silva<sup>1</sup> (PPGSS/UFGA)  
Marcel Theodoor Hazeu<sup>2</sup> (ICSA/PPGSS/UFGA)

**RESUMO:** A ofensiva capitalista que tem se feito imperativa à região amazônica vem atingindo desde o final do Século XX o município de Abaetetuba, nordeste paraense. O presente trabalho objetiva contribuir com a avaliação de impactos socioambientais oriundos de políticas desenvolvimentistas advindas do avanço do capital em territórios tradicionalmente ocupados do município, utilizando-se de indicadores sociais de Bem Viver para analisar o antes e depois da implantação de intervenções públicas e/ou privadas na região. Propõe-se ainda a servir como fonte de dados de resistência e testar as possibilidades da concepção de Bem Viver em indicadores sociais propostos para essa finalidade. Realizou-se observação participante e levantamento documental e bibliográfico de produções elaboradas em relação a territórios tradicionalmente ocupados. A existência e disponibilidade dessas produções guiou a escolha dos territórios focos de pesquisa, sendo eles os quilombolas Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba e África e o território agroextrativista do Pirocaba. Conclui-se que os indicadores de Bem Viver, que, assim como a concepção andino-amazônica que o inspira e que está em constante processo de aprimoramento, demonstraram-se mais adequados para abordar as profundas contradições vivenciadas localmente. Os indicadores convencionais têm sido utilizados para respaldar o Estado no aval ao desenvolvimentismo que expropria, espolia e violenta as populações locais, desconsiderando as expressões de Bem Viver, as quais são abordados dentro das especificidades do que cada povo demonstra como necessário à sua reprodução social e é secularmente vivenciada no território municipal.

**Palavras-chave:** Povos e comunidades tradicionais. Avanço Capitalista. Bem Viver. Abaetetuba. Amazônia.

## 1. INTRODUÇÃO

O município de Abaetetuba localiza-se no nordeste do Estado do Pará e integra a microrregião do Baixo Tocantins, dispõe de área territorial de 1.610,654 km e uma população de 158.188 habitantes (IBGE, 2022). O território delimita-se, segundo uma percepção dual, em urbano e rural, sendo o rural composto por “aproximadamente 49 colônias ligadas por ramais, estradas e o distrito de Vila de Beja, além de 72 ilhas que se interligam por furos, igarapés e rios” (Silva, 2021, p.36), o que, segundo IBGE, leva a uma identificação de 59% de área urbana e 41% de área rural (IBGE, 2010).

Por ser um município caracteristicamente de rios e floresta (Trindade Júnior, 2013) ela vincula-se à presença e modos de vida de povos e comunidades tradicionais que garantem a

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: Biancarodrigues1298@gmail.com

<sup>2</sup> Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: Celzeu@gmail.com

segurança alimentar de seus territórios e da cidade como um todo, dentre eles os territórios quilombolas Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba e África e o Território Agroextrativista do Pirocaba, focos desta pesquisa.

No entanto, nas últimas cinco décadas os territórios tradicionais em Abaetetuba vêm sofrendo com uma intensificação de uma ofensiva do capital fomentada via políticas desenvolvimentistas pelo Estado brasileiro e paraense. A partir de 1980, se instalou no município vizinho de Barcarena um complexo industrial-portuário de grande porte, com indústrias de beneficiamento e portos para exportação de minério e commodities do agronegócio. Este complexo continua em plena expansão desde sua criação e gerou inúmeros desastres e problemas socioambientais que se espalharam e atingiram também as comunidades abaetetubenses.

Mais recentemente, o município vive grandes transformações e conflitos pelo aumento de monoculturas de dendê, ameaça de anexação de portos e outros grandes empreendimentos para a infraestrutura logística do capital dentro do território municipal. Assim, para se aproximar e visibilizar as contradições expressas localmente, os indicadores sociais apresentam-se como uma importante estratégia, pois são considerados “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, utilizado a fim de substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato” (Jannuzzi, 2002).

Indicadores sociais surgiram amplamente estruturados no modelo de acumulação capitalista consolidado nos centros hegemônicos após o fim da Segunda Guerra Mundial, pautado sobremaneira no mito do desenvolvimento, o qual fora utilizado em 1949 pelo presidente dos Estados Unidos Harry Truman para afirmar que as áreas subdesenvolvidas deveriam correr pelo desenvolvimento, a fim de superar ou alcançar os países melhor desenvolvidos economicamente. De modo que o termo indicador social aparece como referência em 1966 nos EUA e é exportado para América Latina na tentativa de compreender as “disfunções sociais” do sistema (Santagada, 2007).

Após a reestruturação capitalista neoliberal do final do Século XX e as urgências sociais e político-econômicas, os indicadores sociais passaram a fazer parte do rol de preocupações dos governos, que aliaram qualidade de vida e bem-estar ao enfoque econômico como critério de demonstração do estado social de países, estados e municípios. Consequentemente, atrelaram-se ao planejamento estatal e a elaboração e avaliação de políticas públicas (Santagada, 2007).

Todavia, apesar da importante atualização, indicadores sociais convencionais apresentam limites ao abordar a sociobiodiversidade abaetetubense e basear o planejamento público municipal. Tendo em vista que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Abaetetuba é de 0,628 (IBGE, 2010), tido como médio, mas não está sendo utilizado para inspirar a compreensão das

dificuldades que a população ainda enfrenta, ao contrário, justifica que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 486/2016) fomente o etnocídio de povos e comunidades tradicionais em troca da anexação dos corredores capitalistas, afirmando que essa escolha “promoverá o desenvolvimento do município de Abaetetuba pela melhoria da qualidade de vida de seus habitantes” (Abaetetuba, 2016, p.1).

O PDDU apresenta o mesmo viés dos indicadores em seu surgimento e a ideia de Amazônia como fronteira de expansão que serve como fonte inesgotável de recursos naturais e humanos por supostamente viver o atraso (Porto-Gonçalves, 2017). À vista disso, há a necessidade de que sejam utilizadas categorias próprias das populações que historicamente constroem o município para tratar de suas problemáticas, entendendo que território não é um conceito meramente administrativo, mas dotado de sentido diverso, tanto em seu uso, quanto em sua ocupação, com especificidades ainda maiores em territórios tradicionais.

Nesse sentido, almejando aproximar-se dos processos sócio-históricos perpetrados na Amazônia e refletidos no município de Abaetetuba, o trabalho objetiva contribuir com a avaliação de impactos socioambientais oriundos de políticas desenvolvimentistas advindas do avanço do capital em territórios tradicionais do referido município, a qual foi desenvolvida por meio da análise do antes e depois da implantação de intervenções públicas e privadas nos territórios a partir de indicadores de Bem Viver. Com isto, intenta-se subsidiar uma fonte de dados de resistência para povos e comunidades tradicionais, além de prestar-se a testar o processo de aprofundamento da concepção de Bem Viver em indicadores sociais elaborados para essa finalidade, os quais poderão ser muito úteis no direcionamento de políticas públicas para a região, dado o acionamento de outras bases de conhecimento que podem ser aplicadas.

Os indicadores sociais de Bem Viver almejam através da descrição narrativa e análise crítica se relacionar ao bem-estar subjetivo e buscam “uma complementaridade entre aspectos subjetivos, objetivos e intersubjetividade” (Alcântara; Sampaio, 2020, p.78). Dessa forma, o que se considerada riqueza é abordado dentro das especificidades do que cada povo demonstra como necessário à sua reprodução social, de maneira pontuada, diversa, mas não universalizada. E, tal qual a concepção autogestionada que o inspira, confrontam a base colonial-capitalista do desenvolvimentismo desde sua matriz, pois o Bem Viver advém de valores, práticas e experiências dos povos andino-amazônidas que resistirem à colonização e continuam a apontar outros mundos possíveis (Acosta, 2016), elucidando de forma mais aprofundada as experiências socioeconômicas e ambientais que envolvem o contexto latino-americano.

A matriz de indicadores sociais utilizada para levantamento e análise dos dados baseou-se no sistema de indicadores de Bem Viver elaborado por Alcântara e Sampaio (2020), os quais podem ser classificados como composto, descritivo, objetivo e subjetivo, bem como qualitativos. Para sua operacionalização realizou-se levantamento documental e bibliográfico, tendo como prioridade documentos e produções acadêmicas elaboradas junto, a partir ou pelos habitantes dos territórios tradicionalmente ocupados e com foco no fator historicidade, para que fosse possível analisar a temporalidade dos impactos socioambientais ao Bem Viver das populações locais.

Sendo assim, dada a disponibilidade de documentos e textos definiu-se como foco de pesquisa os territórios quilombolas Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba e África e o território agroextrativista Pirocaba. Para análise na matriz estabeleceu-se a Supradimensão Social (Alcântara, Sampaio, 2020), que aborda a harmonia com a comunidade integral e trata das dimensões específicas relativas a: 1) Fatores produtivos; 2) Participação; 3) Família; 4) Segurança; 5) Educação e 6) Saúde. Também se fundamentou na Supradimensão Integral, a qual se relaciona com a harmonia com a natureza e possui por indicadores e atributos específicos: 1) Território; 2) Natureza e 3) Pertencimento.

Destarte, além desta introdução na qual apresenta-se o município de Abaetetuba e a ideia de indicadores sociais em relação a realidade dos territórios tradicionais, o trabalho divide-se nas seções “Conceituando o Bem Viver: Uma busca por outros mundos possíveis”, na qual discute-se de forma concisa a concepção de Bem Viver e “Indicadores de Bem Viver em territórios tradicionais de Abaetetuba: Um olhar para os impactos do avanço do capital na Amazônia”, que aborda o que se evidenciou com os referidos indicadores e as respectivas ameaças nos territórios focos de pesquisa, conclui-se trazendo reflexões acerca da importância da utilização de categorias que discutam as especificidades de povos e comunidades tradicionais e aponta-se outros direcionamentos.

## **2. CONCEITUANDO O BEM VIVER: UMA BUSCA POR OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS**

Conforme o economista equatoriano Alberto Acosta<sup>3</sup> (2016), o Bem Viver é um processo de matriz essencialmente comunitária de povos que se relacionam de forma respeitosa com a natureza e se apresenta como uma oportunidade de construir novos mundos. Dessa forma, não se trata de

---

<sup>3</sup> Político e economista, nasceu em Quito, capital do Equador, em 1948. Participou da fundação do Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo e do partido Alianza País, que levou Rafael Correa ao poder em 2007. Foi ministro de Energia e Minas e presidente da Assembleia Constituinte do Equador. Em 2013, lançou-se como candidato à Presidência da República pela Unidad Plurinacional de las Izquierdas, obtendo escasso apoio popular. Publicou o livro “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos” (Elefante & Autonomia Literária, 2016) (<https://autonomialiteraria.com.br/book-author/alberto-acosta/>)

outro regime de desenvolvimento, mas de valores, experiências e práticas amazônicas e andinas que sintetizam uma civilização viva e capaz de enfrentar a modernidade colonial sob a qual o sistema capitalista está assentado.

Cunha e Sousa (2023), ao analisarem a produção acadêmica brasileira acerca do Bem Viver nos últimos quatro anos, demonstram que há uma predominância de adesão à concepção original kichwa-equatoriana de *Sumak Kawsay*, que se divide em duas dimensões fundamentais: Territorial e Ética. Na dimensão territorial define-se que o Bem Viver só ocorre em territórios onde há a presença de elementos materiais e espirituais, sendo estes a base para uma boa relação com o território. Em complemento, a dimensão ética envolve valores como “harmonia doméstica (*mikuna*, *upina* e *huarmita yukuna*), solidariedade ou compaixão (*llakina*), ajuda (*yanapana*), generosidade (*kuna*), a obrigação de receber (*japina*), a reciprocidade (*kunakuna*), o conselho (*kamachi*) e a escuta (*uyana*) (Hidalgo-Capitán; Arias, 2014, p.36 *apud* Cunha; Sousa, 2023, p.325).

A concepção de Bem Viver, Vivir Bien ou Buen Vivir encontra ainda correspondência nas cosmologias *suma qamaña* (aymara), *nhandereko* (guarani) e outras cosmologias autogestionadas vivenciadas por povos indígenas e diversas comunidades tradicionais. As quais, segundo Sólón<sup>4</sup> (2019), se fundamentam na visão do todo ou da Pacha, na convivência pautada na multipolaridade, na busca do equilíbrio, na complementariedade da diversidade e na descolonização, todavia, não receberam atenção de organizações urbanas e setores de esquerda até o final do Século XX, momento que a reestruturação capitalista neoliberal formulada pelo Consenso de Washington (1989), a intensa mercantilização de variadas esferas da natureza, a generalização de privatizações, o fim do socialismo soviético e a evidente falta de alternativas contribuíram para que compreensões desprezadas pela modernidade ganhassem notoriedade.

Em países andinos a efetivação de medidas neoliberais se agudizou, visibilizando as possibilidades que o Bem Viver representava e reafirmando que indígenas e camponeses possuíam horizontes emancipatórios como parte de suas próprias concepções de vida. O novo contexto histórico-social e político, atrelado às lutas de povos e comunidades tradicionais levou à institucionalização do Bem Viver nas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Contudo, esse relevante avanço esteve acompanhado por um entendimento simplista e falseado do que significa o Bem Viver, inclusive o fazendo ser mencionado em instituições abertamente capitalistas,

---

<sup>4</sup> Ativista ambiental e político boliviano. Serviu como embaixador da Bolívia nas Nações Unidas entre 2009 e 2011, durante o governo do presidente Evo Morales, trabalhando pelos direitos dos povos indígenas, pelo direito humano à água e pelo Dia Internacional da Mãe Terra. Ajudou a impulsionar parte das negociações sobre mudanças climáticas e a articular a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba em 2010. (<https://editoraelefante.com.br/autores/pablo-solon/>)

conformando-o como “um espaço de controvérsia e diálogo, no qual não há verdade absoluta, mas múltiplas verdades - e inumeráveis mentiras canonizadas em seu nome” (Solón, 2019, p.19).

Esses falseamentos fizeram ainda com que o Bem Viver seja por vezes utilizado como sinônimo de bem-estar e outras terminologias elaboradas numa conjuntura desterritorializada e individualista, as quais tem por principal objetivo o fomento ao acesso ao consumo em detrimento da degradação dos territórios, desconsiderando que o Bem Viver representa a “relação dialética entre subjetividade e bem comum e a complementaridade entre ser-humano e natureza” (Sampaio, *et al.*, 2017, p.40).

Quijano<sup>5</sup> (2013) aponta o Bem Viver como a contínua produção democrática de uma existência social radicalmente oposta à Colonialidade do Poder (Quijano, 2005) e a Colonialidade/Modernidade/Eurocentrada, destacando a América Latina como o lócus do novo mundo histórico, haja vista que se constituiu como o espaço/tempo original do genocídio colonizador de diversos povos hoje nomeados de indígenas, massacre que permitiu via dominação e espoliação o enriquecimento da Europa e as bases de surgimento do capitalismo. Logo, torna-se natural que concepções latino-americanas assumam “lugar e papel na subversão epistêmica/teórica/histórica/estética/ética/política deste padrão de poder em crise” (Quijano, 2013, p.55)

Nesse sentido, a “indigenidade histórica das populações vítimas da colonialidade global do poder” (Quijano, 2013, p.57) delineiam não apenas a herança do passado, mas também a aprendizagem oriunda da resistência de tantos séculos, caminhando numa identidade estruturalmente urgente, diferente de todas as demais e capaz de produzir existências sociais livres de qualquer tipo de dominação, violência e exploração. Assim, o Bem Viver se modifica com a re-existência de povos e comunidades tradicionais, que ao serem ameaçados e/ou desterritorializados, se “reterritorializam” (Haesbaert, 2007) em meio às relações de poder conflituosas num permanente movimento de reinvenção de suas trajetórias, pois baseados na tradição do passado lutam no presente para inventar um futuro diferente, possibilitando constantemente novos sentidos à existência (Porto-Gonçalves; Hurtado, 2022).

### **3. INDICADORES DE BEM VIVER EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE ABAETETUBA: UM OLHAR PARA OS IMPACTOS DO AVANÇO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA**

---

<sup>5</sup> Foi um sociólogo e pensador humanista peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder".[1] Seu corpo de trabalho tem sido influente nos campos dos estudos decoloniais e da teoria crítica. ([https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal\\_Quijano](https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal_Quijano))

As problemáticas envolvendo as tentativas de mensuração da realidade vivida circundam questões estruturais vivenciadas por povos e comunidades tradicionais, tendo em vista a importância de indicadores sociais que compõem o planejamento público e podem aproximar suas condições reais de reprodução social para todo o restante da sociedade, permitindo assim engajamento em diversificadas frentes. Em Abaetetuba, como um município localizado no interior da Amazônia, os impactos aos modos de vida de comunidades tradicionais advindos do avanço do capital na região não fazem parte do rol de prioridades do planejamento público, a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em vigência, que desconsiderou completamente os territórios tradicionais para permitir a anexação capitalista no município.

Imposição que demonstra que os eixos principais de estruturação da divisão social e racial do trabalho e, necessariamente, de produção de valor e de superexploração no padrão mundial capitalista evidenciam herdar identidades sociais estruturadas na destruição simbólico-cultural dos diversos povos advinda do período colonial, constituindo o que Quijano (2005) nomeia Colonialidade do Poder, a qual se apresenta particularmente voraz na Amazônia e faz com que povos e comunidades tradicionais sejam consideradas empecilhos ao dito desenvolvimento.

Em contexto abaetetubense essas imposições se deram, mesmo com 16 quilombos titulados e presença de diversas populações das ilhas, estradas e ramais produzindo por meio da agricultura familiar a maior parte dos alimentos consumidos na cidade (Abaetetuba, 2022) e constituindo quase metade do território municipal, desconsiderando legislações como o decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, e define como povos e comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Têm se invisibilizado a importância histórica do território para esses grupos sociais e desses grupos sociais para o território, tornando-se fundamental aproximar-se das contradições experienciadas localmente e visibilizar o que comunidades tradicionais estão apontando como fundantes de suas mazelas e suas riquezas, utilizando-se para isso de indicadores sociais de Bem Viver, os quais podem ser muito mais relevantes que os de bem-estar para circundar as demandas dessas populações. Indicadores de Bem Viver não são universais, mas surgem dentro do que cada povo e comunidade apresenta como importante para sua reprodução social e possibilita abarcar

“desde uma concepção filosófica do tempo e do espaço até uma cosmovisão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza” (Solón, 2019, p.23).

Em relação aos territórios focos de pesquisa, o Território Quilombola do Itacuruçá como composto pelas comunidades Nossa Sra. de Nazaré (Alto Itacuruçá), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Baixo Itacuruçá), Nossa Senhora de Nazaré do Pau Podre (Médio Itacuruçá) e uma pequena ilha chamada Ilinha. As quais somam juntas cerca de 335 famílias e localizam-se entre os rios Arapapu e Piquiarana, possuindo conhecimento de seus antepassados no território desde 1800 (Protocolo de Consulta Território Quilombola Alto Itacuruçá, 2019).

O Território Quilombola Bom Remédio localiza-se na ilha Urubuêua, às margens do Rio Açacu, possui aproximadamente 305 famílias e registra desde o Século XIX viver em harmonia com as águas, as florestas, os animais e a terra (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020).

Os territórios quilombolas Laranjituba e África localizam-se na zona rural dos municípios de Abaetetuba e Moju, no quilômetro 68 da Rodovia Alça Viária, ramal Caeté. A maior parte dos territórios está dentro do município de Abaetetuba e outra menor no município de Moju, contabilizando por volta de 150 famílias que se uniram pela luta do título coletivo da terra, visto que antes da titulação eram separadas e existiam dois povoados chamados Castanhanduba e Laranjituba Centro, os quais migraram para formar o Território de Laranjituba junto de África devido à necessidade da titulação e de receber políticas públicas (Nascimento, 2017).

O Território Agroextrativista do Pirocaba situa-se na zona rural, entre o início do Rio Tauerázinho e o início do Rio Jarumã. Existem registros de ocupação no território desde 1890, mas há relatos de que a comunidade existe há mais tempo (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018). Mantém-se em torno de 300 famílias e as mulheres tornaram-se protagonistas políticas essenciais na defesa territorial, “uma vez à frente de uma organização e mobilizações nas quais os fins envolveram a busca de reconhecimento delas próprias e do direito à vida de/e com um território” (Oliveira; Teisserenc, 2022, p.48).

Dada a diversidade e as nuances territoriais, a seguir destacam-se de forma sintetizada as análises realizadas a partir dos indicadores de Bem Viver. No que se refere à dimensão específica de participação, é frisar o protagonismo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), advindas da Teologia da Libertação (1960) da Igreja Católica, pois aliaram-se a Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), ao Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea de Abaetetuba (MORIVA) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR), levando ao processo de mobilização

e reconhecimento dos territórios enquanto tradicionais, sobretudo na titulação dos quilombos. Processo que se deu de forma lenta e levou a criação em março de 2001 da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) (Silva, 2021).

A Associação foi criada com objetivo de administrar as terras quilombolas das ilhas, buscar projetos de geração de renda e resgatar a cultura negra (Cardoso, 2012), representando um marco, considerando que grande parte dos territórios quilombolas titulados pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) no município possui o título em nome da ARQUIA, que é o caso dos Territórios Quilombolas Itacuruçá e Bom Remédio, ambos titulados em 2002. A entidade conquistou ademais a revogação da dívida no Imposto Territorial Rural - ITR e a autodefinição e regularização das terras, o que influenciou diretamente na diminuição do êxodo rural (Ranieri, 2016).

Em 2001 também foi fundada a Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUIBAC), para representar os territórios quilombolas do Baixo Caeté, como os Territórios Laranjituba e África, titulados pelo ITERPA em 2002 de forma individual e em 2008 de forma coletiva, após intensas mobilizações. O Território Agroextrativista do Pirocaba dispõe como principal entidade de participação a Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP), mas todas as comunidades nos territórios articulam-se ainda em grupos religiosos (católicos, evangélicos e umbandistas), colônias de pescadores, grupos de futebol, grupos de mulheres, de jovens, projetos sociais e dentre outros.

Os territórios quilombolas compõem também entidades estaduais e nacionais, a exemplo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Coordenação das Associações Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará (MALUNGU) e Fundação Cultural Palmares (FCP), da qual os remanescentes de quilombos receberam título de reconhecimento no ano de 2007, com exceção do Território Bom Remédio, titulado em 2014 (Silva, 2021). Evidencia-se a partir disso como a participação em articulações para o fortalecimento da luta coletiva é um marcador para defesa territorial e identitária.

Em relação aos fatores produtivos, evidenciou-se que no quilombo Itacuruçá cultivam-se a terra pela agricultura familiar, manejam açaí, produzem telhas e tijolos em olarias, pescam de visor e arpão, colocam matapi, fazem farinha e cuidam das plantas e dos animais. As olarias são construídas à beira do rio pela facilidade de embarque do barro, da lenha e escoamento dos produtos produzidos. O cultivo do açaí também é feito à beira do rio (várzea) por conta de a terra ser mais fértil para esse tipo de plantio, já na terra firme (onde a maré não alaga) encontram-se os cultivos de roças com a plantação de mandioca, macaxeira, milho, arroz e gergelim.

No quilombo Bom Remédio as famílias vivem da agricultura e extrativismo, sobretudo do açaí, caça e coleta. Os moradores gapuiam usando o pari (feito da tala do jupatizeiro), fazem tapagem no igarapé e na praia para pegar peixe, além de tirarem cipós para construir matapi, fazer artesanato e coletar palha para cobertura dos espaços, criam pequenos animais e caças, processo que se dá preservando igarapés, castanhais, açazais, ervas medicinais e outros bens considerados essenciais.

Os territórios Laranjituba e África têm por base da economia familiar a farinha de mandioca, sendo que o processo de preparação da terra para o plantio da maniva até a produção da farinha é dividido em diversas etapas e envolve todos os membros da família em trabalhos específicos. Outro trabalho desenvolvido é a produção de panelas de barro, atividade na qual fazem questão de preservar alguns saberes tradicionais como o acabamento feito pela defumação de folhas.

No território Pirocaba vivem da pesca, da agricultura, do artesanato e do agroextrativismo. A agricultura do açaí é uma das principais formas de renda no território, mas também há a produção de diversificadas frutas, legumes e plantas medicinais, as quais também são entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA<sup>6</sup>. As sementes e fibras são coletadas para a produção de bijuterias e artesanato como brinquedos de miriti, todos comercializados na comunidade e em eventos que os moradores participam a nível regional e nacional.

Ao se tratar da concepção e vivência da natureza demonstra-se que há grandes esforços para manter o território vivo e próspero, sendo demarcada a grandeza de viver livre e em harmonia com os rios, as florestas, os animais e a terra. Utilizando-se de muitos meios para que a pesca, a caça e o extrativismo não sejam degradantes, mas sim respeitosos seguindo os tempos e ciclos dos ecossistemas.

Em relação ao território, basilar para as condições de produção e reprodução social, destacou-se que essas populações dependem dele para a sobrevivência e a manutenção também simbólico-cultural. O empréstimo de materiais de trabalho é tido como construção territorial e há diversos espaços comunitários, como casa de farinha, galpão para fazer utensílios domésticos e/ou artesanato. Assim, reconhecem não ser possível dividi-lo, pois trata-se de um bem de uso comum e coletivo das comunidades, as quais a partir dele unem-se pelo forte laço de parentesco e vizinhança.

No contraponto, as ameaças a essas dimensões específicas demonstram-se particularmente alarmantes, tendo em conta a centralidade que desempenham na vida dessas populações. O Território Bom Remédio aponta que o complexo minero-metalúrgico Albrás/Alunorte instalado no município de Barcarena no final da década de 1980 causou poluição das águas, do ar e

---

<sup>6</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi em 02 de julho de 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696, e possui como duas finalidades básicas promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

dos solos, de tal forma que os açazais, principal fonte de alimento e renda, decresceram de produção e antes da época de colheita começam a secar, afetando a palmeira como um todo.

De acordo com as denúncias essa realidade é reflexo também da água contaminada, a qual até os anos 2000 era captada diretamente do rio por toda a comunidade e posteriormente ninguém mais teve coragem de beber. Houve ainda a redução da quantidade de camarão e peixes, a exemplo das seguintes espécies: filhote, piraíba, bacu, mapará, pescada, tainha e ituí-terçado. Em meio a isso, os pescadores precisaram passar a pescar em outras regiões, pois não tem mais cardumes e a pesca artesanal está ameaçada (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020).

Além das denúncias em relação aos municípios vizinhos, agora o capital ameaça adentrar e se expandir dentro do município de Abaetetuba, sendo a maior delas o Terminal de Uso Privado (TUP) da multinacional norte-americana Cargill<sup>7</sup>, segunda maior empresa de capital privado do mundo, a apenas 2,3 km de distância do Bom Remédio Há associadamente o risco do TUP da empresa francesa Louis Dreyfus Company (LDC) no município de Ponta de Pedras, a Hidrovia Tocantina e outras ameaças a todos os territórios tradicionais.

O Território Itacuruçá, além de todas as ameaças mencionadas que impactam diretamente na poluição e assoreamento de igarapés, falta de peixes, fechamento das nascentes e contaminação da água, enfrenta a destruição e diminuição de árvores frutíferas como tucumã, bacuri, inajá, bacaba, sumiço de animais e a inserção na rota dos riscos da miséria, abuso e exploração sexual, tal qual o aumento de outras formas de violência (Protocolo de Consulta Território Quilombola Alto Itacuruçá, 2019). Nos últimos anos o quilombo vivência conjuntamente os impactos da monocultura do Dendê, que teve suas primeiras fases produtivas nos municípios de Moju e Tailândia e fora introduzida pela facilidade de escoamento que Barcarena representa e por receber incentivos fiscais do governo estadual com objetivo de atrair capital estrangeiro (Silva, 2021).

Os Territórios Laranjituba e África sofrem os impactos diretos da poluição e assoreamento de igarapés, causados pelos empreendimentos que já existem na região (Protocolo de Consulta Territórios Quilombolas Laranjituba e África, 2018), como linhões, minerodutos, monoculturas, portos e re-xistem à criação de outros, como a construção da Ferrovia Paraense S. A. (FEPASA), que pretende integrar o Pará de norte a sul para facilitar o escoamento da produção capitalista em escala global. O Estado desconsidera que nos territórios há formas altamente eficazes de gestão dos recursos

---

<sup>7</sup> Em 2018 a empresa apresentou o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para anexação do Terminal de Uso Privado na Ilha do Urubuêua.

naturais, não necessitando que sejam fomentados grandes projetos para “desenvolver” a região (Nascimento, 2017).

O Território Agroextrativista do Pirocaba também sofre há décadas os malefícios advindos do complexo minero-metalúrgico em Barcarena, pois a poluição do ar emitida pelas chaminés das fábricas é levada pelo vento diretamente para cima da população, o que afeta a produção e a saúde. Afirmam que quando os navios que carregam os produtos trazidos para beneficiar o alumínio são lavados, os dejetos caem nos rios e junto com o derrame de óleo atingem as áreas de pesca, diminuindo a quantidade e diversidade de peixes e camarãoe afetando conjuntamente a pesca artesanal.

Além disso, a poluição pelo esgoto e lixo de Abaetetuba contribui para a diminuição do fluxo pesqueiro. Frutas típicas como a pupunha são prejudicadas, “o agricultor Francisco dos Santos Araújo relata que antes da instalação das fábricas ele tirava 180 cachos por apanha (que tem o intervalo de três meses dentro da safra) e agora não existe mais essa fartura” (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018, p.7-8).

O Pirocaba teme de igual modo a instalação do TUP da Cargill, sendo uma das comunidades que sofreu a grande violação de ser tornada Zona de Expansão Industrial no macrozoneamento definido em 2016 no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município, sem que nem fossem informados. Articularam-se e aprovaram em 2022 por autodeterminação no Plano de Gestão Territorial o zoneamento em: Área de Moradia (AM); Unidade de Produção Familiar (UPF) e Área Patrimonial da Comunidade (APC). Essa mobilização se deu em grande medida pelas mulheres do território, que por diversas vezes eram desconsideradas, evidenciando que a dominação territorial se vincula estruturalmente à dominação fundamentada em gênero.

Dessa forma, as grandes ameaças aos fatores produtivos, território e natureza influenciam diretamente em todos os outros aspectos relacionados ao Bem Viver, sobretudo no que se direciona à segurança, saúde e família, tendo-se evidenciado que o território proporciona segurança e os moradores se organizam para que isso não se perca. Um exemplo é o indicador família, atribuído pela permanência dos jovens na comunidade, que envolve grandes esforços para que compreendam a importância do território e se disponham a representá-lo, preocupando-se e dialogando o que vivenciam por serem o futuro e os maiores prejudicados com a violência e a possível mudança para a cidade (Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018).

A cultura e as tradições transmitidas quase em sua totalidade oralmente pelos mais velhos pulsa para que não seja perdida (Cardoso, 2012), visibilizando-se que o avanço de políticas

desenvolvimentistas faz com que alguns jovens passem a ter certo preconceito com a identidade local, realidade na qual outros jovens dos territórios intervêm, dialogando para reafirmação identitária/territorial (Costa; Oliveira, 2019).

No entanto, com todos os impactos e ameaças as comunidades socializam negativamente a ineficácia da segurança pública e a inexistência de delegacias em torno dos territórios, os fazendo sofrer com o aumento de furtos e assaltos. O aumento do fluxo de pessoas desconhecidas atraídas com ocupações organizadas por interesses diversos e as invasões e presença de “estranhos” é umas das maiores causas de desconforto. Ressalta-se que dentre os desconhecidos que circulam pelo território estão os funcionários das empresas que tentam fazer pesquisas sem o consentimento da população, a qual denúncia à órgãos municipais e estaduais e não obtém respostas (Silva, 2021).

Essa circulação de desconhecidos influencia diretamente no aumento do tráfico de drogas, da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes, da prostituição, da invasão das casas e desrespeito as comunidades (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020). Ademais, a segurança pública e privada é mencionada de forma específica para frisar que as empresas e/ou o Estado podem utilizá-las para coagir os moradores em possíveis invasões e/ou expulsões.

No quesito saúde, almeja-se que a política pública de saúde respeite e valorize práticas e saberes compartilhados que são constitutivos de uma medicina própria, vinculada ao território, à história e à ancestralidade dos sujeitos, a exemplo dos remédios caseiros, benzedeiros, curandeiras, plantas medicinais e variados conhecimentos. Todavia, o que se têm a nível governamental é uma saúde pública precária. No que tange ao atendimento particularizado, somente Laranjituba e África dispõe minimamente de “um posto de atendimento à saúde e uma ambulância” (Chaves; Sousa, 2018, p.5), pois nos outros territórios não há, “havendo constantemente a necessidade de deslocamento dessa população para a sede municipal ou outras cidades próximas” (Torres; *et al.*, 2021, p.110).

Devido à poluição do rio, do ar e da terra, as comunidades sofrem com queda de cabelo, coceira, bactérias, feridas pelo corpo e doenças decorrentes do uso de água contaminada (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020), tendo como uma das únicas formas de atendimento público as agentes comunitárias de saúde, que além de darem orientações sobre prevenção às doenças contribuem na mobilização local (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018).

Na epidemia da Covid-19, iniciada em 2020, os remédios naturais auxiliaram para que povos e comunidades tradicionais tivessem acesso a algum tipo de tratamento, levando em conta que muitos territórios não possuem nem acesso a água encanada tratada para lavar as mãos. A CONAQ, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), desenvolveu o Observatório da Covid-19

nos Quilombos e constatou que até janeiro de 2022 confirmaram-se 5.666 casos e 301 óbitos de quilombolas por Covid-19, sublinhando a política genocida de Estado com essas populações. Assim, os curandeiros, benzedeiros, parteiras e todos os que detêm os conhecimentos tradicionais contribuíram e contribuem para que vidas sejam salvas, a exemplo do que mostram os resultados de pesquisa realizada por Torres *et al.* (2021) no Quilombo Itacuruçá:

Os dados obtidos durante a pesquisa demonstraram que a maioria dos moradores da comunidade optou por utilizar o conhecimento tradicional sobre as plantas como tratamento dos sintomas da Covid-19, tal como já era feito para tratar outras enfermidades. Sendo que a principal via de transmissão desses saberes é fortemente atrelada à participação feminina dentro das comunidades tradicionais (p. 124).

O processo de reafirmação se dá em grande medida pela educação, inicialmente extraescolar, expressa nas práticas sociais de produção e reprodução, visualizando-se que os modos de vida, as práticas tradicionais de produção e as práticas culturais são ensinadas de geração em geração (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018). Mas recentemente se representa um aumento de acesso ao ensino superior, o qual se tornou uma bandeira de luta para muitos jovens, em especial após a Universidade Federal do Pará (UFPA), aprovar como parte de suas políticas de ações afirmativas o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE-IQ), voltado a garantir o acesso dessas populações tradicionais ao ensino superior. Trajetória evidente no relato de Chaves (2018), pesquisadora de Laranjituba e África:

A educação abre um leque de conhecimento e esses conhecimentos que adquiri durante a pesquisa serviu como uma espécie de libertação de alguns fantasmas que apareciam na minha vida como, por exemplo: o medo que eu sentia de ser eu mesma, agora posso dizer que estou mais preparada para ajudar e lutar por dias melhores para meu quilombo. Por isso, sou muito grata a tudo de bom que a universidade me proporcionou, principalmente o (re)conhecimento de uma identidade cultural que até então não reconhecia direito o quanto é valiosa (p.4).

Notoriamente grandes limites surgem, visto que universidades são espaços atravessados por relações de poder aptas a violentar populações tradicionais, a exemplo do pouco número de vagas, vide o informado por jovens do Quilombo Itacuruçá à Ranieri (2016) acerca do papel de defesa que possuem dentro do território:

Esse é o nosso papel. Mas cadê a condição? Para onde vamos? Temos sonhos, mas será que vamos conseguir realizar? Ontem saiu a lista do vestibular para quilombola, três jovens passaram, acho que ainda é pouco. Tinha que ter mais vaga [...]” (Ranieri, 2016, p.54-55).

Na educação básica outras limitações se apresentam. Os territórios conseguiram ter acesso a escolas depois de muitas mobilizações e décadas de intensa precariedade, utilizando-se até de suas casas para dar aulas ou de recursos próprios para construção dos prédios escolares. Na escola, a prática pedagógica ainda “propaga o preconceito e a discriminação através das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pelos/as educadores/as, além do mais, os materiais pedagógicos e os livros didáticos continuam apresentando ideologias branqueadoras” (Ranieri, 2016, p.82).

Essa realidade se dá significativamente pelo fato de terem seus saberes trabalhados em anexo aos das escolas da zona urbana e um Projeto Político-Pedagógico – PPP, que não está aberto a modificações para as particularidades de cada território, tendo por acréscimo que muitos professores da cidade encaminhados para os territórios possuem resistência em trabalhá-las (Costa; Oliveira, 2019), levando a violências como as apontadas no Protocolo de Consulta do Quilombo Bom Remédio, expressas em: “os alunos receberam atividades de pesquisa sobre suas vidas e de suas famílias e após os módulos soubemos que os professores passaram essas informações às empresas” (2020, p.19).

Nesse sentido, educadores e lideranças locais tem perpetrado movimentos de resistência às influências externas, apontando que já há pessoas dos territórios licenciadas e dispostas a promoverem a valorização cultural e demarcando que o município precisa entender que um plano de educação não funciona da mesma maneira para toda cidade e que ele não precisa se desvincular dos territórios (Costa; Oliveira, 2019), mas valorizar de forma autônoma os saberes e práticas que o conformam enquanto um município da Amazônia.

Essas práticas insurgem de variadas maneiras, a exemplo do Território Agroextrativista do Pirocaba que nomeou sua única escola com o nome de Deocleciana Pereira de Araújo, ancestral indígena de grande referência para a comunidade, assim como os Quilombos Laranjituba e África, que nomearam suas escolas com os nomes de Osmarina e Bento Lima de Oliveira, respectivamente os dois primeiros quilombolas professores que tiveram.

Em meio a tantas ameaças, o pertencimento faz com que essas populações sigam na defesa e autodeterminação de suas vidas. Povos e comunidades tradicionais conhecem cada animal, pedaço de terra, rios, furos e igarapés que envolvem o território porque estão imbricadas “num complexo processo de coevolução com um geossistema altamente diversificado biologicamente que deu ensejo a uma enorme diversidade cultural” (Porto-Gonçalves, 2017, p.25)

Para além das sínteses aqui apresentadas, são muitas as formas que o Bem Viver se destaca, mostrando as experiências coletivas que ensinam o que se considera riqueza localmente, essas pessoas rememoram saberes e fazeres repassados de geração em geração para demarcar como necessidade presente e futura a valorização das práticas seculares de respeito mútuo com o território,

logo, as práticas sociais de produção e reprodução de povos e comunidades tradicionais se delineiam para o encontro com a valorização territorial em toda sua diversidade, afinal, tudo o que conforma o território é considerado de fundamental relevância para a valorização da vida.

Portanto, trazem a temporalidade amazônica, vivenciaram o período colonial, a anexação ao domínio português e demonstram que até meados do Século XX todas “as incursões capitalistas moderno-coloniais foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas” (Porto-Gonçalves, 2017, p.31). No entanto, a hegemonia estadunidense pós-Segunda Guerra Mundial e sua ideologia desenvolvimentista fez com o Estado brasileiro, considerado subdesenvolvido, reconfigura-se as formas de expropriação que historicamente violentam povos e comunidades tradicionais.

Destaca-se ainda na análise dos impactos socioambientais às comunidades tradicionais a ausência ou pouca efetividade das políticas públicas sociais, afinal, com muita luta e mobilização conjunta, as comunidades têm minimamente acesso à segurança, saúde, educação e dentre outras políticas intimamente relacionadas à proteção e valorização territorial, frisando-se que o município em seu PDDU descartou as populações tradicionais para atrair os corredores de circulação capitalistas em nome do “desenvolvimento local” (Abaetetuba, 2016).

Práticas que comprovam que a legislação brasileira possui “um sistema de regulamentação de terras estruturado por legislações que criminalizaram a posse e não resolvem a questão da má distribuição e, ainda, promove o caráter privatista da terra” (Costa; Hazeu, 2022, p.110). Logo, é necessário se pautar no Bem Viver desses povos para elaboração e implementação de políticas públicas que verdadeiramente compreendam a importância que representam e validem seus direitos, políticas que não os ataquem ou tentem condicioná-los a um modelo padronizado e etnocida.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises tornaram profundamente evidente a necessidade de utilização de indicadores sociais de Bem Viver em territórios tradicionalmente ocupados, cada um à sua maneira, com suas especificidades territoriais e históricas. Destaca-se que os quilombos Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba, África e o território agroextrativista Pirocaba, constituíram projetos de vida próprios no município de Abaetetuba, resistiram ao período colonial e em confluência com as florestas e rios definiram seus modos de saber e fazer. Contudo, com a reestruturação capitalista e o decorrente fomento ao desenvolvimentismo, essas populações passaram a ser constantemente afetadas com o avanço do capital na Amazônia.

Nessa perspectiva, ao utilizar os indicadores de Bem Viver para anunciar as realidades e perspectivas locais e para avaliar os impactos socioambientais oriundos de políticas desenvolvimentistas em territórios tradicionais do município de Abaetetuba, compreendeu-se que antes da implantação de intervenções públicas e privadas nos municípios vizinhos e dentro do território municipal, essas populações já viviam suas vidas de modo particular, que sofriam ao mesmo tempo com a precariedade de políticas públicas, mas organizavam-se para mitigar essas faltas.

Todavia, depois da implantação do capital na região com o aval do Estado, as comunidades vivem em constante alerta, pois são obrigadas a viverem com os resultados da poluição da terra, das águas, do ar e com os desrespeitos a seus modos de vida. Onde antes se sentiam seguros, agora se preocupam se vai ser possível colher o que plantou, pescar e caçar o que foram ensinados a comer, se serão acometidos com as doenças que surgiram ou se serão as próximas vítimas do aumento das diversas formas de violência dentro dos territórios.

Isto é, a partir do momento que o Estado brasileiro fomenta políticas desenvolvimentistas com o discurso de melhorar os indicadores de bem-estar e este discurso se reproduz como uma “verdade” localmente, o que se faz é ocultar os indicadores de Bem Viver, que são secularmente vivenciados pelas populações que compõe a América Latina e que baseiam os modos de vida que surgem no encontro, conflito e resistência com a ameaça e invasão capitalista e desenvolvimentista. Os indicadores de Bem Viver se mostram relevantes para discutir a ausência ou ineficiência de políticas públicas e impactos de projetos desenvolvimentistas, pois representam a necessidade de valorizar a sociobiodiversidade amazônica.

Políticas públicas precisam estar voltadas para garantir direitos e superar as violações sofridas. Povos e comunidades tradicionais não são “atrasados”, “primitivos”, dependentes de “desenvolvimento” para alcançar o bem-estar social, ao contrário, construíram e constroem com suas próprias mãos a diversidade territorial. É o capital assessorado pelo Estado com seus portos, latifúndios, ferrovias e tantas outras práticas que importuna, espolia e empobrece essas populações.

É imprescindível lembrar que indicadores sociais surgiram pela busca das “disfunções sociais” do modelo desenvolvimentista, considerando-se que o crescente desenvolvimento econômico não representava igualdade de oportunidades e/ou mitigação da pobreza, a qual sim passou a ser cada vez mais disseminada, inversamente a riqueza produzida. E, como qualquer conceito, pôde se atualizar no espaço-tempo, vindo a basear o planejamento público com viés democrático. Sendo assim, por que não se reatualizar e aprofundar na concepção de Bem Viver? Acionar bases de conhecimento propriamente latino-americanas para pensar suas problemáticas?

Há amplos caminhos para se testar e aprimorar, haja vista que não há democracia se territórios e seus povos são deliberadamente violentados para que pequenas parcelas da população tenham acesso à bens materiais e serviços.

## REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Cidades e Estados. **IBGE**, 2023. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ABAETETUBA. Lei nº 486 de 21 de dezembro de 2016. Altera a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará**: edição 1636. 26 dez. 2016.

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040/2007**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidente da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 17 fev. 2023.

CARDOSO, M. B. da C. **Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos da comunidade de São João do Médio Itacuruçá, Abaetetuba/PA**. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

CHAVES, E. R.; SOUSA, D. M. Titularização: Processo de Luta para o Reconhecimento de Identidade Quilombola da Vila Caeté. **Fato & Versões: Revista de História**, v. 10, n. 20, p. 3-19, 2018.

COSTA, L. F. da.; OLIVEIRA, M. R. D. de. Os saberes tradicionais e os dispositivos legais: Uma análise das práticas culturais da Comunidade Remanescente de Quilombo do Itacuruçá (Abaetetuba/PA). **Estudos IAT**, v.4, n.2, p. 246-260, set. 2019.

COSTA, S. G.; HAZEU, M. T. Democracia de base: o direito à consulta prévia nos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista em Pauta**, v. 20, n. 50, p. 109-124, jul./dez. 2022.

CUNHA, E. V. da; SOUSA, W. J. de. O Bem Viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **Revista Katálisis**, v. 26, n. 2, p. 321-332, maio/ago. 2023.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**, n. 17, p. 19-46, 2007.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan./fev. 2002.

NASCIMENTO, R. M. C. **Comunidades quilombolas África e**

**Laranjituba um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional.** 92 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, M. N. **Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, instrumento de fortalecimento, resistência e defesa de territórios dos povos e comunidades tradicionais: um estudo a partir da Comunidade Quilombola Bom Remédio.** 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2021.

Observatório da Covid-19 nos quilombos. **CONAQ**, 2022. Disponível em:<[quilombosem covid19.org](http://quilombosem covid19.org)>. Acesso em: 24 jun. 2023.

OLIVEIRA, F. L. de; TEISSERENC, M. J. da S. A. Ecofeminismo no Pirocaba (Abaetetuba-PA): Resistências e estratégias socioterritoriais amazônicas na rota de “mais um” grande projeto. **REUMAM**, v. 7, n. 1, p. 45-52, 2022.

Plano de Gestão Territorial da Comunidade Pirocaba, Abaetetuba, Pará. **Associação dos Agroextrativistas, Pescadores (as) e Artesãos (ãs) do Pirocaba - ASAPAP**, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia:** Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; HURTADO, L. M. Resistir e Re-existir. **GEOgraphia**, vol. 24, n. 53, 2022.

Protocolo de consulta Comunidade Agroextrativista do Pirocaba/Abaetetuba - PA. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2018. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-comunidade-agroextrativista-do-pirocaba-abaetetuba-para-2018/#>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento do Território Quilombola Laranjituba e África. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2018. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-livre-informada-e-de-consentimento-do-territorio-quilombola-laranjituba-e-africa/>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Protocolo de Consulta – Território Quilombola Bom Remédio. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2020. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-territorio-quilombola-bom-remedio/>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Protocolo do Território Quilombola do Rio Itacuruçá Alto – Ilhas de Abaetetuba. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2022. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-do-territorio-quilombola-do-rio-itacuruca-alto-ilhas-de-abaetetuba/>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. “Bem Viver”: Entre o “Desenvolvimento” e a “Des/colonialidade” do Poder. **Revista de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46-57, jan./jun., 2013.

RANIERI, C. C. Q. **Educação e Resistência na Comunidade do Baixo Itacuruçá em Abaetetuba: Memória de Luta na Afirmação e Valorização da Identidade de Quilombo**. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PGGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, 2016.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; JUNIOR, O. M.; QUINLAN, R. J.; ALCANTÁRA, L. S. Bem Viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Saúde Soc.**, v. 26, n. 1, p. 40-50, 2017.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: Uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural** | Pelotas [01]: p. 113 - 142, jul./dez. 2007.

SOLÓN, P. Alternativas sistêmicas: **Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: Espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, n. 321, dez. 2013.

TORRES, P.; SANTANA, F.; PEREIRA, T. R.; SILVA, A.; LOBATO, F.; RAVENA-CAÑETE, V. Uso de Plantas Medicinais na Comunidade Quilombola do Baixo Itacuruçá (PA): Saberes para enfrentamento da COVID-19. *In*: CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M.; NASCIMENTO, V. B. do (org.). **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. Belém: NUMA/UFPA, p. 103-128, 2022.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

### **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CAATINGA: DISCUTINDO POLÍTICAS CONVERGENTES**

Leonardo Milanez de Lima Leandro<sup>1</sup> (Univasf)

José Raimundo Cordeiro Neto<sup>2</sup> (Univasf)

**RESUMO:** No semiárido brasileiro, alguns fóruns da sociedade civil reivindicam um paradigma de desenvolvimento baseado no uso sustentável de seu principal bioma, a Caatinga. Nessa região, merece atenção o segmento da agricultura familiar, que apresenta potencialidades para um melhor posicionamento em cadeias de alto valor agregado, para produtos oriundos da sociobiodiversidade local. A partir da observação de iniciativas que congregam ações nos campos do desenvolvimento regional e da ciência e tecnologia, o objetivo do trabalho é discutir possibilidades para a agricultura familiar radicada na Caatinga. A pesquisa levantou dados documentais e estatísticos secundários, entre os quais textos legislativos, relatórios de políticas e fontes censitárias, para compor o quadro de análise. O texto apresenta uma interpretação de como foram construídas as visões que influenciaram a ação do Estado no território semiárido brasileiro. Em seguida, são relacionadas algumas das políticas que buscaram fortalecer a agricultura familiar no século XXI, quando também características do segmento da agricultura familiar que se reproduz na Caatinga são descritas e o caso de uma cooperativa agropecuária familiar localizada no sertão da Bahia é relatado. As iniciativas no campo da ciência e tecnologia, em convergência com as estratégias para o desenvolvimento regional, que apontam perspectivas abertas para a agricultura familiar são anotadas antes das considerações finais, onde se pontua a convergência possibilitada pela conjugação de esforços nos campos do desenvolvimento regional, da saúde, da ciência e tecnologia e dos movimentos sociais, como estratégia de fortalecimento de trajetórias tecnológicas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente saudáveis.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Caatinga. Desenvolvimento sustentável. Políticas públicas.

#### **INTRODUÇÃO**

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro. Apesar da primeira vista sobre a sua vegetação sugerir pouca diversidade, Silva et al. (2017) registraram que ela abriga mais de 3,1 mil espécies de plantas vasculares, além de 183 de mamíferos (com 6% de taxa de endemismo), 276 de formigas, 386 de peixes (das quais mais da metade é endêmica), 98 de anfíbios, 191 de répteis e 548 de aves. Seu regime edafoclimático lhe impõe características únicas: ao mesmo tempo que apresenta risco de escassez hídrica, fundamento que mais se lança mão para explicar a pobreza regional, também é a região semiárida mais biodiversa e uma das que mais abriga seres humanos no planeta (SILVA et al., 2017).

---

<sup>1</sup> Colegiado de Administração, Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: leonardo.leandro@univasf.edu.br.

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Política, Cultura e Meio Ambiente, Colegiado de Administração, Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: raimundo.cordeiro@univasf.edu.br.

A Figura 1 apresenta a localização geográfica do Nordeste, com a delimitação de suas 9 unidades federativas, bem como os limites da região semiárida e da Caatinga.

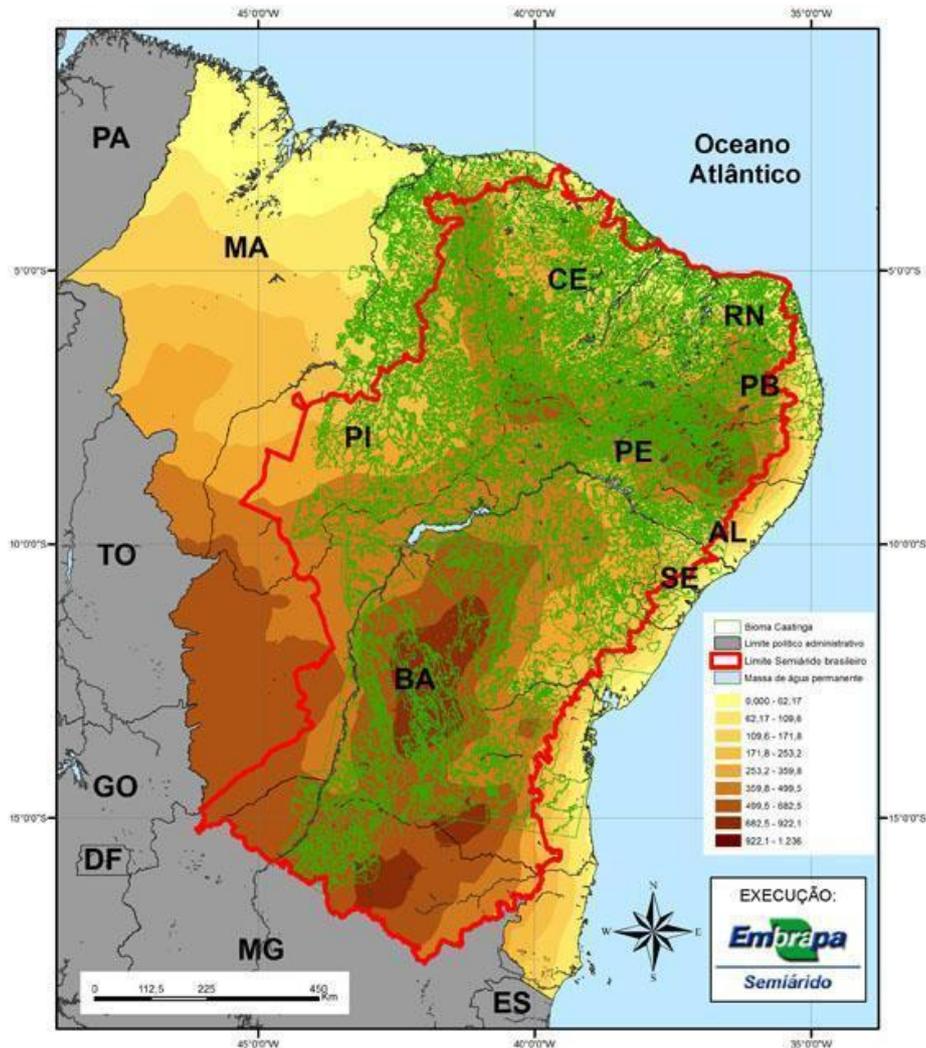


Figura 1. Mapa de localização geográfica do Nordeste, com delimitação da região semiárida e do bioma Caatinga.

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Embrapa Semiárido.

São cerca de 28 milhões de pessoas morando em 1.262 municípios, numa área de mais de 840 mil quilômetros quadrados, distribuídos em 10 unidades da federação, sendo as 9 da região Nordeste e mais Minas Gerais, da região Sudeste<sup>3</sup>. A soma da riqueza produzida pelos municípios da Caatinga na região Nordeste em 2020 totalizou R\$ 422 bilhões, correspondendo a 5% do PIB brasileiro. É por parte da Caatinga que corre o rio São Francisco, dotado de 9 barragens e 12 complexos

<sup>3</sup> Silva et al. (2017) propuseram novos limites para a Caatinga. Na configuração proposta, a Caatinga teria 912,5 km<sup>2</sup>.

produtores de energia hidrelétrica, além de 2 canais construídos com o objetivo de levar água a mais lugares além de suas margens.

Como se pode notar, há coincidência em boa parte do Nordeste no que se refere aos territórios semiáridos e o bioma Caatinga. As maiores áreas da Caatinga estão na Bahia e no Piauí, respectivamente. A menor área está no Maranhão, que tem apenas 2 municípios classificados como integrantes do bioma Caatinga. As áreas de ocorrência em cada unidade federativa podem ser vistas na Tabela 1, abaixo. Estão também registrados o número de municípios considerados dentro do semiárido em cada unidade federativa.

**Tabela 1. Municípios semiáridos e área (ha) da Caatinga por Unidade da Federação.**

UF	Municípios do Semiárido	Área da Caatinga	Áreas protegidas UC <sup>a</sup>	Áreas protegidas TI
Maranhão	2	375.413	17.549	
Piauí	185	15.775.888	1.805.608	
Ceará	175	14.552.078	945.411	6.668
Rio Grande do Norte	147	4.997.984	18.115	
Paraíba	194	5.126.119	62.022	
Pernambuco	123	8.138.842	490.076	122.876
Alagoas	38	1.258.334		1.390
Sergipe	29	1.053.683	2.138	7.582
Bahia	278	30.092.536	2.559.316	69.912
Minas Gerais	91	1.109.895	51.208	507
<b>Total</b>	<b>1.262</b>	<b>82.480.772</b>	<b>5.642.480</b>	<b>208.935</b>

Fonte: BRASIL, MMA, 2008.

<sup>a</sup> No total, não estão incluídos 281.927 hectares em litígio entre os estados do Ceará e do Piauí. Dentro dessa área, 57.166 hectares estão destinados à Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba.

O território da Caatinga demarcado em unidades de conservação e terras indígenas é de cerca de 6,9% de sua área total. Se somarmos a área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar no semiárido brasileiro com as dos territórios das unidades de conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável, além das terras indígenas demarcadas, um total de 277 km<sup>2</sup> da Caatinga é passível de colaborar para o balanço físico e energético do planeta através dos seus sistemas desenvolvidos para conviver com os fenômenos climáticos regionais. Tabarelli et al. (2018, p. 25) pontuam que, após décadas de pesquisa, é necessário “reconhecer o semiárido com um espaço denso”, se não em função de sua biomassa, uma vez que sua vegetação é predominantemente arbustiva, mas dos pontos de vista biológico, arqueológico e sociocultural. Aí se “conformou um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja” (RIBEIRO, 1999, p. 339), resultado

da expansão da atividade de pastoreio, acessória à cultura do açúcar. Aí, a população estabelecida, desenvolveu formas de conhecer e lidar e conviver com seu regime edafoclimático, característico de região semiárida, com frequentes períodos de estiagem. Significa dizer que o segmento da agricultura familiar que aí se constituiu se coloca como agente estratégico do moderno paradigma do desenvolvimento.

Esse segmento da socioeconomia brasileira, em particular, da nordestina, ao longo dessas décadas do século XXI, foi afetado por diversas políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional da Alimentação Escolar, além do fenômeno da estiagem, considerada a mais severa em termos climáticos. Ainda, como historicamente enfrentam, grandes obras de infraestrutura deslocaram populações de seus territórios originários, como são os casos das barragens das usinas hidrelétricas e, mais recentemente, das obras de transposição do rio São Francisco, ou ainda a construção dos grandes parques eólicos. Outras pressões e conflitos estão vinculados ao campo da mineração, notadamente na Bahia e no Rio Grande do Norte.

Assim, enquanto houve um cenário favorável, marcado também por limites importantes, que caracterizou a primeira década do século XXI, na segunda metade da década de 2010, a manutenção de uma trajetória de desenvolvimento sustentado das organizações e movimentos sociais do campo foi severamente impactada. Descontinuidades institucionais, obras de infraestrutura hídrica e fenômenos climáticos impuseram uma conjuntura bastante adversa.

Atravessadas as situações mais graves, a agenda de políticas pode voltar a fortalecer trajetórias tecnológicas que guardam aderência com uma agenda sustentável (COSTA, 2009). Nessa agenda de desenvolvimento, a valorização de conhecimentos tradicionais e da biodiversidade da Caatinga confere à agricultura familiar uma posição privilegiada em cadeias de valor nas quais já participa, todavia em condições menos favoráveis.

A partir da observação de iniciativas que congregam ações nos campos do desenvolvimento regional e da ciência e tecnologia, nosso objetivo é discutir possibilidades para a agricultura familiar radicada na Caatinga. A pesquisa levantou dados documentais e estatísticos secundários, entre os quais textos legislativos, relatórios de políticas e fontes censitárias, para compor o quadro de análise. Além dessa introdução, apresentamos um roteiro de como foram construídas as interpretações que influenciaram a ação do Estado no território semiárido brasileiro. Em seguida, são relacionadas algumas das políticas que foram fundamentais para o desenvolvimento e os tensionamentos dos movimentos sociais do campo até as bordas dessa nova década, quando também características do segmento da agricultura familiar que se reproduz na Caatinga são descritas, abrindo espaço para apresentação do caso de uma cooperativa agropecuária familiar localizada no sertão da Bahia. As

iniciativas no campo da ciência e tecnologia, em convergência com as estratégias para o desenvolvimento regional, que apontam perspectivas abertas para a agricultura familiar são anotadas antes das considerações finais, onde apontamos agendas que abrem possibilidades de desenvolvimento para o segmento da agricultura familiar na Caatinga, que pode ser considerado um agente estratégico no novo ciclo de negócios em curso.

### **CAATINGA: INTERPRETAÇÕES QUE INFLUENCIARAM A AÇÃO DO ESTADO**

Nas narrativas que se referem ao território que a Caatinga ocupa normalmente são encontradas construções de uma região pobre e de baixa produtividade agrícola. Tabarelli et al. (2018) observaram que a literatura e o cinema brasileiros, até meados do século XX, contribuíram para reforçar o estigma. Eventualmente, isso ficou ligado à visão de sua rala vegetação e à ocorrência de períodos de estiagem que afetam sobremaneira o balanço fartura-fome, escassez-abundância.

Lima; Magalhães (2018), ao realizarem um levantamento dos registros histórico a respeito das secas no Nordeste, perceberam que, na medida em que iriam sendo relatados e detalhados os seus efeitos sobre a população, assentaram-se aí os fundamentos de uma visão trágica, de uma região ligada à pobreza, à miséria, à calamidade. Como fizeram Tabarelli et al. (2018), deixamos anotado aqui que não pretendemos contrapor a qualquer das narrativas, sejam elas fictícias ou verídicas.

As secas que assolam a região de tempos em tempos, secularmente, imprimiram marchas de flagelados que ocuparam estradas, vilas, cidades, levando consigo o retrato da miséria e da fome. Estamos distantes de discordar de Darcy Ribeiro, que depois de analisar profundamente a formação e o sentido do “Brasil Sertanejo”, adverte que manteve acesa a lembrança da “imagem de uma feira de nordestinos, adultos e crianças, maltrapilhos, cabeça coberta com seus chapéus de palha e de couro, agachados...” (RIBEIRO, 1999, p. 362). Ou mesmo do conceito de fome epidêmica, de Josué de Castro (1984). Conforme deixou registrado o autor, o sertão do Nordeste é uma região onde o fenômeno da fome se apresenta para a sua população como um todo, pondo-a em situação de calamidade coletiva, espalhando-se de forma epidêmica, cujos surtos são provocados pelas longas estiagens.

A estiagem, por sua vez, é um fenômeno climático recorrente no Nordeste do Brasil, característico do bioma Caatinga. Conforme levantaram Lima; Magalhães (2018), desde o século XVI há registros conhecidos. Todavia, a dinâmica que promoveu a colonização do sertão brasileiro, levou a ele uma população que desconhecia as idiosincrasias do território, em especial, seus longos períodos de estiagem, o que dificultava a preparação para seu enfrentamento. Os relatos acerca do fenômeno, como anotam os autores, levantaram, além de questões econômicas, aquelas relacionadas com as tragédias humanitárias (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Vale anotar que os autores discutem dois

conceitos para seca, um vinculado ao fenômeno climático e outro a um fenômeno social. Enquanto fenômeno climático, a seca está representada pela não ocorrência de chuvas, ocasionando baixa presença e disponibilidade de água, inviabilizando as lavouras temporárias e afetando a manutenção dos estoques, inclusive rebanhos. Do lado do fenômeno social, a seca provoca a epidemia de fome relatada por Castro (1984, p. 177), uma fome global, dentro de “uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos”, cujas marcas só são vistas quando a seca já promoveu seus estragos (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Estiagem e seca, portanto, são construções teóricas vinculadas com a escassez hídrica. Todavia, a seca é uma construção social, que está correlacionada a um fenômeno climático, a estiagem, que provoca a escassez hídrica em parte do território nordestino, onde se desenvolveu a agricultura de sequeiro<sup>4</sup>.

Predominaram, portanto, a respeito da Caatinga, as narrativas que a puseram na condição de espaço-problema, vinculada à fome, à pobreza, ao baixo nível técnico, à baixa produtividade, decorrente de suas condições edafoclimáticas.

Sendo a estiagem considerada um problema, as intervenções que a Caatinga recebeu ao longo do tempo, até mesmo das agências de governos que foram criadas, buscaram enfocar soluções para criar infraestrutura para levar água a lonjuras variadas, para minimizar os impactos da escassez hídrica. Mas como bem pontuou Ribeiro (1999), esse tipo de solução, mesmo mais recentemente (MATTOS; FERREIRA; MAY, 2021), acabou por privilegiar determinados grupos, reforçando velhas práticas clientelistas e eleitoreiras. Um breve histórico da ação pública no território da Caatinga denota o descompasso entre estas e as reais necessidades da população que ocupou aquele espaço.

No século XIX, como ponto de partida, podemos registrar a criação do Ministério de Obras Públicas, em 1860. Sua finalidade era assumir a responsabilidade de regular e fomentar obras, num contexto de crescente demanda por infraestrutura. Mas concentrava seus gastos no Distrito Federal, onde estava a Corte do Império, mesmo já sendo conhecidos os fenômenos das estiagens. Todavia, Dandaró; Marcondes (2018) observaram que a partir de 1879 houve um maior aporte de recursos da pasta na região Nordeste, para promover ações em decorrência das secas.

No início do século XX, com a criação da Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, embrião do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), patenteou-se o mote do enfrentamento das condições edafoclimáticas regionais: a execução de obras para viabilizar sistemas de captação, acúmulo e distribuição de água e obras de infraestrutura (ANDRADE, 1985; LIMA; MAGALHÃES, 2018). A ação para o desenvolvimento da região foi orientada,

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma prática agrícola cuja característica fundamental é sua dependência das chuvas, ou seja, realizada em áreas onde a água necessária para as culturas é armazenada a partir das chuvas e com culturas que podem suportar longos períodos de estiagem. Ver Lopes (1992).

portanto, pelo paradigma do “combate às secas”. Mas, como mostraram Dandaro; Marcondes (2018), e também Lima; Magalhães (2018), as políticas endereçadas à região, desde o Império, privilegiaram a distribuição de auxílios para o socorro aos desamparados.

Ainda nesse ínterim, percebeu-se que aquelas condições edafoclimáticas eram adequadas à aclimação de frutas, fazendo com que a região recebesse investimentos externos, políticas de colonização, de infraestrutura hídrica e estruturação de um complexo agroindustrial, despontando como importante polo fruticultor, integrado às cadeias globais de valor. Por essa via, entendemos que o território da Caatinga é interpretado como uma fronteira econômica, como reserva de valor, que serve como elemento de acumulação dependente do avanço tecnológico.

Recentemente, em busca de subverter essa trajetória, a noção de “convivência com o semiárido” emergiu, a partir da movimentação de organizações sociais locais (SILVA, 2003; AGUIAR et al., 2019). Assim, o que outrora foi concebido como um espaço-problema, desponta como possibilidade de ser interpretado como uma fronteira de capital natural<sup>5</sup>, com capacidades únicas para o desenvolvimento tecnológico e social, atendendo demandas e enfrentando desafios da sociedade contemporânea. Implica reconhecer, portanto, que não se pode conceber processos de desenvolvimento que busquem subtrair recursos e substituir ecossistemas e paisagens em detrimento de uma suposta melhoria nas condições de vida, medida pela elevação da renda média da sociedade. Ora, é do conhecimento acerca dos processos de conservação da capacidade dos territórios em manter a oferta dos recursos disponíveis que modernos valores de uso são incorporados pela sociedade, via arranjos político-institucionais e econômicos variados. É na natural diversidade que está o valor bioeconômico do território.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Um dos segmentos responsáveis pela manutenção da Caatinga produtiva corresponde às formas que a agricultura familiar assumiu na região semiárida do Brasil. E, ao longo do tempo, como brevemente resumido acima, o grosso da população radicada no território semiárido não pode contar com políticas específicas, que atendessem suas reais necessidades. Só mais recentemente é que o segmento pode ser alvo de ações que conferiram a ele maior resiliência. Vejamos um roteiro das políticas públicas recentes que beneficiaram o segmento da agricultura familiar no Brasil, e que, em função de suas características, tiveram maior repercussão na região Nordeste.

---

<sup>5</sup> Conforme anotou Becker (2005), na fronteira de capital natural o principal valor deriva da diversidade dos recursos disponíveis no território, onde também estão pessoas que desenvolveram formas variadas de convivência e organização socioproductiva em função da disponibilidade de recursos, integrando-se a sistemas políticos-institucionais e econômicos para realizar excedentes e internalizar recursos não produzidos.

Grisa; Schneider (2014) propuseram uma periodização para analisar a trajetória da construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, apontando 3 gerações. De meados do século XX até sua última década, a primeira geração de políticas públicas teria como característica fundamental a construção de um referencial agrícola. É também nessa última década do século XX que se tem início a segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar. Os motes principais do debate giravam em torno da construção de um referencial social e assistencial. Na terceira geração, iniciada neste século XXI, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental têm dominado o debate.

Sem propor um esquema cronológico, a interpretação de Mattos; Ferreira; May (2021) contribui para a observação de como as políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido brasileiro se desdobraram ao longo do tempo. Utilizando Índices de Precipitação Padronizados para os primeiros 6 meses do ano como referência analítica, observaram o fenômeno da estiagem no início da década de 1980, no início da década de 1990 e em meados da década de 2010. Ao verificarem a intensidade e a abrangência da estiagem nos três períodos, notaram que foi mais intensa no último, na “Grande Seca”, ocorrida entre 2012 e 2017. Todavia, os efeitos trágicos da seca foram mais sentidos pela população nos dois primeiros períodos. Na avaliação dos autores, foram as políticas públicas destinadas ao segmento da agricultura familiar, junto com suas formas de se organizarem produtivamente, que puderam constituir condições mínimas para que as famílias enfrentassem a estiagem de maneira a resistirem e se adaptarem à exaustão contínua dos estoques, convivendo com a seca. Aquino; Vidal; Alves (2021) corroboram com a avaliação, uma vez que a estiagem ocorrida no período de 2012-2017 atingiu com gravidade a agricultura familiar do semiárido, que tem suas atividades predominantemente realizadas em áreas de sequeiro.

Nota-se que, com a ditadura vigente até a penúltima década do século XX, as lutas camponesas, outrora reprimidas, trouxeram algum avanço na década de 1990, com a Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei Agrícola, demarcando uma vitória histórica na primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar. É também da década de 1990 a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio das resoluções 2.101/1994 e 2.191/1995, que criaram uma linha de crédito e buscaram apoiar financeiramente as atividades de unidades produtivas exploradas com mão de obra familiar. O PRONAF, que se coloca na segunda geração de políticas dedicadas ao segmento da agricultura familiar, tornou-se política de governo no ano seguinte, por meio do Decreto n.º 1.946, em 26 de junho. Nas raízes da terceira geração de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar estão o Programa Fome Zero, de onde emergiram o Programa de Aquisição de Alimentos, ainda na primeira metade da primeira década do

século XXI, e renovação do Programa Nacional da Alimentação Escolar, na segunda metade, quando também é regulamentada a Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos.

É nessa terceira geração de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar que concentramos as observações aqui apresentadas. Nela, podemos observar a ação do Estado em busca de criar mercados capazes de dinamizar a agricultura familiar, através da possibilidade dos agricultores realizarem vendas diretamente aos programas de governos. Na medida em que fortaleceu a agricultura familiar, garantindo mercados para a realização de seus excedentes, assegurou alimento saudável para a população.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu como mecanismo de operacionalização do Programa Fome Zero, instituído por meio da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003. A lei foi promulgada na intenção de repactuar e alongar dívidas de crédito rural de modo a reduzir os problemas de endividamento no PRONAF (SAMBUICHI et al., 2020), criado quase uma década antes. Mas trouxe consigo um dispositivo específico que criava o PAA, com a principal finalidade de incentivar a agricultura familiar por meio de ações de aquisições de produtos agropecuários a servirem de estoques para combater a fome e promover a segurança alimentar (BRASIL, 2003; CONAB, 2004).

Operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), eram 6 mecanismos distintos para aquisição de estoques da agricultura familiar: a compra com doação simultânea, a compra direta, o apoio à formação de estoques, o incentivo à produção e ao consumo de Leite (PAA Leite), a compra institucional e a aquisição de sementes. Assim, o PAA tornou-se um importante instrumento de combate à pobreza e insegurança alimentar, abastecendo, regularmente, instituições filantrópicas, de amparo a idosos e crianças, associações comunitárias, creches, hospitais, entre outras (BRASIL, 2014; SAMBUICHI, 2020).

Ao longo da última década, mesmo com as rupturas de discontinuidades, o programa foi capaz de aplicar R\$ 5,9 bilhões naquelas modalidades, adquirindo 2,1 bilhões de toneladas de alimentos, beneficiando mais de 450 mil agricultores familiares em 4,4 mil municípios brasileiros. Desse montante, quase metade foi aplicada na região Nordeste, onde esteve quase metade dos agricultores beneficiados, a metade dos alimentos adquiridos nas diversas modalidades do programa e pouco mais de 1/3 dos municípios abrangidos (SAMBUICHI et al., 2020).

O PNAE, por sua vez, foi criado em 1955, com o nome de Campanha da Merenda Escolar, um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. A partir de 1995, o governo federal estabeleceu a descentralização da merenda escolar, com o objetivo de diminuir os custos operacionais, estimular a participação da comunidade local, promover a educação nutricional no

âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares, reduzir a evasão e a repetência escolar (BRASIL, 2009). Com a descentralização, houve a transferência das funções do nível federal para os níveis estadual e, principalmente, municipal, passando a ser responsabilidade dos administradores às operações de aquisição de alimentos, elaboração de cardápios, contratação de recursos humanos, oferta e instalação de infraestrutura física, equipamentos e outros utensílios, como pratos, talheres etc.

As instituições envolvidas no processo de operacionalização do PNAE são o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela definição das regras do Programa, e as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e as escolas federais, que visam o cumprimento do PNAE considerando os aspectos legais. Conta ainda com uma Unidade Executora (UEx) que acompanha a entrega dos produtos, com finalidades de fiscalizar as condições higiênico-sanitárias. O arranjo institucional do PNAE ainda integra os Conselhos de Alimentação Escolar, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria Federal de Controle Interno e o Ministério Público.

Desde uma revisão e realinhamento, em 2009, as escolas foram obrigadas a utilizarem 30% de seus fundos para a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Para as cooperativas e famílias, foram estabelecidos valores para uma quantidade máxima anual de compra. E os produtos orgânicos produzidos recebem um prêmio de preços com 30%. Aliada a outras políticas de fortalecimento da agricultura familiar como o Programa Um Milhão de Cisterna (P1MC), o PRONAF e política de assistência técnica e extensão rural, permitiu que os produtores ampliassem os investimentos e promovessem a diversificação de sua produção, motivando muitos pequenos produtores a produzirem pela primeira vez além das próprias necessidades. A renda gerada pelo programa PNAE motivou e ajudou a expandir a produção, além da garantia de clientes escolares e institucionais, incentivou a conquistar os mercados vizinhos.

Essa estrutura de produção e comercialização deu uma importante contribuição para a segurança alimentar, ao mesmo tempo que ampliou as fontes de renda para a pequena agricultura familiar. De acordo com Cortez (2017) e Mattos; Ferreira; May (2021), é possível identificar vários impactos do PNAE na renda familiar que se reflete, por sua vez, positivamente na manutenção da estrutura social e cultural, e mais fortemente nas questões de reprodução social e econômica da família, resultando em novos arranjos de distribuição do trabalho entre seus membros, bem como oferece às mulheres e aos jovens novas e melhores perspectivas.

Não se pode deixar de notar, ainda, os avanços no campo da meteorologia e da capacidade do Estado em criar e monitorar sistemas de informação capazes de oferecer maior acurácia para a

tomada de decisão, além dos programas que promoveram a descentralização da água, que influenciaram positivamente nas decisões de investimento das unidades familiares (MATTOS; FERREIRA; MAY, 2021).

## **A AGRICULTURA FAMILIAR NA CAATINGA**

Por agricultura familiar, compreendemos as formas variadas de organização da produção que tem origem no campo, na interação direta com a base natural de recursos disponíveis nos territórios, sejam eles ancestrais ou incorporados por grupos e movimentos sociais em função de suas lutas por existência, e que são manejadas quase que exclusivamente pela força de trabalho da unidade familiar. Ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco, comunidades de fundos de pastos, atingidos por barragens, assentados e acampados pela reforma agrária, agrofloresteiros e agrocaatingueiros, são algumas das expressões da agricultura familiar presente nos territórios que compreendem o bioma Caatinga.

No Brasil, o segmento da agricultura familiar corresponde a pouco mais de 3/4 do número de estabelecimentos rurais levantados pelo Censo Agropecuário em 2017 (IBGE, 2019). Dos quase 3,9 milhões de estabelecimentos, 47,18% estão no Nordeste. E, dentro do Nordeste, onde está a região semiárida mais biodiversa do mundo, são mais de 1,44 milhão de estabelecimentos liderados pela agricultura familiar. Os dados denotam a importância social do segmento, que foi alvo de políticas ou tensões específicas, ao longo deste século XXI.

Mas enquanto o número de estabelecimentos rurais liderados pela agricultura familiar no semiárido brasileiro corresponde a mais de 3/4 do total dos estabelecimentos aí localizados, a área por eles ocupada corresponde a pouco mais de 2/5 da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no semiárido. Entretanto, a agricultura familiar só ocupa efetivamente 4,2% das terras consideradas agricultáveis. É também aí que vive quase metade da população brasileira que utiliza lenha e carvão vegetal para a produção de alimentos.

Vejamos os casos específicos do PAA e do PNAE, e seus desdobramentos em 3 municípios situados na Caatinga baiana. Em seguida, como uma cooperativa que atua nesses municípios pode articular ações do Estado, iniciativas de organismos não governamentais, pautas dos movimentos sociais do campo, compondo uma rede em busca do desenvolvimento sustentável.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ: O CASO DA COOPERCUC**

Souza; Santiago; Leandro (2019) procederam um estudo preliminar do PAA nos municípios de Canudos, Curaçá e Uauá, e notaram a importância do programa para o desenvolvimento sustentável da região, a partir das ações articuladas por uma cooperativa. Trata-se da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc).

A Coopercuc tem sua trajetória ligada ao trabalho das comunidades eclesiais de base, que vinha tendo abrigo em algumas comunidades de fundos de pastos localizadas no município de Uauá, ainda na década de 1980 (GENTILE; BURGOS, 2016). Na década seguinte, com apoio do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), através do Programa de Convivência com o Semiárido em Canudos, Uauá e Curaçá (Procuc), uma série de oficinas voltadas para os agricultores e agricultoras daqueles municípios findou por concretizar as experiências em uma organização social dentro da doutrina cooperativista (MARTINS, 2016). Formalmente criada no ano de 2004, ela reaplicou a experiência de beneficiamento e comercialização de frutos endêmicos da Caatinga, especialmente o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) e o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), que vinham desenvolvendo desde 2 décadas antes, promovendo ações produtivas conectadas com a conservação da biodiversidade do território.

Atualmente, congrega mais de 270 cooperados, mantém mais de 134 km<sup>2</sup> do bioma Caatinga produtivo e preservado, certificados para a produção de orgânicos, com um portfólio de mais de 50 produtos agroindustrializados, elaborados com tecnologias sociais e agroecológicas, por comunidades de fundos de pastos, extrativistas, agrocaatingueiras. Possui 3 plantas para agroindustrialização de seus processos, sendo uma de processamento de frutas e produção de doces, geleias e polpas, uma de laticínios de caprinos e outra unidade empacotadora de grãos, além de 11 minifábricas de produção de doces e geleias.

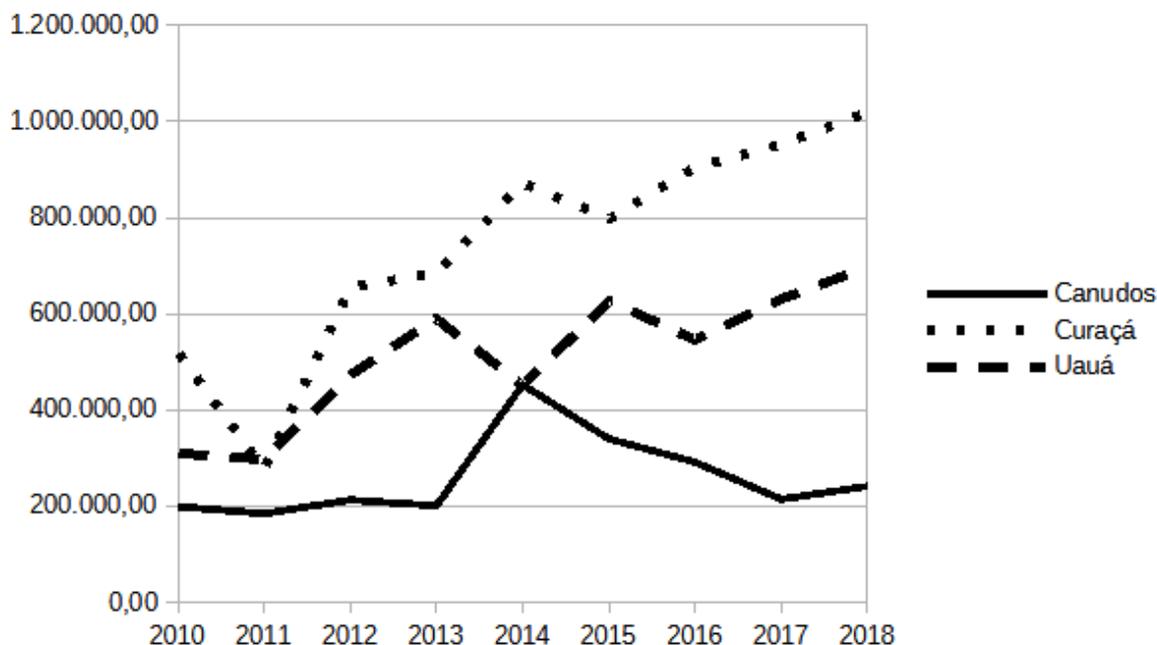
Sua unidade de processamento de frutas e produção de doces, geleias e polpas tem uma capacidade instalada para processamento e armazenamento de cerca de 200 toneladas de frutas por ano. Seu processo produtivo é agroecológico e realizado em unidades de processamento e áreas produtivas certificadas para a produção de orgânicos. As frutas que a cooperativa processa são sazonais, de origem extrativista ou de agricultura de sequeiro. Assim, os cooperados desenvolveram métodos de conservação das frutas para uso durante todo o ano. Seus principais produtos contam com o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) e o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.) como os insumos básicos para a produção de doces, compotas, geleias, polpas e bebidas, comercializadas local, regional e nacionalmente, alcançando mesmo alguns mercados internacionais, com marca própria.

Além das agroindústria de processamento de frutas, apenas as instalações para processamento e produção de laticínios de caprinos estão em operação. As descontinuidades dos programas, especialmente do PAA, reduziram as atividades da cooperativa ao ponto dela não mais utilizar a sua unidade para empacotar grãos, além das 11 minifábricas terem se tornado ociosas em função de mudanças institucionais e de requisitos sanitários para o atendimento dos mercados que outrora absorvia sua produção.

Com uma emblemática trajetória, as ações da Coopercuc puderam movimentar, apenas dentro do PAA, a valores correntes de 2018, cerca de R\$ 10 milhões entre os anos de 2004 e 2015. O montante é equivalente ao que as prefeituras dos 3 municípios receberam para executar o PNAE entre os anos de 2011 e 2018, por exemplo.

Na Bahia, estado onde a Coopercuc atua, naquele intervalo de tempo, foram repassados mais de R\$ 2,3 bilhões, um valor equivalente ao que foi injetado em todo o Nordeste por meio do PAA no mesmo intervalo de tempo (SAMBUICHI et al., 2020). Na área de atuação direta da Coopercuc, os municípios de Canudos, Curaçá e Uauá, o PNAE foi responsável pelo repasse de R\$ 13,6 milhões. O Gráfico 1 apresenta os montantes repassados às prefeituras de Canudos, Curaçá e Uauá entre os anos de 2011 e 2018.

**Gráfico 1. Recursos do PNAE repassados para as prefeituras de Canudos, Curaçá e Uauá (2011-2018).**



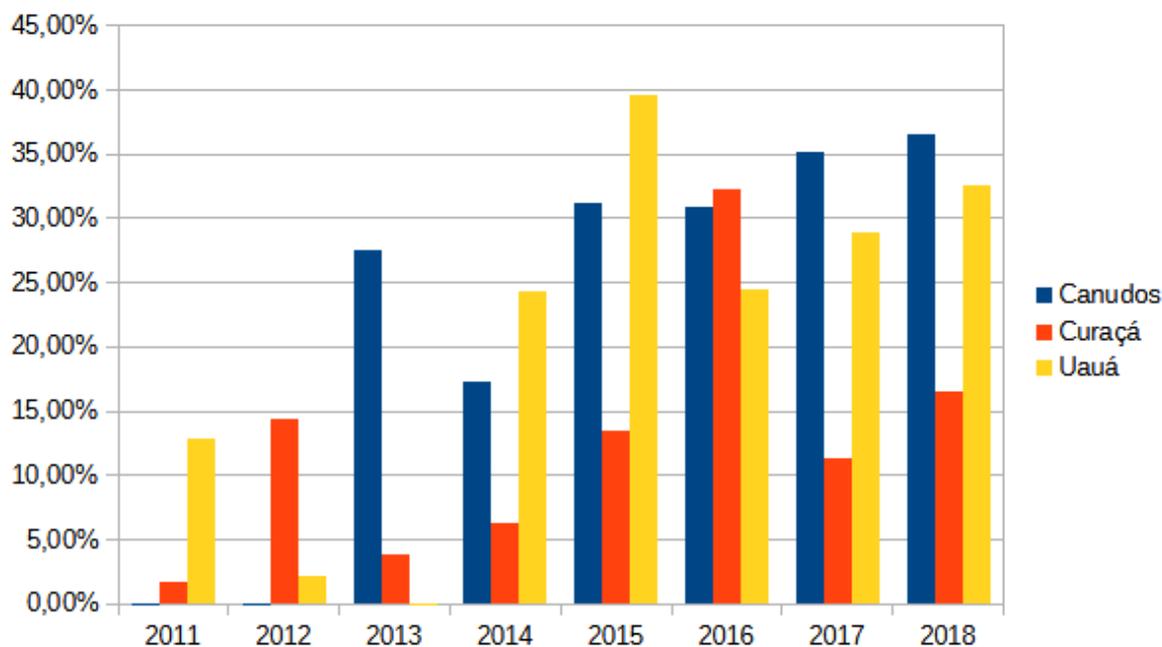
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. MEC. Vários anos.

É importante lembrar um requisito fundamental do PNAE, anotado anteriormente: dos recursos repassados, um mínimo de 30% deveria ser executado em compras feitas junto à agricultura familiar. Adicionalmente, os produtos com certificação de orgânicos recebiam um adicional de 30%

no preço dos itens comercializados. Entretanto, essa não era a regra geral que se pode observar nos municípios em tela.

O Gráfico 2 apresenta os dados da execução dos recursos repassados às prefeituras de Canudos, Curaçá e Uauá, junto à agricultura familiar, entre os anos de 2011 e 2018.

**Gráfico 2. Percentual de execução dos recursos do PNAE para aquisições junto à agricultura familiar (2011-2018).**



Fonte: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. MEC. Vários anos.

Como se nota, em apenas 1/4 das oportunidades, somando as operações nos 3 municípios, a regra de execução do mínimo de 30% dos recursos junto à agricultura familiar pode ser atendida. E em metade das oportunidades, os recursos executados foram inferiores a 20% dos repasses. No município de Canudos a regra foi observada com mais frequência. Já em Curaçá e Uauá não houve tanto investimento da agricultura familiar a partir do PNAE.

De todo modo, puderam ser registrados os impactos na geração de renda para os produtores locais, no empoderamento feminino e na conservação e regeneração do meio ambiente, através das práticas agroecológicas certificadas.

Antes de fazer comentários finais, é importante registrar que novas possibilidades podem ser visualizadas na agenda do desenvolvimento brasileiro. Nela, a agricultura familiar terá uma oportunidade para ampliar suas conquistas e integrar novas cadeias de valor, intensivas em conhecimento e voltadas para atender demandas da saúde, de modo a dar suporte à soberania nacional.

## **INOVAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DA CAATINGA: UMA AGENDA CONVERGENTE**

Lembremos aqui que a Caatinga é um território sociobiodiverso, com recursos endêmicos, ou seja, que ocorrem apenas nesse espaço geográfico. Entre os seus recursos endêmicos, cabe destacar o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) e o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), que além de sua relevância socioambiental, denotada pela trajetória da Coopercuc comentada antes, têm sido observadas como potenciais fontes de bioinsumos para a produção de fitoterápicos e cosméticos. Pesquisas possibilitaram a identificação da atividade fotoprotetora do umbuzeiro (*Spondia tuberosa* Arr.), a partir de extratos obtidos de ramos da planta (ARAÚJO et al., 2021), e a verificação do crescente interesse industrial pelas plantas do gênero *Passiflora*, entre as quais está o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), em função de suas propriedades farmacológicas (LEAL et al., 2022).

Como apontado anteriormente, a Coopercuc tem capacidade de processar cerca de 200 toneladas de frutas por ano. Mas o aproveitamento dos frutos é limitado à sua polpa. Cascas e sementes são descartados após o processamento agroindustrial primário. Na natureza, considerando apenas os serviços ambientais, essa biomassa irá se decompor e seus nutrientes serão absorvidos pelo solo. Tanto para o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) quanto para o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), após o processo de obtenção da polpa, cascas e sementes são descartadas.

Todavia, sementes e cascas de umbu (*Spondia tuberosa* Arr.), conforme as caracterizações feitas por Feitoza (2017), Xavier (2019) e Alves et al. (2021), podem resultar em uma farinha rica em nutrientes e compostos bioativos, podendo ser utilizado para enriquecimento de fórmulas alimentares. De acordo com Feitoza (2017) e Xavier (2019), a farinha pode ser classificada como uma boa fonte de cálcio, fósforo e magnésio, e excelente fonte de ferro, zinco e cobre. Alves et al. (2021) destacaram também o baixo custo de obtenção da farinha e as possibilidades de, ao gerar renda extra ao produtor rural, colaborar para a mitigação dos impactos ambientais com o descarte das sementes.

Para o caso do maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), Leal et al. (2023), ao avaliarem a ação do extrato etanólico e da farinha da casca do fruto, notaram o potencial redutor de lipídios, sem sinais de toxicidade, o que abre perspectivas para o desenvolvimento de medicamentos que auxiliam no controle de dislipidemias. Já Dutra et al. (2023), ao notarem diferenças nos perfis genotípicos de plantas do gênero *Passiflora*, entre as quais a *P. cincinnata*, observaram sua equivalência química em relação àquelas demais integrantes do gênero e mais conhecidas comercialmente, o que sugere a possibilidade de sua utilização na produção de fitoterápicos.

A que se reconhecer, portanto, que há possibilidades para que as organizações socioprodutivas estejam inseridas em cadeias de valor mais bem posicionadas, em relação àquelas

que já integra no setor agroalimentar, oferecendo produtos e serviços de alto valor agregado. E algumas dessas organizações reúnem as condições para esse salto de inovação. Produzem em sistemas que impactam a Caatinga de forma positiva, contam com capacidade instalada e algum nível de conhecimento acumulado na etapa da agroindustrialização de suas cadeias de valor, e encontram na biodiversidade do bioma as possibilidades de realização de excedentes econômicos para seus congregados. Como se pode notar, são tecnologias já desenvolvidas, que agregadas à capacidade instalada das organizações, ao conhecimento e tecnologias sociais localmente desenvolvidas, podem gerar importantes excedentes para as economias locais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atuais agendas do desenvolvimento regional, da indústria e comércio, da saúde e da ciência e tecnologia estão promovendo ações capazes de conectar a agricultura familiar em cadeias de maior valor agregado, a partir daquelas em que já atua. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão que faz parte da estrutura do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, está financiando projetos para economias baseadas em biomas. Um desses projetos é a Estruturação da Rede Impacta Bioeconomia, que está em busca de desenvolver uma estratégia que tenha a capacidade de agroindustrializar a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, fazer com que as inovações no campo da saúde possam ser apropriadas por ela, que pode passar a fornecer bioinsumos de alto valor agregado, reduzindo a dependência das indústrias química e farmoquímica brasileiras, de cadeias globais de valor.

Ao mesmo tempo, urgem as ações para mitigar os efeitos catastróficos do modo linear de produção, que se funda na desagregação dos ecossistemas para a implementação de recursos de alta tecnologia, desenvolvidos fora do território, capturando, transformando e descartando valores de uso, numa sanha voraz contra a manutenção da vida no planeta. E, novamente, a agricultura familiar ocupa um papel privilegiado para assumir protagonismo nessa agenda, pois desenvolveu técnicas e sistemas baseados em conhecimento tácito, mas capazes de promoverem a regeneração dos ecossistemas e garantirem a justa repartição dos benefícios econômicos gerados pelas atividades. Ou seja, um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente saudável.

### **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, L. C. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão da literatura. **Rev. Econ. NE.** Fortaleza, v. 50, n. 2, 2019.

ALVES, I. A. et al. Potencial nutricional e funcional da farinha da casca de umbu (*Spondias tuberosa* Arruda Cam.). **Revista Brasileira de Agrotecnologia**, v. 11, n.2, p. 964-974, abr-jun, 2021.

ANDRADE, M. C. **O caso do nordeste brasileiro**. Pernambuco: Asa Pernambuco. 1985.

ANGELOTTI, F. et al. Agricultura sustentável como medida de adaptação para o polo gesseiro do Araripe. In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E S. **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

AQUINO, J. R.; VIDAL, M. F.; ALVES, M. O. Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: o papel do PRONAF e do Garantia-Safra. In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E S. **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

ARAÚJO, A. D. et al. Phytochemical screening, in vitro antioxidant, photoprotective and hemolytic activities of ethyl acetate extracts of the fruits and branches from *Spondias tuberosa* (umbu). **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e38610111825, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11825.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de aquisição de alimentos - PAA: ações da CONAB em 2003**. MAPA; CONAB: 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de conservação e terras indígenas do bioma Caatinga**. MMA; TNC, 2008. Disponível em: <[https://antigo.mma.gov.br/estruturas/203/\\_arquivos/mapa\\_das\\_ucs.pdf](https://antigo.mma.gov.br/estruturas/203/_arquivos/mapa_das_ucs.pdf)>. Acesso em: março de 2024.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: maio 2021.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v8i1.8648975>

DANDARO, F. M.; MARCONDES, R. L. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no nordeste brasileiro (1860-1940). **Rev. Econ. NE**. Fortaleza, v. 49, n. 3, 2018.

DUTRA, L. M. et al. <sup>1</sup>H NMR-based metabolic profile and chemometric analysis for the discrimination of Passiflora species genotypic variations. **Food Research International**, v. 164, p. 112441-112448, 2023.

EMBRAPA SEMIÁRIDO. **Área de ocorrência do Bioma Caatinga e altimetria do Semiárido brasileiro**. Lagoa Grande: Embrapa, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-caatinga/introducao>>. Acesso em: março de 2024.

FEITOZA, G. S. **Caracterização da farinha de subprodutos do processamento do Umbu (Spondia tuberosa Arr. Cam)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Bioquímica e Fisiologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Repasses financeiros por entidade executora**: Dados Financeiros do PNAE – Redes Estadual, Distrital e Municipal – Por Entidade Executora. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/repasses-financeiros-por-entidade-executora/pnae-repasses-financeiros>>. Acesso em: janeiro 2024.

GENTILE, Chiara; BURGOS, Andrés. Coopercuc: percursos de valorização dos recursos locais e de convivência com o Semiárido. **Sustainability in Debate**, [S. l.], v. 7, p. 136–151, 2016. DOI: 10.18472/SustDeb.v7n0.2016.18321

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**. Brasília/DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan.-jun. 2018.

LEAL, A. E. B. P. et al. Hypolipidemic potential and safety profile of the ethanolic extract and flour of the peel of Passiflora Cincinnata Mast. (Passifloraceae) in mice. **Drug and Chemical Toxicology**, v. 46, n. 4, p. 640-649, 2023.

LOPES, L. H. O. **Manejo de culturas em áreas de sequeiro**. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1992.

MARTINS, Matteus Guimarães. **Cooperativismo, Agroindústria da Agricultura Familiar e Mercado**: um estudo de caso da COOPERCUC/BA. 2016. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MATTOS, L. C.; FERREIRA, A. P.; MAY, P. H. Seca e estiagem: dois sentidos para o mesmo fenômeno. In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E S. **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

OLIVEIRA, M. A. C.; SHINOHARA, A. H.. A experiência com gás natural/GLP no polo gesso do Araripe, PE. **Cerâmica**, v. 60, n. 354, p. 243–253, abr. 2014.

ROLIM, M. M.; FRAIDENRAICH, N.; VILELA, O. C. Energia solar na produção de gesso – renovando definições. **Anais...** IV Congresso Brasileiro de Energia Solar e V Conferencia Latino-Americana da ISES. São Paulo, 2012.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios. **Texto para discussão**. IPEA: Brasília; Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, J. M. C.; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. **Caatinga**. The largest tropical dry forest region in South America. Cahm: Springer International Publishing, 2017.

SOUSA, J. D.; SANTIAGO, A. M. S.; LEANDRO, L. M. L. O fortalecimento da agricultura familiar através das políticas públicas: PAA em Canudos, Uauá e Curaçá – BA. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Extensão Rural, 2., 2019, Juazeiro-BA. **Anais** [...]. Juazeiro: Univasf, 2019.

TABARELLI, M. et al. Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 25-29, Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400009>.

XAVIER, V. L. **Potencial tecnológico de frutos do umbuzeiro (Spondias tuberosa Arr. Cam.)**: aproveitamento integral do umbu na elaboração de produtos alimentícios funcionais. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na  
América Latina e Caribe

## Consequências da Transição para a Produção de Dendê na Ocupação de Agricultores Familiars: Um Estudo em Concórdia do Pará.

Ana Caroline do Rosário Sousa<sup>1</sup>(NAEA)

Nírvia Ravena<sup>2</sup>(NAEA)

Diego de Mendonça Costa<sup>3</sup> (NAEA)

**Resumo:** O Nordeste do estado do Pará concentra a produção nacional da *commodity* óleo de palma. Dentre os municípios da mesorregião que mais produzem cachos da espécie, Concórdia do Pará ocupa a terceira colocação no ranking estadual. Considerando as influências produtivas, socioeconômicas e ambientais decorrentes da expansão da atividade na Amazônia oriental (e, concomitantemente, no cotidiano de seus residentes), o presente estudo investiga as principais transformações ocorridas em zona rural composta por agricultores familiares que aderiram à produção de dendê no município, concentrando-se nas consequências provocadas em seus respectivos lotes e em suas relações interpessoais pela conversão progressiva de atividades agrícolas tradicionais em monoculturas da espécie. Para tal, combinou-se Pesquisa de Campo com Revisão Bibliográfica; visando a coleta de dados primários e secundários confiáveis para auxiliar os autores na composição do estudo. Os resultados revelaram alterações significativas nas práticas ocupacionais dos agricultores familiares entrevistados após aderirem à produção de dendê. A maioria deles converteu áreas anteriormente ocupadas por atividades agrícolas tradicionais (como o plantio de roçados e sistemas agroflorestais) em espaços voltados para a produção da *commodity*; motivados, principalmente, pelas promessas de incremento da renda e de garantia de estabilidade financeira associadas à nova cultura. Observou-se também diminuição substancial no tempo e nos recursos investidos em culturas tradicionais, como a da mandioca, à medida que os agricultores concentravam seus esforços laborais no cumprimento de demandas relacionadas à produção de dendê. Do mesmo modo, a ausência de experiência prévia dos agricultores em relação ao cultivo da espécie dificulta a adaptação do grupo à recente atividade. Além disso, as constantes flutuações nos preços e na demanda do mercado em relação à *commodity* geram incertezas econômicas na comunidade. Ademais, a redução na produção de culturas tradicionais impactou negativamente a segurança alimentar das famílias e a diversificação da produção agrícola, aumentando a vulnerabilidade desses agricultores a choques externos. Em suma, concluiu-se que a transição para a produção de dendê entre agricultores familiares de Concórdia do Pará apresenta desafios substanciais no tocante à sua implementação, evidenciando a necessidade de se avaliar criticamente os impactos estimulados pela introdução compulsiva da atividade em pequenas zonas agrícolas amazônicas.

**Palavras-chaves:** Agricultores Familiares, Produção de Dendê, Mudança Ocupacional, Concórdia do Pará, Transição Agrícola.

### 1. INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, atividades agrícolas tradicionais instituídas pela agricultura familiar – como o cultivo extensivo e diversificado de Sistemas Agroflorestais (SAF) (CARNEIRO e

---

<sup>1</sup> Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. E-mail: ac.rosario98@gmail.com

<sup>2</sup> Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. E-mail: niravena@gmail.com

<sup>3</sup> Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. E-mail: diegodemendonca23@gmail.com

NAVEGANTES-ALVES, 2019) –, dispõem de forte caráter agroecológico, contribuindo para o acréscimo da diversidade biológica e conservação ambiental na região (PLOEG, 2014). Agricultores familiares desempenham papel crucial no fornecimento e produção de alimentos para abastecimento interno, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, e oferece oportunidades de emprego que impulsionam o crescimento das economias rurais. Além disso, seus modos de produção, em geral, são compatíveis com a manutenção dos recursos naturais, ao integrarem cultivos diversificados à produção familiar (IMAS, 2020).

Nesse sentido, a agricultura familiar representa um segmento de extrema relevância no contexto rural brasileiro; devido à sua importância econômica, social e ambiental. De acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017), dos 3,84 milhões de estabelecimento agropecuários existentes no país, 77% pertencem à agricultura familiar (ainda que a categoria ocupe apenas 23% da área total compreendida pelo setor no país). Em termos de produção, os imóveis provenientes da agricultura familiar respondem por aproximadamente um quarto do valor total de produção nacional, ocupando 66% (11,6 milhões de pessoas) da mão-de-obra agropecuária (VALADARES, 2022).

Apesar de apresentarem valores de produção muito menores quando comparados aos das grandes cadeias produtivas nacionais de *commodities* agrícolas destinadas à exportação, como a soja e o milho, os cultivos produzidos pela agricultura familiar são responsáveis pelo abastecimento interno de inúmeros alimentos no Brasil. Em relação às culturas permanentes, por exemplo, a agricultura familiar responde por 48% da produção de café e banana; no que tange as culturas temporárias, o segmento é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017).

Apesar da relevância da agricultura familiar no contexto alimentar nacional, a categoria enfrenta desafios estruturais; relativos não apenas à dificuldade de acessar créditos bancários, programas de extensão rural, insumos agrícolas e terras; mas, também, à constante exposição a pressões fundiárias e violência no campo. Tais fatores, em muitos casos, resultam em limitações significativas para os agricultores familiares – que incluem: a redução da capacidade de produção, o uso de práticas insustentáveis em seus lotes e a limitação de acesso a mercados competitivos com preços justos (SOUZA FILHO, BUAINAIN, GUANZIROLI, 2004). Além disso, a evasão de jovens do meio rural tem contribuído para o envelhecimento da população nessas áreas, dificultando a continuidade das atividades agrícolas tradicionais (SOUZA FILHO, BUAINAIN, GUANZIROLI, 2004).

Diante desses desafios, aliados aos incentivos de políticas públicas, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (PSPO), muitos agricultores familiares têm buscado integra-se à cadeia produtiva do dendê. Essa integração é motivada pelo desejo de alcançar melhorias significativas, especialmente em termos de renda e bem-estar. Além disso, os agricultores baseiam-se na percepção de que a participação nessas cadeias facilita o acesso ao crédito rural e proporciona oportunidades de mercado mais amplas (SILVA, 2023).

No entanto, a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva do óleo de palma, por vezes, resulta na padronização das práticas agrícolas em comunidades rurais amazônicas; devido ao espaço, técnicas específicas, mão de obra e tempo demandados para a produção da *commodity* (SILVA, 2020); comprometendo a autonomia de agricultores familiares (que tradicionalmente cultivam de forma diversificada e em menor escala), obrigados a adaptarem-se a modelos de produção que não estão alinhados com suas práticas e valores socioculturais (PIRAUX, RAPIAU, TIMONE, 2017).

Além disso, a cadeia do óleo de palma termina por expor agricultores familiares a flutuações de preços e à demanda do mercado, tornando-os mais suscetíveis a choques econômicos; afetando diretamente a estabilidade financeira e a segurança alimentar de comunidades rurais amazônicas e das regiões por elas abastecidas (PIRAUX, RAPIAU, TIMONE, 2017).

Do ponto de vista ambiental, a intensificação da produção para atender às demandas do mercado pelo produto estimula diversos impactos negativos – como: o desmatamento (para abertura de novas áreas de cultivo), a perda de biodiversidade (devido à substituição progressiva de espécies diversas pela monocultura), a contaminação do solo e dos corpos hídricos (devido ao uso excessivo de agrotóxicos nos plantios de dendê e lançamento de efluentes não tratados pela indústria de beneficiamento da espécie) (CARVALHO, 2013; FERREIRA ET AL., 2016; RIBEIRO E SCHMITZ, 2018). Práticas agrícolas insustentáveis têm o potencial de comprometer a saúde dos ecossistemas locais e a qualidade do solo, afetando a capacidade de produção a longo prazo (ZIMMERMANN, 2009).

A integração dos agricultores familiares à cadeia produtiva pode ser interpretada como uma transição na estrutura produtiva da região. Embora os discursos proferidos durante esse processo enfatizem a viabilidade do cultivo concomitante de dendê e de culturas tradicionais manejadas pelos agricultores familiares, a prática revela uma realidade diferente, na qual muitos desses agricultores acabam por abandonar suas culturas tradicionais, como a mandioca, para se dedicarem exclusivamente ao cultivo do dendê. Este fenômeno é, em grande parte, motivado pela escassez de mão-de-obra e recursos disponíveis para gerir simultaneamente as plantações tradicionais e as de dendê (DIETZ et al. 2015). Ademais, a complexidade das relações contratuais inerentes à integração

com a cadeia produtiva do dendê desempenha papel significativo nesse processo. Tais contratos frequentemente estabelecem cláusulas e exigências que devem ser cumpridas pelos agricultores familiares, sob a pena de sanções contratuais. Nesse contexto, a priorização do cultivo de dendê em detrimento das culturas tradicionais é, em parte, uma resposta à necessidade de adesão estrita às disposições contratuais, a fim de evitar consequências adversas (MOTA et al. 2015).

É importante ressaltar que essa mudança de foco na produção agrícola dos agricultores familiares pode resultar em implicações socioeconômicas significativas, tanto para eles quanto para suas comunidades. A concentração de esforços no cultivo do dendê leva à diminuição da diversidade produtiva nas áreas rurais, com potenciais impactos na segurança alimentar e na resiliência econômica das famílias envolvidas. Além disso, o abandono das práticas agrícolas tradicionais possui ramificações culturais e ambientais, afetando a preservação do conhecimento tradicional e a conservação dos ecossistemas locais (SANTILLI, 2009; SILVA, 2020).

A integração dos agricultores familiares à cadeia produtiva do óleo de palma na Amazônia é um fenômeno multifacetado que demanda análise cuidadosa de suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Sendo assim, a pesquisa investiga as principais transformações ocorridas em comunidade rural de Concórdia do Pará (PA) composta por agricultores familiares que aderiram à produção de dendê no município. É fundamental considerar esses aspectos ao formular políticas públicas e estratégias destinadas a promover o desenvolvimento ecológico e justo das comunidades rurais; garantindo a equidade e a resiliência dos sistemas agrícolas familiares.

## **1.1 METODOLOGIA**

Foram realizadas três incursões ao campo entre agosto e outubro de 2017 para coleta de dados, além da obtenção de informações através do acesso a fontes secundárias. Na primeira visita, realizada em agosto, efetuou-se visita à Secretaria Municipal de Agricultura de Concórdia do Pará para compreender a implantação da dendeicultura na região, além de levantar informações sobre a empresa produtora de dendê e os agricultores familiares participantes do projeto. Esses dados preliminares foram utilizados para elaborar os formulários de pesquisa.

A segunda visita, em setembro do mesmo ano, objetivou localizar as propriedades dos agricultores familiares selecionados e testar os formulários. Por fim, em outubro de 2017, os formulários foram aplicados entre os agricultores. As entrevistas foram conduzidas por meio de formulários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas; visando a obtenção de informações relevantes sobre o perfil socioeconômico dos agricultores e suas famílias, bem como dados relacionados às implicações sociais e de bem-estar no contexto da produção de dendê com contrato desde 2010 junto à empresa beneficiadora do óleo de palma.

Os dados coletados foram organizados e tabulados a partir das variáveis pré- definidas, e tratados estatisticamente através do pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20.0. A análise quantitativa dos dados obtidos foi realizada por meio de estatística descritiva, seguida da análise qualitativa que possibilitou uma visão holística das informações coletadas.

## **2. A EXPANSÃO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE**

Os estudos relativos à avaliação da viabilidade da implantação da dendeicultura no Brasil iniciaram ainda na década 1950, com a colaboração estabelecida entre o governo brasileiro e o Institut de Recherches Pour Lês Huiles et Les Oleagineux (IRHO). O propósito dessa parceria era identificar regiões que apresentassem condições edafoclimáticas propícias para o cultivo do dendê em uma escala agroindustrial, a fim de promover a produção de agrocombustíveis, diversificar a matriz energética nacional e reduzir a dependência de combustíveis fósseis (CRUZ; ROCHA, 2007).

A avaliação da aptidão edafoclimática ou pedoclimática de terras para o cultivo de uma determinada cultura fundamenta-se na análise comparativa entre as exigências ecofisiológicas da espécie e as condições ambientais disponíveis na área de interesse, visando a obtenção de uma relação custo/benefício favorável. Essa abordagem metodológica parte do pressuposto de que cada espécie vegetal apresenta um conjunto específico de requisitos em relação ao solo, relevo, clima e outros fatores ambientais, nos quais sua adaptação é considerada ótima e sua introdução minimiza o impacto negativo sobre o ambiente (RAMALHO FILHO, 2010).

Com base nesses estudos, a viabilidade da implantação da dendeicultura no Brasil foi avaliada a partir da identificação de condições propícias em áreas situadas na região amazônica e no sul da Bahia. A região amazônica, em particular o nordeste paraense, foi reconhecida como a mais promissora devido às suas excelentes condições edafoclimáticas e à abundância de terras disponíveis a preços competitivos para a implementação de projetos agropecuários, aliado ao interesse de promover a inclusão social dos agricultores familiares (ou camponeses) na cadeia produtiva do óleo de palma (SOUSA E MACEDO, 2019).

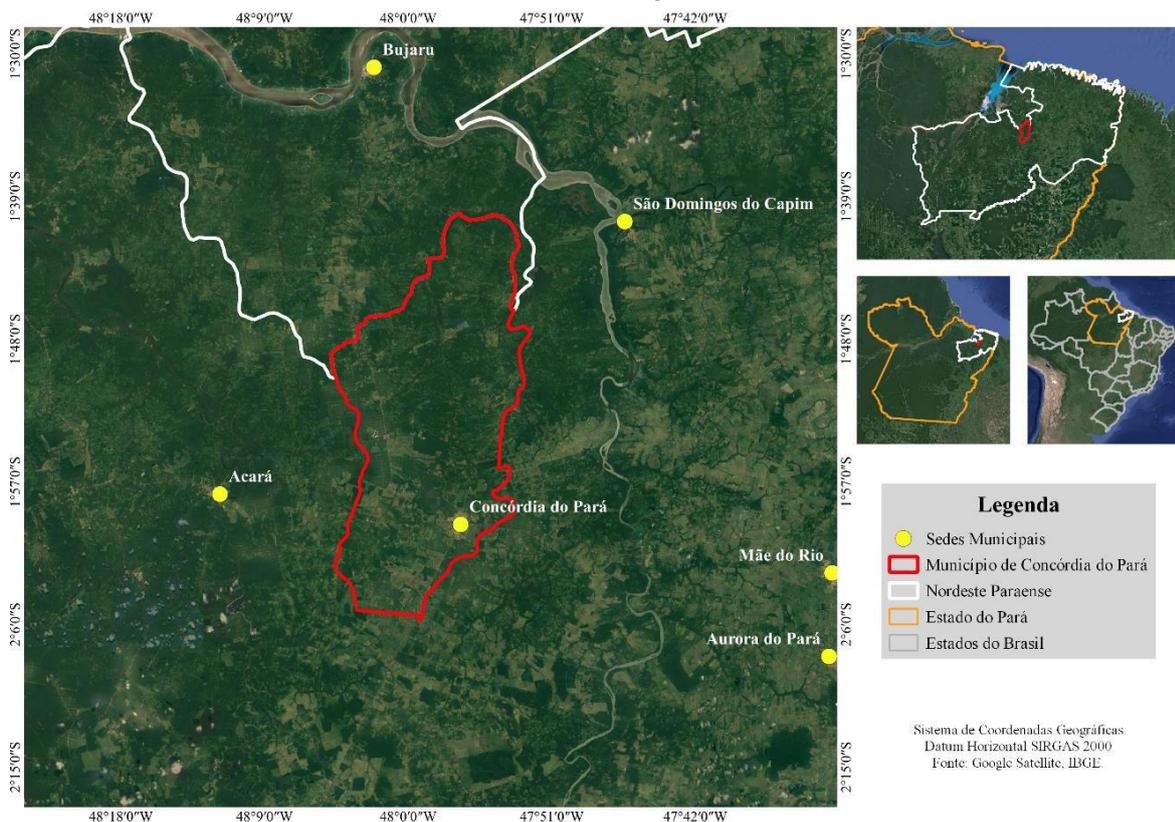
Sendo assim, os primeiros projetos agroindustriais do dendê instalados na Amazônia datam da década de 1960 (VILLELA et al. 2014). Inicialmente, os cultivos foram estabelecidos em Ananindeua, Benevides, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, nos quais empresas do setor já vinculavam suas atividades aos pequenos produtores rurais (CARVALHO; NASCIMENTO; NAHUM, 2014).

O Pará se destaca como o principal polo produtor de dendê no Brasil, com uma produção anual estimada em 2.901.177 toneladas de cachos dessa espécie, o que representa cerca de 98% da produção nacional anual (PARÁ, 2020). Nahum e Santos (2020) destacam que o crescimento do

cultivo do dendê na Amazônia paraense está associado à implementação de políticas públicas, programas e projetos concebidos a partir do século XXI, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (PSPO). Esses incentivos estão diretamente relacionados à integração de agricultores familiares à cadeia produtiva.

Dentre os maiores municípios produtores de dendê no estado, está o município de Concórdia do Pará (figura 1) que se encontra localizado no nordeste paraense, na microrregião de Tomé-Açu. Possuindo 700,590 km<sup>2</sup> de extensão territorial e uma população estimada de 34.236 pessoas, ele faz limite com os municípios de Acará, São Domingos do Capim e Mãe do Rio.

Figura 01: Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Autores, 2023.

### 3. A AGRICULTURA FAMILIAR E O DENDÊ EM CONCÓRDIA DO PARÁ

Levando-se em consideração a produção da palma de óleo em Concórdia do Pará, foram realizadas entrevistas com 19 famílias de agricultores familiares; a fim de investigar as possíveis implicações da inclusão desses agricultores na cadeia produtiva da commodity em relação: às

motivações da adesão, à mudança ocupacional, às condições laborais e aos impactos nos cultivos de culturas tradicionais.

No que diz respeito às motivações dos agricultores familiares para introduzirem a espécie em seus lotes, destacam-se os seguintes motivos: a perspectiva de aumento na renda familiar (42,1%), o estímulo por parte da empresa (31,6%) e a redução no cultivo de culturas anteriores (15,8%). Quatro agricultores (cada um com um projeto de dendê instituído em sua respectiva residência) mencionaram a última motivação. Segundo os relatos, a divulgação feita pelos funcionários incentivando o cultivo do dendê coincidiu com o momento em que as plantações anteriormente cultivadas pelos agricultores começaram a declinar. Assim, a adesão aos projetos do dendê foi considerada a alternativa mais viável encontrada por eles como fonte de renda substitutiva.

Entre os cultivos realizados antes da integração com o dendê, destacaram-se: os plantios de mandioca (cultivada por 84,2% dos agricultores) e pimenta-do-reino, (cultivada por 73,7% dos agricultores). A mandioca é predominantemente cultivada para a produção de farinha, destinada tanto para consumo próprio quanto para comercialização no mercado local. Por sua vez, a pimenta-do-reino é direcionada ao comércio local e a outros municípios. Outras culturas foram mencionadas em menor escala.

Com a integração da cadeia produtiva do dendê, 68,4% dos agricultores entrevistados relataram a necessidade de reduzir a quantidade das culturas anteriormente cultivadas. Essa adaptação decorreu de dois fatores principais: a necessidade de expansão da área de cultivo (já que eles destinam cerca de 10 hectares de terra para o plantio do dendê), e as exigências específicas da cultura durante os primeiros três anos (que demanda mais tempo e atenção por parte dos agricultores).

No que se refere à ocupação da mão-de-obra familiar, observou-se uma redução significativa. Essa diminuição pode ser atribuída a duas causas principais: o êxodo rural de parte da família, sobretudo os jovens, e a diminuição da demanda de trabalho relacionada ao dendê, que se torna menos intensa a partir do terceiro ano. Apesar dessa redução na ocupação da mão-de-obra familiar, todos os entrevistados afirmaram a necessidade de contratar de 1 a 4 diaristas durante os períodos de corte e colheita.

Em relação à qualidade das condições de trabalho, 47% dos entrevistados apontaram uma redução, resultante das demandas específicas do cultivo do dendê, principalmente nos primeiros três anos da cultura. A segurança alimentar também foi afetada devido à necessidade de reduzir a quantidade produzida de outras culturas.

Quanto ao uso de defensivos agrícolas, segundo 63,2% dos entrevistados, houve um aumento no uso de pesticidas, herbicidas ou fungicidas após a adoção do cultivo do dendê. Essa elevação se deve ao uso inicial desses produtos para controlar o crescimento de plantas concorrentes com o dendê por espaço, bem como para prevenir doenças e infestações por parasitas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme constatado nas entrevistas realizadas, a inclusão de agricultores familiares em cadeias produtivas, como a do óleo de palma, promove alterações significativas na transição de práticas agrícolas e mudança ocupacional da agricultura familiar na Amazônia.

A adesão ao cultivo do dendê implica na impossibilidade dos agricultores realizarem suas atividades habituais enquanto se dedicam ao novo cultivo. Isso se deve às exigências específicas do cultivo da palma de óleo, que demandam dedicação quase exclusiva, especialmente nos primeiros três anos, levando as famílias, geralmente compostas por poucos membros, a direcionarem seus esforços para o dendê. Mesmo assim, durante os períodos de colheita, há a necessidade de contratação de pelo menos uma pessoa adicional.

Essa mudança ocupacional dos agricultores familiares implica na transição de práticas tradicionais para o cultivo de monoculturas, além da perda de autonomia sobre o imóvel rural, uma vez que deixam de decidir o que plantar e quando os plantios serão introduzidos. Além disso, a falta de predominância da mão de obra familiar é ocasionada por fatores que vão do envelhecimento da população rural, ao êxodo dos jovens em busca de melhores condições de vida, resultando na necessidade de contratação de trabalhadores externos para auxiliar no cultivo do dendê.

Nessa perspectiva, as condições laborais se apresentam como um ponto importante de atenção. Os entrevistados destacaram que o cultivo do dendê, desde a fase de plantio até a colheita, envolve elevado esforço físico devido às longas jornadas de trabalho (de até 12 horas diárias). Além disso, os trabalhadores estão expostos a produtos químicos nocivos utilizados no cultivo do dendê, e muitas vezes não têm acesso adequado a equipamentos de segurança individual.

Além dessas consequências, uma preocupação adicional em relação a transição produtiva é a segurança alimentar. Como mencionado, a agricultura familiar é fundamental para o abastecimento interno do país. No entanto, a diminuição do cultivo de culturas tradicionais, como mandioca, arroz e feijão, devido a obrigações contratuais com as agroindústrias, afeta diretamente a promoção da segurança alimentar.

Portanto, é essencial considerar desafios e consequências da transição dos agricultores familiares para a cadeia produtiva do óleo de palma, garantindo que medidas adequadas sejam

tomadas para proteger os interesses e o bem-estar desses agricultores, além de preservar a segurança alimentar e as práticas sustentáveis de produção.

## 5. REFERÊNCIAS

CARNEIRO, R. do V.; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. A diversidade de experiências de recuperação florestal praticada por agricultores familiares do Nordeste do Pará. **Geoambiente on-line**, Goiânia, n. 35, p. 293-314, dez. 2019.

CARVALHO, G. Por quem os sinos dobram? As implicações da expansão do dendê na Amazônia paraense. **Terceira Margem Amazônia, Manaus**, v. 1, n. 3, jan. 2013.

CARVALHO, A. C. A.; NASCIMENTO, E. N.; NAHUM, J. S. **A dendeicultura e sua expansão no estado do Pará: uma interpretação geográfica do evento**. In: Congreso Ibero Americano de Estudios Territoriales y Ambientales, 6., 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2014, p. 3929-3941.

CRUZ, B.; ROCHA, G. **Dendê como projeto de Estado: Uma alternativa Econômica, Social e Ecológica para a Amazônia**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 11., 2007, Colômbia. Anais... Colômbia: UNC, 2007, 19 p.

DIETZ, et al. **The Political Ecology of Agrofuels**. New York: Routledge, 2015. 278 p.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, dez. 2016.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos Naea**. v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005.

IMAS, Victor. **Agricultura Familiar, ODS y recuperación económica post pandemia**. Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2020.

MOTA, D. M.; SILVA, E. M.; SCHIMITZ, H.; ALVES, L. N.; FERREIRA, M. S. G. **Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimentos familiares no Nordeste Paraense**. In: Anais do Seminário Internacional América Latina. Belém: GETTAM - NAEA - UFPA, 2015. p. 120-125.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. S. dos; SANTOS, C. B. dos. Formação da dendeicultura na Amazônia Paraense. **Mercator** (Fortaleza), v. 19, 2020.

PARÁ. **Panorama agrícola do Pará (2015-2019) – Dendê (cacho de coco)**. Belém: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, 2020.

PIRAUX, M; RAPIAU, J; TIMONE, E. Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 2, p. 57-70, jul-dez 2017.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014.

RAMALHO FILHO, A. **Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa solos, 2010. 216 p.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2018.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009. 520 p.

SILVA, J. A. Avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no Brasil – PNPB. **Revista de Política Agrícola**, ano XXII, n. 3, jul/set. 2013.

SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 525-549, abril. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p525>.

SOUZA FILHO, H. M; BUAINAIN, A. M; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: **características, desafios e obstáculos**. In: CONGRESSO da Sober, 42., Cuiabá, Mato Grosso, 2004. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/profile/Hildo-Souza-Filho/publication/266244829\\_Agricultura\\_Familiar\\_e\\_Tecnologia\\_no\\_Brasil\\_caracteristicas\\_desafios\\_e\\_obstaculos/links/551aea470cf251c35b503316/Agricultura-Familiar-e-Tecnologia-no-Brasil-caracteristicas-desafios-e-obstaculos.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Hildo-Souza-Filho/publication/266244829_Agricultura_Familiar_e_Tecnologia_no_Brasil_caracteristicas_desafios_e_obstaculos/links/551aea470cf251c35b503316/Agricultura-Familiar-e-Tecnologia-no-Brasil-caracteristicas-desafios-e-obstaculos.pdf)>. Acesso em 30 de março de 2024.

VALADARES, A. A. **Agricultura Familiar (AF) no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017**.

VILLELA, A. A.; et al. Status and prospects of oil palm in the Brazilian Amazon. **Journals Biomass and Energy**, n. 67, p. 270-278, apr/jun, 2014.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 79-100, jul/dez. 2009.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

### **IMPASSES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARÁ, FRENTE AO AVANÇO NEOLIBERAL, SOB O OLHAR FEMININO**

Rosane Brito (IRD)<sup>1</sup>

**RESUMO:** A agricultura familiar no oeste do Pará, na Amazônia brasileira, vem sendo investigada a partir do olhar feminino, em pesquisa com trabalhadoras rurais que assumem frentes de trabalho e de mobilização política no entorno da rodovia BR-163, e, particularmente, em Itaituba. O recorte apresentado parte de pesquisa mais ampla, que inclui também pescadoras artesanais e garimpeiras. Há aspectos fortemente desafiadores na região, por questões históricas (BENATTI, José Heder et al; CASTRO, Edna, 2019) e, também, em vista das dinâmicas atuais do capitalismo mundial, movidas por interesses neoliberais (BROWN, Wendy, 2019; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, 2016) e de exploração desenfreada de riquezas e terras, nessas áreas de fronteira do agronegócio e da mineração. A pesquisa, em nível de pós-doutoramento, inclui, entre as pequenas produtoras rurais, trabalhadoras de áreas de assentamento, terras federais destinadas à reforma agrária, e de comunidade rural situada na Vicinal do Cacau, naquele município. A debilidade das políticas e investimentos públicos estatais na região denuncia a prioridade historicamente afirmada em benefício do grande capital, que, aliada à ofensiva neoliberal, tem provocado consequências sociais graves, como aumento da pobreza, da vulnerabilidade social (IPEA, 2018; CASTRO, Eduardo Viveiros, 2017) e profundo sofrimento social (VÍCTORA, C. G.; SARTI, C. A, 2014; FONSECA, Claudia; MARICATO, Glaucia). A metodologia da pesquisa, de cunho etnográfico, associada também a análises sociológicas, inclui entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Entre os participantes, além das trabalhadoras, constam representantes de órgãos municipais e federais e membro da direção da Fetagri Estadual. A perspectiva feminina (FRASER, Nancy, 2019; SARTY, Cynthia, 2004), conforme o trabalho de campo, traz elementos sutis e complexos, e inclui discussões sobre conflitos no sindicalismo rural da região (LAZZARETTI, 2023; SILVA, Osvaldo Heller, 2009), bem como expõe expectativas em relação ao atual governo federal brasileiro.

Palavras-chaves: agricultura familiar; neoliberalismo; feminino; sofrimento social.

O oeste do Pará está ligado aos interesses do capitalismo global por deter riquezas que interessam diretamente agentes transnacionais ligados à expansão do grande capital mundial, por meio de estoques de terras, madeiras e outras riquezas da floresta amazônica, do grande potencial energético e de transporte para fins de exportação da bacia do rio Tapajós, pelas reservas minerais que possui, em especial de ouro, assim como pela posição geográfica que ocupa, ligando o centro-oeste do país, fortemente voltado ao agronegócio, às rotas hidroviárias e rodoviárias que dão acesso aos portos, por onde são exportadas *commodities* para os demais continentes. São, portanto, áreas de fronteira do capital internacional. Ao mesmo tempo, a região possui rica diversidade étnica e cultural, sendo ocupada por populações tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas, que têm lutado por direitos de reconhecimento, condições dignas de vida e de trabalho, pelos territórios que ocupam

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda do Institut de Recherche pour le Développement (IRD). Email: rosanesbaraujo@gmail.com

e contra o avanço devastador das dinâmicas capitalistas neoliberais sobre a natureza e as sociedades da região. Na presente etapa da pesquisa, foi escolhida a cidade de Itaituba como referência para o aprofundamento do estudo que vem sendo realizado desde 2006, na região.

Conforme analisa Brown (2019, p. 9), vivemos tempos de ascensão do autoritarismo e de articulação de forças de extrema direita no mundo. Brown (p.17) aprofunda em sua análise o poder da racionalidade neoliberal que, para além de legitimar forças antidemocráticas e racistas, tenta incutir seus valores na cultura e na subjetividade políticas. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que ascendeu ao poder federal nesse contexto de articulação mundial das forças de extrema direita, representou retrocesso ainda maior, em relação aos processos históricos da Amazônia, quanto aos direitos das populações às suas terras e culturas, buscando liberar terras indígenas para o garimpo ilegal, sufocando condições de sobrevivência da pequena produção, inclusive pelo esvaziamento de investimentos públicos na reforma agrária. Nesse período, os detentores de poder no agronegócio - ligados à produção madeireira, de carne e grãos - avançaram ainda mais sobre grandes áreas da Amazônia, que passaram a ter níveis crescentes de desmatamento, assim como mostraram, sem disfarces, o poder da opressão e da violência sobre os povos da região.

Dardot e Laval (2016, p. 190), ao esquadrihar as formas políticas neoliberais, concluem que “revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo”. Quanto ao Estado, os autores contrapõem-se às análises que afirmam haver a “retirada de cena do Estado” (p.190), nas formas políticas que dão sustentação ao neoliberalismo. Muito pelo contrário, Dardot e Laval captam os Estados “como elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma maior parte dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital” (p. 199). Nesse sentido, os Estados contribuíram para

A criação de uma ordem que os submete a novas restrições, que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 199).

Ao aprofundar a investigação sobre como esses processos vêm incidindo sobre a Amazônia, o papel cumprido pelo Estado brasileiro e a financeirização de capitais, Castro e Castro (2022, p. 12), examinam a complexidade do que está em jogo:

A Amazônia se encontra no meio de conexões globais, de grupos, corporações e sistemas de poder operados com eficácia em função das novas tecnologias de comunicação que alteram profundamente as logísticas e o controle do próprio mercado mundial sobre territórios-espacos colonizados. Por isso, nos parece fundamental entender o significado desse jogo no campo da ação política e dos modos de regulação do Estado no Brasil, que tem

modificado com enorme rapidez, nesses últimos anos, os dispositivos legais, visando flexibilizar os regulamentos ambientais, sociais e étnicos, e permitir o livre fluxo do capital financeiro transnacional. Observam-se territórios devastados pelas intensas conexões do local com o mercado global e a dominância dos movimentos de brasileiros voltados à exportação de commodities de carne, de grãos e de minérios (CASTRO e CASTRO, 2022, p.12)

Com base na perspectiva dessas dimensões do neoliberalismo e do papel que cabe ao Estado, conduzimos a análise, utilizando como metodologia a aproximação etnográfica, combinada com abordagens sociológicas, buscando captar, a partir da estruturação e relações entre essas forças mundiais, a visão dos sujeitos sociais da região, sob a perspectiva feminina. Parte-se das condições de vida e de trabalho de mulheres que trabalham na agricultura familiar, quando avaliam as transformações por que tem passado o oeste do Pará, em meio ao dinamismo do agronegócio. O recorte neste trabalho parte de pesquisa mais ampla<sup>2</sup>, incluindo mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, do garimpo e da agricultura familiar, que assumem frentes de trabalho, o sustento de suas famílias e também, em alguns casos, integram organizações e mobilizações políticas, em contexto de desenvolvimentismo acelerado, não apenas do agronegócio, como também da mineração e dos megaempreendimentos exigidos pelo modelo de superexploração da natureza. O período mais recente da pesquisa foi iniciado no segundo semestre de 2022 e segue em curso.

Os vultosos investimentos públicos, aliados à financeirização mundial de capitais, em rodovias, portos, aeroportos, estações de transbordo de cargas, hidrovias, ferrovia, etc., apresentam disparidade alarmante se comparados aos valores que têm sido destinados pelo Estado brasileiro à reforma agrária, às obras nas vicinais, pontes, assistência técnica, essenciais para a sobrevivência e produtividade do campo, da pequena produção.

Tendo, então, por foco a agricultura familiar, neste trabalho, parte-se da interlocução na pesquisa com trabalhadoras da Comunidade Monte Moriá<sup>3</sup>, uma das nove comunidades existentes na vicinal do Cacau, presidida por uma agricultora, em Itaituba, e com a presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (Fetagri - PA), Regional da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), criada há cerca de dez anos, para buscar inserir a diversidade e representatividade do entorno dessa rodovia nas definições e prioridades da Federação e da Confederação a que está vinculada - a Contag. Em vista da dimensão territorial do estado do Pará, o segundo maior estado brasileiro em extensão, com área total de 1,248 milhão de quilômetros quadrados - equivalente, se comparada a países europeus, a mais de duas vezes a extensão

---

<sup>2</sup> A pesquisa vincula-se ao projeto “Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política”, financiado pela Agence Nationale de La Recherche - ANR CONTER (ANR-21-CE41-0021).

<sup>3</sup> As nove comunidades na vicinal do Cacau são: Monte Moriá, Monte Sião, Perpétuo Socorro, São Sebastião, São Raimundo, Bom Jesus, Santa Luzia, Monte Dourado e Cristo Rei.

territorial da França e a mais de cinco vezes a do Reino Unido - e das diferenças de acesso, investimentos públicos, infraestrutura para escoamento da produção, etc., dentro do próprio estado, era à época e continua sendo atualmente, ainda mais intensamente, indispensável chegar mais perto das diferenças sociopolíticas e econômicas dessa região, no Pará.

Por meio de longas entrevistas, foram ouvidas, além da presidente da Fetagri- BR 163, doze mulheres da Comunidade Monte Moriá, responsáveis pela Feira da Trabalhadora Rural, que ocorre todos os meses em praça do centro de Itaituba. A participação na feira, entre as mulheres, é lugar que merece destaque na Comunidade e que muito as honra, inclusive porque, para além de tudo o que precisam vencer para transportar os produtos e fazê-los chegar na sede do município para abastecer cerca de dezesseis barracas da feira, são elas próprias que cultivam e produzem os frutos variados, doces, derivados do cacau e da mandioca, etc, que são comercializados.

Com vistas a levantar dados e outras informações sobre as políticas públicas em andamento, impasses e problemas levantados pelas agricultoras, foram também ouvidos na pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas, dirigente da Fetagri estadual, em Belém, e, em Itaituba, representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Mineração (Semmam), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio – Unidade Especial Avançada) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra – Unidade Avançada). Considerando as questões diretamente relacionadas à competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi também entrevistado o Gerente Executivo, em Santarém.

A perspectiva feminina da análise parte da consideração de que as mulheres participantes da pesquisa estão à frente de suas atividades e ações coletivas, em seus campos de trabalho ou de mobilizações em movimentos de mulheres, neste caso também articulados com outros movimentos sociais, ocupando postos de decisão e garantindo o sustento de suas famílias, papéis que antes tinham o protagonismo masculino. As trajetórias dessas trabalhadoras, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, nos âmbitos doméstico, social e político, são marcadas por lutas e vitórias, que têm trazido projeção na abertura de espaços de representação das mulheres, que cada vez mais se firmam. Não por acaso, no meio rural do oeste do Pará, vários sindicatos de trabalhadores e comunidades são presididos por mulheres.

No âmbito das políticas públicas de Estado, também tem sido a luta pelo reconhecimento de direitos que tem produzido a inserção das mulheres em programas como o Pronaf-Mulher, para fortalecimento da agricultura familiar, com linhas de crédito específicas para as mulheres, e a linha Fomento-Mulher, sob a responsabilidade do Incra, embora essas políticas careçam de investimentos maiores pelo Estado. Em relação a outras atividades rurais, como a pesca artesanal em regime de economia familiar, a luta das mulheres também tem trazido o reconhecimento de direitos. Apesar de

ser essa atividade tradicionalmente exercida também por mulheres na região, somente após intensa mobilização tornou-se possível a obtenção do direito ao salário-maternidade, em 2004, e ao seguro defeso, em 2006, até então somente concedido aos pescadores homens.

Não obstante os avanços obtidos, a divisão sexual do trabalho doméstico segue sendo o padrão, acumulando as mulheres as responsabilidades relativas às tarefas da casa, cuidados e afazeres ligados ao grupo familiar, com as demandas e agendas externas. Embora essa questão não seja em geral formulada como queixa nos relatos das interlocutoras, a sobrecarga de todas essas tarefas e o peso disso sobre as vidas e os corpos das mulheres estão presentes em quase todos os relatos.

Apesar de muitas questões trazidas pelas agricultoras serem muito semelhantes, no que diz respeito à falta da execução de políticas públicas, apoio e investimentos estatais, o que leva à precariedade dos serviços de saúde, de infraestrutura para a produção, escoamento e venda dos produtos, da educação para os filhos, entre outros, que serão mais bem detalhados a seguir, há nos relatos distinções entre as condições das trabalhadoras das áreas dos projetos de assentamento, sobre os quais foi ouvida a presidente da Fetagri da BR-163 e dirigente estadual da Federação, das que vivem nos lotes criados durante o projeto de colonização de Itaituba, na década de 1970, como as da Comunidade Monte Moríá. Grande parte das diferenças é atribuída à vinculação dos assentamentos ao Incra, órgão incumbido da gestão da reforma agrária no país. A avaliação do dirigente estadual da Fetagri, ao comparar os assentamentos aos lotes de terra do projeto de colonização, refere essa questão:

São os mesmos problemas, mas em situações diferentes. Os moradores das áreas do projeto de colonização, que é antigo, chegaram a ter os títulos das terras, que depois foram cancelados em 2016-2018, de quem não pagou. Quanto aos assentamentos, a dificuldade é terrível, principalmente na região de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga e Novo Progresso. Na verdade, foram criados os assentamentos, mas as políticas públicas não chegaram.

Após cerca de quatro décadas da criação dos assentamentos rurais em Itaituba, a situação é crítica, sem a consolidação dos quatro Projetos de Assentamento (PAs) existentes no município - Miritituba, Ypiranga, São Benedito e Universo. Entre os assentamentos, há, ainda, dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)<sup>4</sup> no município - Nova União e Nova Brasília II -, que seguem também sem regularização fundiária. Ao ouvir representantes do próprio Incra, em Itaituba, a gravidade e a vulnerabilidade da situação dos assentados são confirmadas:

---

<sup>4</sup> O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento, que se destina a populações tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e outros), em que não há individualização das parcelas de terra.

Nenhum projeto de assentamento foi consolidado. Infelizmente, o povo foi atraído pelas promessas desses programas que eram pra melhorar a vida das pessoas, e que, sem nenhuma explicação, não foram consolidados[...] o povo fica refém dessas instituições, que não dão cabo das políticas, nem liberam as pessoas para seguirem [...]. Recentemente foram criados também alguns PDS e há também agora um PAE, que fica na região sub-80, mas todos com essas mesmas carências e necessidades.

O que tem impedido o Incra de consolidar políticas que são a razão da existência do órgão? Um dos representantes do órgão responde: “Pois é, são respostas que ... a gente acha que o governo não fez porque não quis, porque tem muito dinheiro, mas não tem o foco da prioridade e as coisas vão acontecendo”. Cabe aqui a reflexão trazida por Viveiros de Castro (2017, p. 8), ao analisar a resistência secular indígena no Brasil, por lhe serem negados direitos essenciais à terra, às formas próprias de produção e de vida, impondo-lhes a condição de subcidadãos. Trata-se, infere o autor, de

Exemplo de resistência secular a uma guerra feroz contra eles para desexistí los, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os “cidadãos civilizados”, isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços — seus corpos — para enriquecer os pretensos novos donos da terra (CASTRO, Viveiros de, 2017, p. 8).

Diante da situação, as pressões e expectativas em relação ao atual governo do país se ampliam, em busca de soluções, como discutido no encontro da regional Norte da CONTAG, ocorrido em Belém, em novembro de 2023, em que estavam presentes delegações de todos os estados da região. Informou a dirigente regional da Fetagri da BR-163 que o encontro objetivava tratar sobre políticas públicas e terras como espaço de produção de alimentos saudáveis e bem-viver. O Incra, informou a liderança, também esteve presente no evento e ouviu das agricultoras e agricultores sobre a necessidade emergencial de ser apresentado pelo órgão o planejamento para a retomada da reforma agrária na região. Apesar da pressão, relatou a interlocutora, o representante do Incra alegou não haver recursos federais disponíveis.

O georreferenciamento do perímetro total dos assentamentos, trabalho que deve seguir posteriormente para cada lote, com a individualização da terra e a regularização dos assentados, encontra-se ainda em fase inicial. Essa etapa é essencial para o acesso à titulação pelas agricultoras e agricultores, assim como aos direitos que dela resultam, como por exemplo o de receber créditos públicos. Nos quatro PAs de Itaituba, a informação atualizada, da Unidade Regional do Incra, em abril de 2024, é de que uma parcela do georreferenciamento do São Benedito está sendo concluída. O georreferenciamento em si, relata a presidente da Fetagri da BR-163, é questão que tem trazido discussões e desavenças, em função dos valores apresentados pelas empresas que participam das licitações, para o trabalho terceirizado pelo Incra, uma vez que há grande diferença entre os

orçamentos apresentados e que cada assentado terá que assumir o valor relativo à parcela de terra que ocupa.

Ainda em relação à agenda política, o debate no encontro regional da Contag incluiu a necessidade de a regularização fundiária integrar as pautas prioritárias do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em 2023. A avaliação da dirigente regional da Fetagri é que:

Em 2025 vai ter a COP 30<sup>5</sup> e não tem nada pra nós no PAC, sobre regularização fundiária e a gente quer incluir. As nossas pautas precisam ser incluídas nesse PAC [...] quando terminar [a Conferência] a gente vai ficar como? Não estão discutindo pra quem está aqui dentro, pra quem vive aqui dentro da Amazônia. Não estão olhando pra quem vive aqui, então, tudo isso está sendo abordado ali no encontro, porque a gente quer que venha alguma coisa pra gente. Por isso que tudo isso tem que ser pautado pra ir para negociação.

A dificuldade maior do Incra, em dar respostas mais ágeis no atual governo, de acordo com o dirigente estadual da Fetagri, deve-se a alguns fatores, entre eles a desestruturação do órgão em Itaituba, ocorrida há cerca de dez anos e agravada durante os governos Temer e Bolsonaro, que tinham por objetivo extinguir o órgão. Afora a ação deliberada dos governos anteriores, no sentido de asfixiar a reforma agrária, em benefício de grandes projetos desenvolvimentistas, a Unidade Regional do Incra, em Itaituba, refere o dirigente da Fetagri estadual, tem sob sua competência assentamentos que ocupam grandes extensões de terras, por incluírem também os municípios de Aveiro, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso. Se, por um lado, faltam investimentos do órgão e infraestrutura adequada de trabalho, de outro, relata o membro da Fetagri estadual, que informa ter nascido e sido criado em Itaituba, ter dirigido o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR) e coordenado anteriormente a Fetagri da BR-163, sobre o que tem sido enfrentado pelos assentados desde então:

Os fazendeiros, latifundiários, muitas vezes já tomaram conta da área do assentamento e o Incra não deu conta. Houve reunião em Jacareacanga e em Aveiro, em novembro passado, com o Incra, e apareceram muitos dos grandes, que estão querendo que cheguem políticas públicas.

A situação é, então, de tal sorte absurda, que os grileiros de terras de assentamentos, daqueles municípios, comparecem às reuniões do Incra e demandam políticas do governo para beneficiá-los. O quadro descrito pelo dirigente estadual da Fetagri, de coação e invasão das áreas de assentamento por fazendeiros e outros latifundiários, que se apropriam de forma fraudulenta de terras federais, é vivenciado pelas agricultoras de Itaituba, que têm sido submetidas a várias formas de violência, como descreve a presidente da Fetagri da BR-163:

---

<sup>5</sup> A 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, será realizada em Belém, em novembro de 2025.

Os fazendeiros vão comprando e apertando o outro que não quer vender, fazendo pressão, soltando o gado para comer a plantação do agricultor, oprimindo, até aquela pessoa vender a terra também [...] vão entrando e criando conflito porque quem ficar lá dentro fica submisso a eles [...] Foram queimadas casas, colocaram pimenta nas roupas das mulheres, de malvadeza, pra botar medo e forçar o povo a sair. O Ministério Público já fez várias audiências, mas nunca foi resolvido. Morte não tem havido, mas há queima e invasão de casas, gente que foi presa, ameaças e muitas barbaridades.

Como ficará a situação dos grileiros de terras, muitos deles grandes produtores de gado, de madeira, ou plantadores de grãos no município, após finalizada a etapa de georreferenciamento dos perímetros totais dos PAs de Itaituba? A resposta a essa questão segue pendente, como refere a dirigente da Fetagri-BR 163:

Essa é a realidade em todos os assentamentos, que têm fazendeiros grandes, com 10, 15, 20 lotes. E eles têm toda a documentação. Eles têm CAR (Cadastro Ambiental Rural) e tudo, porque têm dinheiro e podem fazer isso. Depois que eles fizerem o 'geo' (georreferenciamento) é que vai ter que se ver isso, porque fazendeiro tem demais dentro dos assentamentos. A maior parte é de produtores de gado e não sei como o Incra vai fazer com esse povo.

Embora não vinculadas ao Incra e, segundo a visão dos membros da Fetagri, tendo assim mais 'liberdade' para conduzir o processo produtivo em seus lotes, as agricultoras da Comunidade Monte Moríá enfrentam também árdua batalha cotidianamente. As condições de trafegabilidade pela vicinal do Cacau, em suas ramificações e pontes, difíceis mesmo durante o verão, quando exigem transporte com tração nas rodas e perícia do condutor, tornam-se muito piores durante o período das chuvas, que se estende por cerca de cinco meses, interferindo assim nas condições de trabalho e de vida, em quase metade do ano. Nesses períodos, informam os interlocutores que se chega por vezes a demorar cinco horas para percorrer de moto 55 km, ficando as estradas intrafegáveis para carro. Uma das agricultoras mais antigas da vicinal do Cacau relembra situações vividas, ainda mais dramáticas quando iniciaram a venda na feira de Itaituba, e como tem sido atualmente:

A gente já sofreu muito. Aqui, no inverno, não dava pra gente atravessar, porque ficava cheio de buracos de lama, a gente dormia na estrada. Mas graças a Deus nós estamos aqui contando da vitória, e continuamos aqui trabalhando e lutando. Eu mexo mais com farinha e tapioca. A luta é a mesma, agora a gente já tá velha, cansada, as pernas doendo, mas a gente vai levando a vida. Quando a gente chega lá já chega cansada, mas vai sobrevivendo. Na primeira noite dorme e já acorda melhorzinha.

Há também a questão do precário fornecimento de energia na vicinal do Cacau, insumo básico para a produção nas casas e pequenas 'oficinas' de trabalho localizadas nos quintais, em que as agricultoras armazenam e processam polpas de frutas, doces e outros produtos, a serem comercializados na feira. De acordo com a presidente da Comunidade, são frequentes e longas as interrupções no fornecimento da energia - que chegam a dez, doze horas, por dia- comprometendo o

trabalho e a conservação dos produtos. O trabalho segue assim rotina constante, sem que seja possível tirar férias. O repouso é eventual e por poucos dias, o que mesmo assim implica reduzir a produção.

O sofrimento social, como referem VÍctora e Ruas-Neto (2011, p. 41), não pode ser dissociado dos domínios político e econômico, uma vez que existem na dor, na doença e no desamparo “múltiplas interrelações com o mundo social”, com aquilo que denominam como “políticas e economias da vida”. Ao analisar antropologicamente a comunidade indígena Charrua, os autores afirmam que “a dimensão da luta e da discriminação histórica”, são componentes fundamentais do sofrimento social do grupo, assim como ressaltam a inabilidade das instituições políticas e sociais em lidar com este fenômeno (2011, p. 47). Consideram também o sofrimento social como “fenômeno mais amplo, que perpassa o tempo e carrega consigo a história para dentro do presente” (2011, p. 56). A abordagem dos autores traz elementos que mantêm estreita conexão com os relatos das agricultoras do oeste do Pará, tanto pela vinculação do sofrimento social com aspectos políticos, econômicos e históricos, como pelos desdobramentos para o tempo presente, inclusive no âmbito familiar, como mencionado por integrantes da Comunidade Monte Moríá.

Em outro trabalho, Fonseca e Maricato (2013), contestam abordagens que analisam discursos de sofrimento dos sujeitos como meras formas de submissão ao estado. Consideram as autoras que a “dimensão da experiência vivida dos sujeitos envolvidos” (2013, p. 272), traduzida em “depoimentos de sofrimento adquire nova produtividade: além de apoiar a denúncia pública, sensibilizando as autoridades e a opinião pública, serve como liga emocional de uma comunidade política” (2013, p. 272). Nesse sentido, trazer a análise do sofrimento por que têm passado as agricultoras familiares daquela região do Pará, dos reflexos em seus corpos, em suas vidas, famílias e trabalho, é também mecanismo de denúncia.

Em termos ambientais, as agricultoras manifestam também a preocupação com a manutenção da floresta em pé nos 20% dos lotes, para fins de preservação da vegetação, como definido na lei da reforma agrária, e temem ter que pagar multas, ou ficar inadimplentes junto ao governo. Nas vizinhanças das comunidades da vicinal do Cacau, entretanto, a forte presença de fazendeiros, dos ‘grandes’, leva ao avanço sobre os estoques naturais e ao desmatamento da floresta muito além do autorizado por lei, sem que isso, na percepção das trabalhadoras, gere qualquer tipo de preocupação ou punição.

A avaliação dos serviços de saúde disponíveis para os moradores da vicinal do Cacau suscitou a manifestação veemente de quase todas as doze mulheres participantes da pesquisa. Os problemas, de várias ordens, resultam em desassistência, mesmo nos casos de doenças triviais no grupo, como hipertensão e problemas ósseos-articulares, por conta do trabalho fisicamente pesado, passando por picadas de escorpião, acidentes no trânsito, etc, situação que se arrasta por anos. O socorro poderia ser prestado em posto de saúde próximo, já construído, mas não há profissionais, medicamentos, nem vacinas, como referem as agricultoras:

Foi inaugurado um posto de saúde, em Monte Dourado, mas não tem profissional lá. Havia uma agente de saúde, em outra localidade, mas que não é vista em Monte Moriá há sete anos. Eu acho que se juntasse todo mundo dessas nove comunidades que têm filhos e fizesse uma pressão no secretário de saúde, ele ia ter que dar um jeito de inaugurar esse posto. Porque, em vez de andar 30 km, você viaja 5 km e chega no posto. Essa é a questão, é que a gente é muito quieto. O posto está lá, mas não há ninguém trabalhando e nada acontece. A gente fica muito quieto e o tempo vai passando. Até para vacinar os filhos, a mãe ou o pai precisa faltar ao trabalho, no horário de aula, porque tem que percorrer 30 km de ida e mais trinta de volta para conseguir vacinar.

Diante dos muitos problemas enfrentados, apesar de toda a coragem e persistência das mulheres em manter a produção diversificada e a presença na feira, que garante o sustento delas próprias e de suas famílias, com a liberdade de usarem o dinheiro em pequenas compras 'sem depender dos maridos', a sucessão na terra para as novas gerações de agricultores indica estar chegando a um nível de estrangulamento. Caso não haja mudança nas prioridades do Estado, que implique destinação de investimentos e políticas públicas eficazes para a agricultura familiar, o êxodo rural da juventude tenderá a crescer ainda mais. Os pais que conseguem ter condição, buscam encaminhar filhas e filhos para a cidade, em geral para Itaituba, sob os cuidados de alguém de confiança, para que tenham acesso a níveis de estudo que possam torná-los profissionais em outras áreas, não ligadas à terra. Refere a única professora da escola da Comunidade Monte Moriá:

Hoje, tem sete alunos no período da manhã e cinco alunos à tarde. Quando chega no final do ano, em geral eles migram para a cidade, não ficam aqui na comunidade ou na região. Ou eles ficam na casa de familiares, que moram na cidade, ou os pais vão embora também para a cidade [...] a gente vê que a cada dia que passa a quantidade de alunos tende a diminuir. A escola é multi série, vai do maternal ao 5º ano e no outro turno, da tarde, da 6ª a 9ª séries. Outra questão é que o ensino médio não é responsabilidade do município, mas sim do estado. Há até demanda para o ensino médio e pais que levam os filhos para estudar em outra comunidade, em Campo Verde, que fica a quase 40 km desta comunidade [...] os pais querem que os filhos vão para a cidade, para ter outras oportunidades, porque vão fazer o quê aqui? A ideia não é trazer os jovens que estão na cidade de volta para o interior.

Em entrevista na Unidade Regional do Incra, um dos gestores entrevistados compara o que ocorre no Pará e no Mato Grosso, ao tratar sobre as precárias políticas públicas de educação, que não dão oportunidade para as novas gerações do município de Itaituba e do entorno, de estudar em nível técnico qualificado ou superior para seguir nas atividades da família, que possa resultar em melhoria das condições de vida e trabalho, como por exemplo, em profissões como engenheiro agrônomo, de pesca, médico veterinário. Na avaliação do gestor, o investimento do Estado em políticas de educação, no nível que leva a esse grau de formação, está diretamente relacionado ao investimento

na grande produção das áreas mais 'desenvolvidas', como a do agronegócio, no estado do Mato Grosso, o que não ocorre no estado do Pará:

No caso da nossa realidade aqui, subdesenvolvida até mesmo na questão do estudo, em muitas localidades se tem dificuldade de concluir até mesmo o nível fundamental. Tem lugar em que só se ensina até o 4º ou 5º ano. Aí o êxodo é iminente e muitas vezes os jovens vão para casas de pessoas da família, na cidade. Depois que o filho sai do mato, o pai espera o tempo de se aposentar e já passa a terra pra outro [...], que já vai pegar a terra com o propósito de, na sua 'sazonalidade', passar a terra [adiante] também.

Para além do que vem ocorrendo com as juventudes, a situação no campo para os mais velhos, pela dificuldade de obter o sustento da família em condições mínimas de vida e de trabalho e com a pressão para a saída dos lotes, quer pela falta de investimentos do Estado, quer pela coação e violência dos grandes proprietários de terra, tem provocado também o êxodo para a zona urbana, em busca de saída para o sofrimento e para que seja possível sobreviver, o que em grande parte das situações gera outras vulnerabilidades e precariedades, como refere a agricultora da Comunidade Monte Moriá:

Aqui mesmo na nossa região, têm muitas pessoas abandonando a terra e saindo por falta de condições financeiras para comprar a terra. Aí vai pra periferia de Itaituba, ou para o bairro novo ali do km 30, faz um casebrezinho e se esconde debaixo. Dizem que abandonaram porque não tinham condições de tocar, porque já estão com 60, 65 anos, e cansaram. Tem um monte de lote abandonado, outros foram vendidos para os grandes fazendeiros, que desmataram tudo, acabaram com tudo, e essas pessoas que saíram ficaram sem nada, porque não têm mais forças.

A capacidade de análise das agricultoras sobre as questões que devastam não apenas a natureza, mas também a própria vida e o trabalho nos assentamentos da reforma agrária, assim como nos lotes de terras da área de colonização de Itaituba, é rica em detalhes das trajetórias por elas percorridas e permeada de sentimentos, como o valor da solidariedade. O sofrimento constante e a busca de alternativas diante da usurpação de suas terras e direitos, pelos representantes do grande capital, que se confundem com as elites político-econômicas locais, assim como pela falta de garantias pelo Estado, aos poucos parecem mais nítidos - e inaceitáveis - no decorrer das longas conversas. Na Comunidade Monte Moriá, as mulheres parecem se dar conta de que o simples fato de ter um tempo para falar sobre suas experiências, relações de trabalho e amizade, das dificuldades partilhadas, da solidariedade que as sustenta, já é algo em si valioso, o que trouxe à tona em alguns momentos emoções e lágrimas. O reconhecimento dos vínculos fortes entre elas ressoa como bálsamo, em meio a tantas dificuldades. E parece também que, ao rever todas as dificuldades por que têm passado, são mobilizadas, de algum modo, a atuar não apenas dentro do grupo, mas indo também em busca dos direitos que têm clareza de terem lhes sido usurpados.

Alerta Fraser (2019), ao analisar feminismo e capitalismo, que é necessário ampliar nossa consciência histórica, compreendendo também que os “processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal” (2019, p. 46). Quanto à luta feminista, defende a autora que seja buscada “forma de vida que descentralize o trabalho assalariado e valorize atividades desmercadorizadas, como os trabalhos de cuidado” (p. 46).

Federici (2021), ao fazer crítica ao marxismo, também alerta para a sobrecarga que pesa sobre as mulheres, pois, mesmo quando conseguem trabalho assalariado e exercem funções desempenhadas por homens, não estão liberadas do trabalho doméstico. Isso ocorre, como afirma a autora, em diferentes planos do trabalho feminino, indiferentemente se a força de trabalho está a serviço de trabalho não especializado, ou atendendo à demanda técnica e especializada. Em outro trabalho, Federici (2020, p. 3) ressalta que “as mulheres desempenham um papel central nas lutas ecológicas por serem as mais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, por serem responsáveis pela reprodução de suas famílias”, e fala da importância do ativismo das mulheres atualmente, como

uma força importante para a mudança social na América Latina e uma inspiração para as feministas e os outros movimentos ao redor do mundo. Ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social (FEDERICI, Silvia, 2020, p. 3).

A consciência dos problemas trazidos pelas mulheres, das causas e consequências no cotidiano de suas vidas, territórios e trabalhos, articuladas de forma contundente pelas mulheres da agricultura familiar, nos assentamentos da reforma agrária e nos lotes da área de colonização, que aceitaram e dedicaram parte preciosa de seu tempo à participação como interlocutoras na pesquisa, trouxeram conexões e indagações importantes para a pesquisa. Entre estas, o que leva a diferentes níveis de organização e de mobilização política entre elas, se há profunda capacidade de interpretação das violências a que estão submetidas, das responsabilidades do Estado e dos demais detentores de poder na região? De um lado, o poder dos agentes econômicos - especialmente, no caso, ligados ao agronegócio -, fortemente ancorados pelas elites políticas das três esferas e poderes do Estado, aliado à precariedade das condições de vida e de trabalho das mulheres da agricultura familiar, torna a produção, em nível capaz de sustentar o abastecimento mensal da feira em Itaituba, pelas agricultoras da Comunidade Monte Moriá, que vão além dos limites da subsistência de suas famílias, tarefa árdua, que parece levá-las quase à exaustão e, de certo modo, as coloca como reféns da luta e do sofrimento a que são submetidas. De outro lado, embora plenamente esclarecidas sobre os problemas e capazes de realizar trabalho coletivo com alto nível de organização e solidariedade, tomando por base os relatos, não estão conectadas diretamente, no que se refere à ação e mobilização

política, a outros grupos e movimentos de mulheres, nem mesmo com as demais comunidades da vicinal do Cacaú.

As trabalhadoras rurais vinculadas à Fetagri e, portanto, aos sindicatos de trabalhadores, conforme relata a presidente regional da BR-163, têm buscado interagir politicamente com outras organizações de mulheres e movimentos sociais - como os que se contrapõem à construção de grandes barragens, ao garimpo ilegal em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas, e defendem os povos tradicionais, a floresta e as águas - por meio de ações e debates construídos coletivamente. Muitas debilidades, entretanto, vêm sendo enfrentadas, como as divisões e disputas políticas no interior do sindicalismo rural brasileiro, inclusive na região oeste do Pará, entre os sindicatos, federações e confederações ligados à agricultura familiar, representados pela Fetagri

Contag e pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) e da confederação a que está vinculada - a Contraf (LAZZARETTI, Mateus, 2023; SILVA, Osvaldo Heller da, 2009).

É fato que se faz necessário e urgente todo mecanismo que torne possível a articulação entre trabalhadores, movimentos sociais, povos tradicionais e demais forças políticas populares na contra-ordem das ofensivas do grande capital na região, o que envolve diretamente, também, a exigência de que o Estado atue em defesa dos direitos da natureza, dos povos e culturas da região.

## **CONCLUSÕES**

O estrangulamento das agriculturas familiares nas áreas destinadas à reforma agrária e nas terras que provêm da colonização do município de Itaituba está diretamente vinculado às definições do Estado e aos ditames do modelo econômico neoliberal - desenvolvimentista, predador e excludente -, que tem levado a região e o país, cada vez mais, a condições desiguais, com aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A pequena produção, tanto mais em região cobiçada mundialmente, inclusive por agentes fortemente capitalizados do agronegócio, detentores de fortunas provenientes da financeirização do capital, necessita de medidas públicas estatais urgentes, no sentido da garantia da vida, da terra, do trabalho, da produção e acesso aos mercados pelas agriculturas familiares.

No município de Itaituba, apesar da luta sem trégua de agricultoras familiares organizadas em comunidades, como a de Monte Moriá, não há o incentivo para que produzam e forneçam, por exemplo, nem mesmo parte dos produtos que compõem a merenda escolar, ou alimentos para outros órgãos públicos. Se não há incentivo, não há meios para conseguir ofertar e atender possíveis demandas, o que reproduz incessantemente o ciclo de pobreza e precariedade. Em muitos casos, como atesta o representante do Incra, os assentados da reforma agrária produzem apenas para a

subsistência de suas famílias.

A deslocalização de trabalhadores assentados, empurrados para fora de suas terras, tem se dado tanto pela decisão do Estado, ao longo de décadas, em não investir em condições para a fixação das famílias produtoras agrícolas na terra, como pela forte pressão dos fazendeiros e demais agentes do agronegócio, que atuam ilegalmente. O processo avassalador de expropriação, pressão e violência sobre trabalhadores, que se encontram em terras federais destinadas à agricultura familiar, segue celeremente na região, produzindo vulnerabilidades e sofrimento social cada vez mais intensos.

Sem garantias, ao longo de décadas, os assentados da reforma agrária cujos projetos de assentamento sequer foram consolidados, seguem sem a titulação da terra, sem financiamento, nem meios para produzir, escoar a produção e acessar possíveis mercados consumidores. Serviços essenciais à vida para os trabalhadores da pequena produção, como educação e saúde, também não são garantidos, o que vem produzindo êxodo cada vez mais intenso das juventudes do campo para a cidade. Não apenas jovens, mas também agricultoras e agricultores já cansados da luta, da opressão e da pobreza, mais velhos e cansados, estão saindo do campo sem perspectiva, para tentar a vida em outro lugar, sem terra, sem teto, nem trabalho.

As expectativas em relação à gestão do atual governo federal, de incentivo à pequena produção e de retomada da consolidação da reforma agrária vão no sentido de exigir medidas enérgicas e imediatas, que se traduzam em possibilidades concretas de melhoria. Para isso, investimentos públicos precisam ser destinados à região, por meio do Incra e demais órgãos e instituições governamentais, decisivos para a mudança do desolador quadro atual. As mulheres que estão à frente de comunidades e assentamentos rurais têm feito a sua parte, dado o seu sangue e suas energias para que a agricultura familiar possa, para além da subsistência, garantir o sustento e condições de vida às suas famílias, com direito à terra e sem abrir mão do direito à vida, constantemente sob ameaça.

## REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Trad. MARINO, Mário A.; SANTOS, Eduardo Altheman C. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. **Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities**. Novos Cadernos NAEA, v. 25 n. 1, p. 11-36; jan-abr 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Os involuntários da pátria**: elogio do subdesenvolvimento. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira. Caderno de Leituras. n. 65. Série Intempestiva, 2017.

COLLETE, Guillaumin; TABEL, Paola; MATHIEU, Nicole-Claude. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. FERREIRA, Verônica et al. (Org.). Recife: SOS Corpo, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo. Boi tempo, 2016.

EMPRAPA. **Zoneamento Ecológico-Econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**: gestão territorial. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). CANDIANI, Heci Regina (Trad). TORRE, Bruna Della (contribuinte). Editora: Boitempo; 1ª edição, 2021. 208 p. ISBN-10: 6557170546 ISBN-13: 978-6557170540.

\_\_\_\_. **Na luta para mudar o mundo**: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. VALIO, Luciana Benetti Marques (Trad.). Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais. HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-48.

LAZZARETTI, Mateus. **A relação do sindicalismo da agricultura familiar com o estado**: a FETRAF-RS no período recente. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2023.

SILVA, Osvaldo Heller da. **Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade**. Revista de Sociologia e Política nº 12: 161-167 Jun. 1999.

VÍCTORA, Ceres Gomes; RUAS-NETO, Antonio Leite. **Querem matar os 'últimos Charruas'**: sofrimento social e 'luta' dos indígenas que vivem nas cidades. Revista Antropológicas, ano 15, vol.22(1): 37-59 (2011).



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

## **SOBERANIA ALIMENTAR NO LITORAL DA AMAZÔNIA PARAENSE: RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA COMIDA DAS MARÉS**

Jessica Silva França Nascimento<sup>1</sup> (UFPA),

**RESUMO:** Esta comunicação tem como objetivo analisar o papel da Soberania Alimentar na luta pela garantia de reconhecimento das dinâmicas socioculturais de populações tradicionais extrativistas costeiras e marinhas, mais especificamente, do litoral da Amazônia, no estado do Pará. Nos maretórios que compreendem a Resex-Mar Mãe Grande de Curuçá, a soberania alimentar é praticada de forma ancestral e coletiva pelas populações costeiras marinhas, tudo isso impresso na jornada de trabalho, ordenadas pela temporalidade da maré, que resulta naturalmente no alimento na mesa das famílias, protagonizando maneiras próprias de preparar e comer a comida, juntamente as sociabilidades advindas das beiras de água salobra. Dessa forma, a soberania alimentar está a construir os maretórios através da autonomia e da segurança alimentar, enquanto instrumentos de ação de vida e reprodução da mesma.

**Palavras-chaves:** Amazônia. Soberania Alimentar. Maretórios. Autonomia.

### **1) MARÉS E MANGUES DE SABERES: A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NOS MARETÓRIOS**

Nessa comunicação serão evidenciadas, especialmente, algumas facetas do processo de construção do modo de vida nos maretórios, que auxiliarão no entendimento relacionado a soberania alimentar dessa pesquisa. Mesmo que as concepções acerca do termo “território” sejam diversas, o conceito mais geral agrega dupla conotação, material e simbólica, dessa forma, uma voltada para o espaço físico e outra para as relações sociais, mitos e símbolos formados durante a interação com o lugar. Em seu trabalho empírico sobre a ilha de Tanna, no arquipélago de Vanuatu, Bonnemaïson (1997) discute o fato de que os habitantes de Tuva não “possuem” o território, mas se identificam com ele. Já Milton Santos, em diálogo com Jean Gottman, aplica a distinção de território como “recurso” para “atores hegemônicos”, e território como a “abrigo” para “atores hegemonzados” (SANTOS et al., 2000). A partir dessas observações, tem-se que o conceito de território engloba toda a compreensão sociopolítica do ser humano sobre o mundo em que vive.

As comunidades costeiras marinhas possuem especificidades dadas em função do modo e produção da vida. Para Diegues (1999) a quantidade e variedade de trabalhos publicados no Brasil a partir da década de 70, que remetem as dinâmicas de maritimidade de comunidades pesqueiras e

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email: jessicasilvanascim@gmail.com.

litorâneas é suficiente para construção de um novo campo característico de conhecimento das ciências sociais, chamado de Socio-Antropologia Marítima. Aqui entende-se a maritimidade como construção do mar enquanto espaço de vida de pescadores marítimos.

No entanto, o conceito de maritimidade (DIEGUES, 1999; MALDONADO, 1994) diferencia-se da maretorialidade proposta pelas populações costeiras marinhas amazônicas, devido as especificidades das paisagens e dinamicidades das marés que formam a identidade coletiva em maretórios (SOUSA, 2022). Isso significa que, para pescadores extrativistas (que possuem a arte da pesca e também do extrativismo, seja de mariscos ou vegetais) as representações da vida social vão além da personagem do pescador em alto mar, mas abarcam um pescador que também pode compor outros cenários, como o mangue, ou até mesmo a roça, considerando a sazonalidade do período de pescar e de plantar presente em comunidades tradicionais do litoral paraense. Nesse sentido, Célia Neves, integrante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), aborda a complexidade do litoral em que vive no seguinte relato:

Não é muito simples a gente compreender o litoral. A gente até brinca, diz assim: a gente não é muita coisa não, mano. A gente só é oito mil quilômetros de costa, né! A coisa se diferencia muito, até mesmo aqui no Pará. Vai no Uiapoque, vai em Calçoene, aí vai lá em Pirajubá, no Arraial do Cabo, ou lá na Bahia (...) tem que andar por aí pra você ver como é que pensa, como se organiza...” (CÉLIA NEVES, 2022).

Imagem 01 - Praia do Tapari



Fonte: Jessica França (2022)

Ao se referir ao litoral brasileiro, a liderança afirma que a costa possui especificidades que só podem ser compreendidas por meio das vivências e da escuta ativa das populações tradicionais costeiras. Desse modo, os maretórios paraenses percorrem e são concebidos também nos mangues, nas restingas, na barraca do pescador, nos pequenos quintais produtivos, na medicina tradicional, na produção familiar de farinha e licores de frutas nativas, nas festas e lazeres, nas múltiplas dinâmicas sociais dos trapiches, até as formas de preparo e comensalidade das comidas de maré. Outro relato que fez parte dessa pesquisa e que abrange a noção de maretório a partir da percepção do ser humano sobre o ambiente, foi o comentário do morador da comunidade de Mutucal<sup>2</sup>, de 63 anos, identificado como “Pescador 05”, que mesmo nunca tendo escutado a palavra “maretório”, concebe as relações sociais e subjetivas de trabalho em busca do alimento nas marés como essenciais para a manutenção da vida: “Trabalho de acordo com a maré aqui. Parece lixo, quando a maré vaza, a gente vai também, a maré enche, a gente volta de novo!” (Pescador 05, 2022).

Para o interlocutor, que exemplifica em seu relato um dos sentidos do maretório, o movimento das marés é o que rege sua vida e da família, que aguarda seu retorno para casa, planeja cada detalhe da vida social a partir das dinâmicas da natureza, e transforma o ir e vir da maré em relações de transporte, obtenção, coleta, pesca, espiritualidade e medicina. O interlocutor continua ainda, ao abordar como o trabalho em comunidades tradicionais garante o aprendizado de saberes empíricos que colaboram no entendimento da vida social:

Quem trabalha aqui que sabe tudo, os pontos onde o peixe fica, de pegar o peixe, da lua. A gente olhando a lua, sabe se a maré tá enchendo ou se tá vazando. Por exemplo, a maré encheu quatro da tarde, amanhã é uma hora de tempo, vai encher cinco da tarde, uma hora de diferença, entendeu? (Pescador 05, 2022).

Com base nesse apontamento, entende-se as formas que a natureza enlaça a vida social, onde indivíduos traçam planos a partir do entendimento do funcionamento do ambiente. No caso dos maretórios, a vida social é organizada a partir das diversas características presentes na beira das marés, nos furos de manguezais, com o despertar do corpo para o trabalho de acordo com o movimento das marés, na linguagem local, e no conjunto de sociabilidades próprias presentes entre os moradores da comunidade.

A partir da compreensão da espacialidade dos maretórios que compreendem as comunidades tradicionais pesqueiras da Resex-Mar Mãe Grande, é notória a multiplicidade de

---

<sup>2</sup> Vila de Mutucal localiza-se na ilha fluviomarina conhecida como Ilha de Fora, dentro das delimitações da Resex-Mar Mãe Grande, sendo originada a partir da migração populacional dos municípios de Curuçá e Vigia, os quais se fixaram no local por causa da tranquilidade e boas condições para a pesca, uma vez que essa atividade consiste em um dos principais fatores econômicos do lugar (SANTOS, 2006).

manifestações culturais presentes em terra e em água, únicas de grupos costeiros do nordeste paraense. Acerca dessa lógica espacial que inicialmente se parece híbrida (terra/água), Cardoso (2003) ao discutir a apropriação da natureza e a construção de territórios pesqueiros, destaca que a atividade pesqueira está além de espaços exclusivamente aquáticos, avançando sob a atmosfera terrestre, através da destinação dos pescados capturados nos pontos terrestres de venda e troca, na garantia da reprodução social e econômica. Não se limitando apenas aos processos do pescado, em ecossistemas costeiros, tais como manguezais e restingas, existem recursos importantes para alimentação e composição das subjetividades dessas comunidades tradicionais litorâneas.

Além da observação feita por Cardoso (2003), propõe-se aqui que o espaço da água, formado tanto pelo mar quanto pelos rios; e a terra firme; existem de maneira interdependente, relacional, mútua e solidária. Entre esses dois ambientes distintos, estão presentes ecossistemas de transição, estes manguezais e restingas, que interligam terra e água, completando de maneira criativa as vivências nos maretórios, através de cheiros, sabores, saberes, texturas, sons, trabalho, afetos e afinidades. Por vezes são conhecidos como “beiradas” ou “beira”, onde identidades são produzidas, comidas são compartilhadas, trocadas, vendidas, e os afetos são constantemente renovados. Nas imagens abaixo (07 e 08) a dinamicidade das marés é manifestada no encher e no vaziar.

Imagem 02 - Manguezal na Comunidade de Mutucal



Fonte: Jessica França (2022)

Imagem 03 - Rede de pesca na vazante da maré



Fonte: Jessica França (2022)

Cada um dos elementos de áreas costeiras provoca impressões diversas nos grupos que participam e produzem a vida social nas beiradas de maré (SILVA, 2020). Quando se entra no manguezal, como a Imagem 04 apresenta abaixo, há uma série de características físicas que identificam e constroem percepções, o cheiro forte, texturas, o contato com as grandes raízes, ali expressam-se experiências sensoriais e sociais, assim como o movimento e o som natural das águas, o encher e o vaziar, ou o bater na maré nas embarcações ancoradas, faz parte do experienciar diário dos moradores. Na imagem, a marisqueira adentrou o manguezal no horário exato da vazante completa da maré, que no dia do registro da foto, se deu às 13 horas. Assim, para buscar o turu, que fica em troncos caídos no meio do manguezal, monitorar o horário das marés é uma tarefa exercida naturalmente.

Imagem 04 - Marisqueira entrando no manguezal



Fonte: Jessica França (2022)

Esses ambientes de transição, transformação e produção, são essencialmente importantes, pois neles o sentido do maretório é construído e depois distribuído para espaços da comunidade e Resex-Mar que não tem contato direto/visível com a maré. O que é produzido na beirada é um substrato social forte o suficiente para categorizar novos territórios e repensar conceitos cunhados na dualidade e dicotomias cartesianas. Isso faz sentido, quando se compreende que os maretórios não fazem oposição ao conceito de território, na logística entre terra e água, mas edificam um conjunto de relações mescladas entre essas paisagens, típicas de ambientes costeiros.

Para Ribaric (2020), a Água (o mar, rios, lagos e lagoas), assim como os territórios, são espaços de vida e representação. As mobilizações dos sujeitos coletivos nas comunidades extrativistas costeiras estão fortemente relacionadas ao contato com a instabilidade e sazonalidade das marés,

estes manifestam suas identidades demarcando socioculturalmente os maretórios, a influência das marés, em suas vivências. Sendo assim, a apropriação social do espaço marinho e afins, e a reprodução dos modos de vida costeiros são patrimônios culturais que compõem os argumentos pela defesa e proteção do ecossistema marinho.

De acordo com Silva (2007) ao discorrer sobre saberes e modos de vida locais na Amazônia, chama atenção para os processos de constituição do território, onde o tempo de vida é refletido no tempo e espaço das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, com a reprodução da vida material e cultural resultante da apropriação destes recursos. E neste caso, dos recursos disponíveis nas marés e mangues.

Como um território tradicionalmente ocupado, o espaço que compreende a Resex-Mar Mãe Grande possui relação configurativa com o que é produzido a partir da ancestralidade e subjetividade das comunidades viventes no maretório, de forma que, os fenômenos naturais advindos das marés sejam fomentadores da cosmografia dessas populações. Sobre os elementos que compreendem a cosmografia de um povo:

A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 04).

Nesse tocante, todos esses elementos: os vínculos afetivos, a história de ocupação, a memória coletiva e uso social do espaço, constituem os aspectos materiais e simbólicos de um grupo. Os conhecimentos ambientais, sejam pesqueiros ou marisqueiros, ligados ao comportamento da paisagem, são transmitidos de forma geracional e ancestral, garantindo a tradicionalidade das formas de uso, ocupação e demarcação mesmo com a dinamicidade das marés. Sobre isto, segundo Nascimento e Barros (2021), o conhecimento tradicional de pescadores locais é moldado de acordo com o tempo, incorporando a manutenção da atividade da pesca de forma a acompanhar as principais transformações sociais e ecológicas ocasionadas no espaço e no decorrer do tempo.

## **2) SOBERANIA ALIMENTAR DAS MARETÓRIOS**

Para Maluf e Reis (2013), reconhecer e evidenciar os fluxos e circuitos da comida em cada sociedade é fundamental. Primeiro, porque são esses movimentos que propiciam grande parte da sobrevivência material de uma comunidade. Ainda, entre os diversos aspectos que formam uma cultura, a sobrevivência material é um elo forte e central na constituição da subjetividade de uma localidade. Neste seguimento, nos importa observar as complexidades das interações nos maretórios

amazônicos, que possuem sistemas sociais materiais e simbólicos gerados por suas populações durante a apropriação do espaço marinho, em prol da garantia da sobrevivência e reprodução de suas multiculturas.

A multiplicidade de expressões humanas e sociais produz uma variedade de tipos de territórios com particularidades culturais próprias, de saberes ambientais e ideologias variadas. Acerca dos espaços que imprimem as suas identidades sociais por meio das conexões do indivíduo com o meio marinho/costeiro, estes são lidos por algumas lideranças, e mais recentemente pela academia, através do termo “maretório”, que combina os aspectos ecológicos do ambiente com as relações culturais, políticas e econômicas existentes no lugar.

À vista disso, por meio da reivindicação conceitual de relações políticas e de poder pelo espaço de produção e reprodução dos modos de vida costeiros do nordeste paraense (NASCIMENTO, 2021) os maretórios vem se desenvolvendo com características singulares e múltiplas das populações tradicionais amazônicas.

É evidente para Conceição Silva (2020) que a prática pesqueira é uma atividade produtiva que além de constituir subjetividades, identidades coletivas e modos de reprodução do cotidiano, também representam autonomia de vida. Dessa forma, a autonomia está presente enquanto liberdade de escolha do que comer e coletar na natureza, ainda que respeitando as condições naturais de sazonalidade.

Nesse sentido, as artes de como ser e fazer pesca estão ligadas à liberdade da busca e consumo de alimentos, formando uma soberania alimentar própria de pescadores e marisqueiras. Por conseguinte, para entender o maretório como maretorialidade construída a partir da soberania alimentar, é necessário pensar perspectivas sistêmicas e estruturais de sociedade, partilhadas em comunidades tradicionais, que giram em torno da defesa do território e da dignidade do viver bem nele. Lembra-se disso, pois a soberania alimentar surge por meio de provocações de movimentos sociais de camponeses e pequenos agricultores diante a imposição de sistemas alimentares arquitetados pelo capital e baseados na usurpação dos recursos naturais e na lógica técnico-racionalista. Dessa maneira, considerar as complexidades ecológicas, econômicas e sociais que comparecem nos litorais, tais como as dinâmicas típicas dos maretórios, torna a alimentação ponte para compreender as dinâmicas da sociedade e, por conseguinte, transforma-las.

Dessa maneira, o conceito de SA está relacionado aos modelos de produção alternativos à exploração aguda da natureza proveniente do agronegócio e hidronegócio. Se estende à garantia de permanência da reprodução da cultura na alimentação dos povos, tal como foi firmado na Declaração de Nyéléni (2007):

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

Somado a isso, destaca-se a luta pela autonomia e autogerenciamento do território, de modo que os que produzem, distribuem e consomem, estejam presentes participando ativamente nos sistemas de políticas alimentares, ressaltando a valorização de modelos de produção sustentáveis e ecológicos, em contraste as exigências dos mercados e das empresas. Além disso, é importante ressaltar o caráter internacional da proposta geradora da SA, que engloba múltiplos modos de vida e produção, da terra até as águas. Dentro dessa perspectiva, a SA engloba uma diversidade de elementos pontuais de análise, sendo um conceito que abarca uma ótica social, econômica e política.

As mobilizações desses sujeitos coletivos estão relacionadas ao contato com a instabilidade e sazonalidade das marés e ciclos lunares, estes manifestam suas identidades demarcando socioculturalmente os maretórios em suas vivências. Nesse sentido, a apropriação social do espaço marinho e a reprodução dos modos de vida costeiros são impressos como patrimônios culturais imateriais que compõem os argumentos pela defesa e proteção dos ecossistemas marinhos.

Dentro da perspectiva da luta pela garantia de reconhecimento sociopolítico e das dinâmicas socioculturais de populações tradicionais costeiras, o Maretório tem a Soberania Alimentar como um de seus instrumentos de ação de vida e reprodução da mesma. Nos maretórios que compreendem a Resex-Mar Mãe Grande, a soberania alimentar é praticada de forma ancestral e coletiva pelas populações costeiras marinhas, tudo isso impresso na jornada de trabalho, ordenadas pela temporalidade da maré, que resulta naturalmente no alimento na mesa das famílias, protagonizando maneiras próprias de preparar e comer a comida, juntamente as sociabilidades advindas das beiras de água salobra. Enquanto isso, a Soberania Alimentar está a construir o Maretório através da autonomia e da segurança alimentar.

### **3) SABORES DA MARÉ: ANÁLISE SOBRE PREFERÊNCIAS ALIMENTARES**

Quando Fraxe (2000) escreve sobre os “homens anfíbios” ao se referir ao campesinato das águas que vive na beira de rios, lagos e igarapés da Amazônia, lembra que as atividades de subsistência acabam sendo divididas entre a terra e a água, já que a parte em que trabalham (várzea) fica submersa durante certo período do ano (quatro a cinco meses), resultando em uma população que habita e trabalha em dois tipos de ambiente: terrestre e aquático.

Mesmo que a referência metafórica aos anfíbios, sirva para esmiuçar a complexidade da sazonalidade de ambientes influenciados pelas águas doces, é evidente que a região do nordeste paraense, influenciada potentemente pela salinidade dos oceanos e pelos ciclos da lua, necessita de instrumentos de análise capazes de descrever a instabilidade dos processos produtivos presentes nos maretórios. Acerca dessa lógica e considerando as múltiplas facetas das diversas Amazônias, a riqueza de sociobiodiversidade garante pluralidade de olhares para cada cenário que forma o bioma amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Nesse sentido, as preferências alimentares ajudam a compreender essas pluralidades e múltiplas facetas das Amazônias. Logo, as escolhas alimentares são resultantes de interações dialéticas entre estruturas e hábitos do cotidiano, ciclos ecológicos, dinâmicas político-econômicas dos mercados locais e regionais e também, preferências individuais (MURRIETA, 2001).

Na comunidade de Mutucal, a preferência por peixe foi destaque entre os entrevistados. Quando perguntados<sup>3</sup> “Qual sua comida preferida?”, foi ressaltado várias vezes que a resposta era livre e podia-se incluir qualquer tipo de alimento. Em ocasiões que a resposta não era imediata optando por peixe, antes de afirmarem a predileção por peixe, foi comum a flexibilidade quanto preferências alimentares, como por exemplo, “tudo vai, ainda mais quando tá brocado”, “gosto de comer tudo”, “não tenho luxo com comida, o que tiver pronto, eu como”.

---

<sup>3</sup> Acerca da metodologia dessa pesquisa, foi utilizada abordagem de caráter quali-quantitativo, de forma que os dados coletados são resultados de interações com moradores da Resex-Mar Mãe Grande, especificamente, da comunidade de Mutucal. Os dados foram coletados durante pesquisa de campo, realizada em duas fases, nos meses de janeiro e julho de 2022. Nesse cenário, a observação participante foi o método a ser explorado em campo, considerando o destaque da sua caracterização sobre o trabalho de campo antropológico. Assim, foi realizado o acompanhamento durante o processo de aquisição e busca pelo alimento das pessoas da comunidade, com registro em diário de campo e por meio de fotografias.

Além disso, quando perguntados sobre o modo de preparo que tinham mais apreço, foi predominante a versatilidade da cocção de determinado peixe predileto, ressaltando que gostavam do cozimento de todas as formas possíveis, frito, cozido, assado ou moqueado, a ainda, que o mais importante naquele processo era comer. Acerca dessa lógica, nas narrativas compartilhadas abaixo, estão presentes, além da unanimidade na preferência por pescados, diferentes motivos da escolha dos interlocutores.

+ Quadro 01 – Ideia acerca da Preferência Alimentar

INTERLOCUTOR/ INFORMANTE	EXPRESSÕES CHAVE/NARRATIVA- ENTREVISTA	IDEIA CENTRAL
Marisqueiro 01	“Peixe. Sou apaixonado por peixe. Eu gosto mais de comer bagre. De espinhel, de rede, que eu pesco. Todo tipo, assado, frito, cozido...”	Paixão
Curralista 02	“Peixe. Oriseca. Frita, assada, cozida, de qualquer jeito!”	Variedade
Pescador 14	“Arraia, como de um lado, como do outro!”	Aproveitamento
Pescador 04	“Peixe... de qualquer jeito, quando não é frito é cozido, assado... eu como uma carne, um frango, mas tem que ter o peixe, o caranguejo...”	Requisito
Pescador 05	“Peixe. Pratiqueira, peixe pedra. Cozido, assado, tudo vai, ainda mais quando tá brocado!”	Fome
Marisqueira 06	“Você acredita que se eu comer uma carne agora, vinte minutos depois eu já tô com fome? E o peixe não...”	Saciedade

Fonte: Pesquisa de Campo - Entrevistas na Comunidade de Mutucal. Brasil/Pará – Curuçá. Fev. /Jul./ 2022. □

No que diz respeito as ideias transmitidas pelos entrevistados através dos comentários acerca de suas preferências, pode-se observar que manifestam noções diferenciadas sobre um mesmo elemento, o peixe. A partir disso, o aspecto comunicativo da comida é fortemente destacado nos estudos de Ellen Woortmann (2013) ao postular a capacidade que os alimentos possuem de serem pensados, e não somente comidos. Nessa mesma perspectiva, através da caracterização dos costumes alimentares de um povo, percebe-se as questões relacionadas ao modo de vida, de maneira que:

A comida, é uma categoria nucleante e hábitos alimentares são textos. Quando se classificam alimentos, classificam-se pessoas, notadamente os gêneros homem e mulher, pois, se o alimento é percebido em sua relação com o corpo individual, este é uma metáfora do corpo social. (WOORTMANN, K, 2006, p. 32).

Para Fernandes (1997) o exercício da comensalidade destaca-se em um campo particular de ritualização, e a pluralidade de significados desse fenômeno tem a ver com as diversas realidades sociais existentes. Acerca dessa lógica, a relação dos moradores da comunidade de Mutucal com a comida na mesa, e a maleabilidade na forma de cozinhar, está permeada por uma série de significações ligadas a conexão deles com a natureza, e principalmente com sua identidade cultural. Na tabela 02, pode observar as preferências alimentares de cada entrevistado, sendo que as espécies

de pescados foram reunidas em uma única categoria, de “peixe”, sendo essa a predominante nas narrativas, juntamente ao modo de preparo mais flexível “assado, cozido, frito”:

Nesse sentido, percebe-se que nas respostas dos entrevistados acima, mesmo alguns escolhendo uma ou mais espécies de peixes preferidos, a categoria “pescados” possui um potencial tão grande e especial na comunidade de Mutucal, que a configuração do tipo de cozer ou preparo não é um critério tão importante quanto o fato de estar comendo peixe. Sendo assim, ficaram em segundo plano alimentos como carne e frango.

Para Vila (2012), o papel do estudo da alimentação apresenta também uma perspectiva ecológica, ao relacionar o meio ambiente com a cultura de determinada sociedade. Isso mostra que existe entre os indivíduos uma ligação social com as marés, que é desenvolvida através da alimentação, ou seja, o ato de comer o que vem da maré, e ainda no caso das comunidades tradicionais costeiras marinhas, também se refere à terra, visto que algumas famílias são produtoras de outros insumos que complementam as refeições, como a farinha, quintais com árvores frutíferas e horticultura. Na imagem abaixo, à esquerda tem-se o pescado ainda cru, temperado com sal, e à direita, já cozido com bastante chicória, retirada do próprio quintal de uma casa na Comunidade de Mutucal.

Imagem 05 - Cozido de Peixe



Fonte: Jessica França (2022)

Imagem 06 - Peixe (sardinha) sendo assado na brasa



Fonte: Jessica França (2022)

Imagem 07 - Pescado assado servido com feijão, legumes, arroz branco e farinha



Fonte: Jessica França (2022)

Sobre essa ótica, afirma Maciel (2005) que durante o processo de construção e afirmação da identidade, elementos culturais, tais como a comida, podem posicionar-se como marcadores e símbolos potentes de reivindicação, logo, os hábitos alimentares expressam mais do que a nutrição de um povo, como também se caracterizam como formas de manifestação de pertencimento e reconhecimento social, tais como as receitas tradicionais e formas de preparar e comer a comida,

presentes na vila de Mutucal. Nesse sentido, durante a formação da identidade cultural, a comida demarca aspectos sociais, políticos e econômicos da comunidade.

## CONCLUSÃO

Reconhecer e evidenciar os caminhos que a comida percorre até a chegada na mesa nessa pesquisa, deu destaque para as representações materiais e imateriais da vida das populações das beiradas e dos mangues, possibilitando construir ferramentas de descrição das múltiplas trajetórias que interligam a alimentação a assuntos diversos. Sob esta ótica, estão dispostas nessa pesquisa, caminhos percorridos dentro do compartilhamento, da cultura, da preocupação, da cura, nutrição, lazer, trabalho, luta, natureza e autonomia.

Depois de reconhecer limitações e relembrar situações importantes até aqui, finalizo este trabalho com a certeza de que os maretórios são sementes de vida, onde é permitido viver porque a maré é permitida encher e secar livremente. Certo que, na liberdade dessas águas, salobras, constrói-se um mundo de possibilidades, não violentas, produtivas e alternativas.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, E. S. Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 119-125, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2003.123837. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123837>. Acesso em: 5 out. 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

FRAXE, Therezinha. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. Fortaleza: Annablume, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter. Porto. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, [S.l.] 1-32. 2002. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433387>>. Acesso em: 23 fev 2022.

MACIEL, M. **Olhares antropológicos sobre a alimentação**: identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A.; GARCIA, R. (Org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MALDONADO, Simone. **Mestres & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MALUF, Renato; REIS, Márcio. Segurança Alimentar e Nutricional e Perspectiva Sistêmica. In: ROCHA, C; BURLANDY, L; MAGALHÃES, R. (Org). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 43-67. 2013.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 44, p. 39-88, 2001.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, A; BARROS, F. Dimensões da pesca na Comunidade Quilombola de Mangueiras (Ilha do Marajó, Pará): características, conhecimentos tradicionais e cosmologias. **Anthropológicas**, vol. 32(1):199-230, 2021.

RIBARIC, Alan. Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Revista Emblemas**, v. 17, n. 2, p. 39-56, 2020.

SILVA, Hebert Ruan da Conceição. **Entre Manguezais, Rios e Restingas: Soberania Alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/Se**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. **Revista Cocar**, vol 01, n 1, jan-jun, 2007.

SILVA, Hebert Ruan da Conceição. **Entre Manguezais, Rios e Restingas: Soberania Alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/Se**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. **Revista Cocar**, vol 01, n 1, jan-jun, 2007.

SOUSA, Paulo Victor. **Maretório: O Giro Ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia Paraense do litoral da Amazônia Paraense?** 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

WOORTMANN, Ellen. A comida como linguagem. Goiânia: **Revista Habitus**, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

**SISTEMAS AGROALIMENTARES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: SABERES E PRÁTICAS NA MARGEM ESQUERDA DO RIO TOCANTINS EM CAMETÁ- PA QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DO BEM VIVER**

Ana Julia Mourão Salheb do Amaral<sup>1</sup>(PGDR-UFRGS),  
Lovois de Andrade Miguel<sup>2</sup>(PGDR-UFRGS)  
Aquiles Simões<sup>3</sup>(NUMA-UFPA)  
Leonardo Figueiredo<sup>4</sup> (PPGAA-UFPA)

**RESUMO:** Esta pesquisa se desenvolveu no âmbito do doutoramento no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Grupo de Pesquisa Diversidade Socioagroambiental na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. O objetivo deste trabalho é caracterizar os sistemas agroalimentares tradicionais amazônicos, evidenciando os saberes e práticas que promovem o bem-viver das sociedades rurais de ribeirinhos e agricultores familiares, localizados na margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Cametá, estado do Pará. Para tal, utilizou-se como metodologia a abordagem dos sistemas agrários, utilizando como ferramentas metodológicas: o zoneamento geomorfoambiental, entrevistas semi-estruturadas e leitura da paisagem. Através deste conjunto metodológico foi realizada uma tipologia em pesquisa de campo realizada em agosto de 2022 para identificação e caracterização de quais tipos produtivos existem neste território em área de terra firme e área de várzea em duas comunidades rurais: Caripi e Fazenda. Através desta metodologia, foram identificados e caracterizados seis tipos produtivos, dois em área de terra firme: Sistema de Produção Tradicional e Sistema de Produção Diversificado e quatro na área de várzea: Sistema de Produção Agroextrativista tradicional, Sistema de Produção Agroextrativista com especialização no açaí, Sistema de Produção Agroextrativista com piscicultura e Sistema de Produção Agroextrativista diversificado. O estudo evidenciou a presença de uma diversidade de uso em diferentes combinações dos tipos de sistemas produtivos e estratégias de manejo e gestão dos bens comuns disponíveis, bem como a organização e reprodução socioeconômica vinculados ao bem viver associado ao território e a importância de práticas tradicionais agroecológicas na diferenciação dos ambientes realizados por essas populações. Em tempos de crise climática global, os Sistemas Agroalimentares baseados nos saberes tradicionais de indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos apresentam-se como uma alternativa aos grandes projetos modernos e modernizantes para a Amazônia. É nesse sentido que a caracterização dos diferentes Sistemas Agroalimentares desvela não só a diversidade produtiva desenvolvida pelos ribeirinhos e agricultores familiares, mas também a capacidade de se adaptar (ou adaptar a si) as transformações históricas que ocorrem globalmente sem renunciar seus saberes endógenos ou assumir uma lógica produtiva ambientalmente nociva, trazendo importantes reflexões para a construção ou reconstrução do bem viver.

**Palavras-chave:** Baixo Tocantins, Território, Sistema de produção, Bens Comuns.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é conhecida mundialmente por sua grandiosa biodiversidade, e pela ocorrência de processos de ocupação e de desenvolvimento dinâmicos e específicos que, ao longo dos

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Brasil. Email: ana.salheb@ufrgs.br.

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Brasil. Email: lovois@ufrgs.br.

<sup>3</sup> Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, UFPA, Brasil. Email: aquiles@ufpa.br.

<sup>4</sup> Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Brasil. Email: leof.amazonia@gmail.com.

processos históricos e produtivos, se manifesta na complexidade dos ambientes que são utilizados por diferentes populações locais. Algumas dessas populações podem ter existido por mais de 10.000 anos, mantendo um grande contingente populacional e operando transformações na paisagem no período pré-colonial (LUI; MOLINA, 2009).

A Amazônia tem espaços agrários extremamente distintos e, portanto, “valorizados” e utilizados por diferentes populações locais. Estes espaços são submetidos a diferentes elementos culturais, materiais e simbólicos, características socioagroambientais e particularidades de modos de vida e de formas de agricultura.

A construção da tipologia do sistema agrário contemporâneo forneceu uma visão inicial das principais características socioeconômicas e produtivas dos diferentes tipos produtivos e sociais presentes nas zonas de várzea e terra firme na margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Cametá- PA. Conforme Dufumer; Couto (2007) a elaboração de uma tipologia das explorações agrícolas em seus sistemas agroalimentares em cada uma das zonas identificadas têm por finalidade mostrar como as diversas categorias de agricultores que por sua vez praticam diferentes sistemas agroalimentares de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam. Em que até mesmo em uma mesma zona, considerada relativamente homogênea do ponto de vista das grandes transformações da agricultura, pode também apresentar heterogeneidades internas que provêm de variações socioagroambientais.

Essa compreensão dos vários modelos de diferenciação que levam os espaços e os produtores a se distinguirem uns dos outros, torna imprescindível uma análise rigorosa da complexidade de processos que compõem e conformam cada localidade ou região. Este fato implica admitir que não existe um único modelo de percurso para o desenvolvimento rural das regiões, mas múltiplos, em que as diferenciações se reproduzem e são importantes (FONTOURA; NEUMANN; SABRITO, 2005).

## **2. CONSTRUÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA**

A construção teórica-metodológica da pesquisa, iniciou com a elaboração da pré-tipologia buscou se produzir uma primeira aproximação dos diferentes tipos de agricultores e seus sistemas de produção existentes no espaço agrário do município de Cametá- PA. A pré-tipologia foi construída a partir das entrevistas, zoneamento e análise da paisagem.

As entrevistas foram feitas com as categorias sociais nas comunidades visitadas na margem esquerda do Rio Tocantins em diversos ambientes: Caripi (várzea e terra firme), Fazenda (várzea e terra firme), Aricurá (várzea), Ajó (terra firme e várzea) e Ponta Grande (terra firme-campo de natureza) durante o período de pré-campo. Foram utilizadas perguntas abertas sobre: sobre o contexto histórico geral das comunidades, a trajetória do entrevistado (a)/família, formas de trabalho,

práticas utilizadas e a respeito dos sistemas agroalimentares praticados pelas famílias e suas transformações ao longo do tempo e espaço. A partir desta primeira organização buscou-se identificar os sistemas agroalimentares praticados pelas diferentes categorias sociais, nas suas respectivas zonas de paisagem- várzea e terra firme identificadas e caracterizadas com o auxílio do zoneamento geomorfoambiental, da observação local e da análise da paisagem.

A ênfase de se trabalhar com tipologia é pelo fato que em geral, os produtores trabalham em condições ambientais e socioeconômicas distintas, mesmo dentro de uma mesma região [...] com racionalidades socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes em matéria de culturas, criações, técnicas, práticas agrícolas e econômicas etc. Nem todos adotam, portanto, o mesmo sistema de produção e as mesmas formas de exploração do ecossistema (GARCIA FILHO 1999).

A organização então da complexidade em grandes grupos identificados reflete a diversidade de uso em diferentes combinações dos tipos de sistemas produtivos e estratégias de manejo e gestão dos recursos naturais disponíveis nas zonas de várzea e terra firme. Tendo assim a necessidade de se criar grupos/tipos para diferenciar suas heterogeneidades e agrupá-los conforme suas homogeneidades.

## 2.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada no período de 1 a 31 de agosto de 2022, no município de Cametá-PA. Foi realizada a tipologia dos sistemas produtivos, através da validação da pré-tipologia foram conduzidas 6 entrevistas com os 12 agricultores (as) e ribeirinhos (as) (casais donos das propriedades). Nesta fase, a pesquisa se baseou no modelo tipológico produtivo da pré-tipologia, na qual, foi validado todos os tipos identificados na pré-tipologia, através de uma pesquisa exploratória aplicada a pessoas conhecedoras da realidade da região de estudo construída a partir de entrevistas com informantes-chave. Diante desta validação foram realizados então seis estudos de caso representativos, de acordo com cada tipo identificado na margem esquerda do Rio Tocantins em Cametá- PA, apresentados no quadro 1.

Quadro 1- Tipos de Sistemas de produção praticados pelas diferentes categorias sociais, nas suas respectivas zonas de paisagem, na margem esquerda do Rio Tocantins no município de Cametá-PA.

Zona de Paisagem	Categoria social	Tipo de Sistema de Produção
Várzea	Ribeirinhos	Tipo 1- Sistema de Produção Agroextrativista tradicional (açai + pesca + extrativismo)
		Tipo 2- Sistema de Produção Agroextrativista com especialização no açai
		Tipo 3- Sistema de Produção Agroextrativista com especialização na piscicultura (açai + pesca + extrativismo + piscicultura)
		Tipo 4- Sistema de Produção Agroextrativista diversificado (açai + pesca + extrativismo + piscicultura + frutíferas + pequenos jiraus)
Terra firme	Agricultores familiares	Tipo 1-Sistema de Produção Tradicional (produção de farinha + extrativismo)
		Tipo 2- Sistema de Produção Diversificado (frutíferas + criações + produção de farinha + extrativismo)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Pesquisa (2022).

### 3. CARACTERIZAÇÃO DAS CATEGORIAS SOCIAIS

#### 3.1 Os povos ribeirinhos da margem esquerda do Rio Tocantins em Cametá- PA

Os povos ribeirinhos da Amazônia, como uma categoria social compreendida no contexto do chamado campesinato histórico, emergem como importante referência das primeiras formas de produção e organização do espaço amazônico presentes antes mesmo do início da colonização portuguesa. Considera-se que os ribeirinhos da Amazônia são, em grande parte, herdeiros legítimos do modo de vida dos indígenas das águas “porque estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície amazônica na época do contato com os europeus” (WITKOSKI, 2007, p. 97).

Os povos ribeirinhos têm seus ritmos de vida diferenciados de outras categorias sociais presentes nas sociedades rurais amazônicas, possuindo uma estreita relação com a natureza, especialmente com os rios e matas, fazendo parte da sua identidade cultural. No rio, a atividade da pesca é a característica mais presente nas comunidades, a maioria dos moradores ribeirinhos acima de 18 anos no município de Cametá são cadastrados na colônia de pescadores Z- 16 do município de Cametá, de acordo com o vice-presidente da colônia de pescadores Z-16 são 18 mil pescadores cadastrados na colônia, umas das maiores do estado do Pará<sup>4</sup> (DADOS DA PESQUISA, 2022).

<sup>4</sup> No Brasil, o consumo de peixes pela população brasileira é, em média, de aproximadamente 9 kg/habitante/ano. A recomendação da o FAO é de 12 kg/habitante/ano. Entretanto, na região hidrográfica amazônica, o consumo *per capita* de pescado pelas comunidades ribeirinhas está próximo de 150 kg por ano. E o estado do Pará, é o segundo maior consumidor de peixe dentre os estados brasileiros. Retirado de: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/rede-do-pescado/consumo-e-tipos-de-peixes-no-brasil>.

Essa pesca é classificada como pesca continental feita de forma artesanal, em pequena escala, multiespecífica, diversificada, multiaparelhada e sazonal. É praticada por comunidades ribeirinhas. A maioria das embarcações são de barcos simples, com casco de madeira medindo de 4 a 16 metros de comprimento, com ou sem propulsão conforme publicação do Ministério da Agricultura e Pecuária<sup>5</sup>.

Nas matas realiza-se o extrativismo vegetal de frutos e espécies florestais e a caça, que são considerados extensões de seus estabelecimentos familiares (AMARAL, 2018). Próximas às suas casas são feitas também criações de pequenos animais (aves e suínos) e pequenos jiraus<sup>6</sup>. Como também é realizada a atividade da piscicultura que está crescendo atualmente nessas comunidades como alternativa à escassez de peixes nos rios da região (SILVA JUNIOR, 2016; CALDAS NETO, 2017).

Detentores de uma sabedoria tradicional, a dinâmica de trabalho em seus sistemas produtivos é regida pelo tempo de natureza e se caracterizam como modo de vida tradicional “pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais [...] e pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente” (DIEGUES, 1996, p. 87-88). Assim são os rios e as várzeas, às suas margens, são referência para as relações que as pessoas da comunidade estabelecem na própria comunidade e com as comunidades vizinhas incluindo também o lazer (AMARAL, 2018).

### 3.2 Os agricultores familiares da margem esquerda do Rio Tocantins em Cameté- PA

Os agricultores familiares estão predominantemente localizados na zona de terra firme, conforme descrito na diferenciação dos sistemas agrários. Esta categoria emergiu de forma gradual com a expansão dos rios em direção às estradas e ramais. Organizam-se em pequenas vilas familiares e comunidades rurais, ocasionalmente estendendo suas atividades para áreas de várzea. A base do seu sistema de cultivo é principalmente a mandioca, destinada à produção de farinha, sendo o principal produto alimentar e comercial. Além disso, cultivam permanentemente pimenta-do-reino e praticam cultivos agroextrativistas de frutíferas, além da criação de pequenos animais. Utilizam também espécies vegetais como a ucuúba (*Virola surinamensis*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), piquiá (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pres) e andiroba (*Carapa guianensis*). Recentemente, outras atividades foram introduzidas, como a produção de hortaliças e piscicultura em tanques escavados, impulsionadas pela atuação incentivadora da APACC.

---

<sup>5</sup>Retirado de: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/rede-do-pescado/atividade-pesqueira/modalidades-de-pesca/pesca-continental>.

<sup>6</sup> Armação feita com varas ou pedaços de madeira, usados em forma suspensa, na qual se utiliza uma base de madeira para produção de hortaliças, ervas medicinais e temperos, geralmente ficam próximos as residências para facilitar o acesso a determinado alimento e ao manuseio da produção.

### 3.3 Breve descrição das comunidades rurais

As comunidades rurais do Caripi e da Fazenda, que fazem parte desta pesquisa, estão localizadas no distrito de Juaba (ao sul do distrito sede de Cametá) na margem esquerda do município de Cametá, a cerca de 14 km da sede do município. As comunidades são acessíveis por meio de transporte disponibilizado pelos próprios moradores, uma espécie de transporte coletivo alternativo rodoviário por estrada de chão o “ramal” com qual o estado de conservação considerado bom (cerca de 20 minutos de viagem da sede do município). No entanto, durante o período de inverno amazônico, com a intensidade das chuvas, fica numa condição muito ruim para os moradores. Outra forma de acesso é por via fluvial, pelo rio Tocantins (cerca de 1 hora de viagem da sede do município).

#### **Comunidade do Caripi**

A comunidade tem o nome de Caripi porque segundo alguns moradores mais antigos e com base no livro da história da comunidade escrito por Geisinaldo Henriques Siqueira o lugar tinha muita a existência da árvore castanha-do-pará e tinha também a presença de araras que através de seu bico forte conseguia quebrar o ouriço da castanha em cima das árvores e ao quebrar emitia o som de “caà”, então o ouriço se partia, e as castanhas caía entre os galhos de árvores emitindo um outro som “riiiii” e quando o ouriço caía sob o solo emitiu outro som “pi”, surge então a junção das sílabas ca-ri-pi.

A comunidade foi fundada no ano de 1979, o número de famílias no ano de 2022 era de aproximadamente 126 famílias. As famílias que fundaram a comunidade vieram de distritos de Cametá como: Juaba, uxipiari, mendaruçu, pacovatuba e de outras ilhas e do interior do município de Oeiras, segundo Seu José Garcia coordenador geral da comunidade.

Na margem do rio Tocantins são construídas residências familiares erguidas em palafitas na beira do rio, na sua maioria de madeira, que se “ligam” pelas pontes que são erguidas também em madeira, para os moradores se locomoverem entre as residências, existem pequenos estabelecimentos comerciais, barracão comunitário, escolas de ensino fundamental e igrejas católicas e evangélicas, assim como associações comunitárias, áreas de lazer, cultivo agrícola e criação de animais domésticos.

Em cada residência possui seu próprio “porto” conhecido como trapiche localizado em frente à moradia, que se estendem até o rio servindo de ponto de apoio para as embarcações da família e para o embarque e desembarque das pessoas e das mercadorias e produtos que chegam e/ou saem da residência. No trapiche também fica guardado as embarcações das famílias.

## **Comunidade da Fazenda**

A comunidade tem o nome de Fazenda, pois era conhecida pela forte criação de gado, formando grandes fazendas na localidade. Essa criação de gado era utilizada como gado de corte para a venda de carne e transporte de pessoas e produtos até a sede do município de Cametá e/ou outras comunidades próximas. A fundação da comunidade foi nos anos 70, o número de famílias no ano de 2022 é de aproximadamente 80 famílias, segundo uma das lideranças e um dos fundadores da comunidade Seu Raimundo Rodrigues.

A comunidade é atravessada por uma estrada de chão, conhecida como “ramal” (apresentado na figura 33), construído nos anos 90, e a ponte sobre o igarapé do Una que dá a divisa entre a comunidade do Caripi. As residências famílias estão localizadas a beira do ramal, sendo suas casas de alvenaria e madeira. Após a construção do ramal, facilitou para os moradores o acesso até a sede do município de Cametá, num trajeto de em torno de trinta minutos, para casos de emergência de saúde e para escoar a produção agrícola.

## **Caracterização dos tipos de sistema de produção**

A totalidade dos entrevistados podem ser classificados como agricultores familiares, na qual o trabalho é quase exclusivamente familiar conforme o Guia Metodológico INCRA/ FAO (GARCIA FILHO *et al.*, 1999). Trata-se então de produtores do mesmo tipo de unidade de produção adotando sistemas de produção diferentes.

### **O campesinato da várzea**

*“é difícil encontrar palavras que captem melhor os desafios e as potencialidades analíticas envolvidas no estudo das regiões de várzea da Amazônia. Um lugar, um mythos, a várzea é uma paisagem em todos os sentidos da palavra” (RAFFLES, 2019, p. 17).*

Na várzea foram identificados quatro tipos produtivos, caracterizados como Sistemas de Produção Agroextrativistas. O sistema de produção tipo 1- Sistema de Produção Agroextrativista Tradicional é praticado por ribeirinhos que possuem como principais atividades o manejo do açaí para obtenção do fruto, extrativismo vegetal, a pesca e captura de camarão nos rios. Esses produtores se caracterizam por propriedades familiares pequenas com áreas que variam entre de 6 a 10 hectares.

Dispõem de utensílios e ferramentas artesanais como: o matapi<sup>7</sup>, a malhadeira, rede para a atividade de pesca e a facção, machado, enxada para o manejo do açai, tendo como mão-de-obra essencialmente familiar.

Essas atividades produtivas são, sobretudo, para o autoconsumo, intuindo garantir a base de sua alimentação, características das comunidades ribeirinhas. O excedente é comercializado na feira local do município de Cametá. Contudo, podemos observar o interesse das famílias em desenvolver outras atividades produtivas para não ficar dependendo somente das atividades agroextrativistas.

O sistema de produção tipo 2- Sistema de Produção Agroextrativista com especialização no açaí é praticado por ribeirinhos que possuem como principal atividade o manejo do açai tanto para obtenção do fruto quanto do palmito tendo como objetivo a comercialização. Esses produtores se caracterizam por propriedades familiares maiores do que a de tipo 1, com áreas variando em torno de 10 a 16 hectares. Dispõem de utensílios como motosserra, machado, facção e enxada para o manejo do açai, tendo como mão-de-obra familiar e quando necessária contratada.

O sistema de produção tipo 3 - Sistema de Produção Agroextrativista com especialização na piscicultura é praticada por ribeirinhos que possuem como atividades todas do tipo 1 e 3, com a inclusão da atividade da piscicultura. Com propriedades familiares maiores do que o tipo 2 entre 15 a 20 hectares. Dispõem dos mesmos utensílios do tipo 2, tendo como mão-de-obra familiar, e quando necessária, contratada.

A atividade da piscicultura foi implantada pelos ribeirinhos fortemente pelos cursos de formação promovidos pela APACC, com o objetivo diversificação do sistema produtivo nas várzeas como “um complemento no alimento e no trabalho”. A escolha e construção do viveiro requer uma série de cuidados que envolvem a época, a topografia e a hierarquização dos rios (SILVA JUNIOR, 2016). A construção dos tanques ou viveiros é feita de forma manual em tanques escavados como uma variação de espécies de peixes criadas, como: tambaqui, pirabanha, tambatinga, dentre outros.

O sistema de produção tipo 4 - Sistema de Produção Agroextrativista Diversificado é a representação mais diversificada praticada pelos ribeirinhos, além de possuírem todas as atividades dos tipos 1, 2 e 3 nesse tipo também há pequenos cultivos podendo ser caracterizados como Sistemas Agroflorestais (SAF's), com consórcio de frutíferas e espécies florestais e os jiraus. Nesse tipo as áreas das propriedades familiares são maiores do que no tipo 1, 2 e 3 variando em torno entre 15 a 30 hectares. Os cultivos são tanto para autoconsumo como para a comercialização. Dispõem dos mesmos utensílios dos tipos 2 e 3 tendo como mão-de-obra familiar e quando necessário contratada.

---

<sup>7</sup>Armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia.

## **O campesinato da Terra firme**

Na terra firme, foram identificados dois tipos produtivos. O sistema de produção tipo 1- Sistema de Produção Tradicional, é praticado por agricultores familiares que possuem como principais atividades o extrativismo vegetal de frutíferas, castanhas e espécies florestais e a produção de mandioca para o beneficiamento de seus derivados a exemplo da farinha muito consumida na região amazônica. Essa produção é tanto para autoconsumo, como para comercialização na feira local do município de Cametá. Esses produtores se caracterizam por propriedades familiares pequenas variando em torno de 6 a 10 hectares. Com utilização de utensílios tradicionais como: enxada, facão e machado.

O sistema de produção tipo 2- Sistema de Produção Diversificado é representado pelos agricultores familiares mais diversificados, muito também pela forte contribuição da APACC, com o cultivo das hortaliças (alface, couve e cheiro-verde - composto por cebolinha e salsa), SAF's e piscicultura em tanques escavados. As áreas das propriedades também são maiores: variam de 10 a 40 hectares. Com utilização de utensílios tradicionais como: enxada, facão, machado e equipamentos mecânicos como a motosserra.

## **Os ribeirinhos e os agricultores familiares e as contribuições para o Bem-viver**

Segundo Carlos Marés (2017), a modernidade expulsou a natureza do convívio humano. Os animais foram domesticados, os rios canalizados, o solo asfaltado ou cimentados, ambientes foram artificializados. Tais alterações são oriundas de uma lógica desenvolvimentista cujo objetivo é o progresso, o desenvolvimento econômico e a humanização daquilo que é natural.

Em tempos de crise climática global, os Sistemas Agroalimentares baseados nos saberes tradicionais de indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos apresentam-se como uma alternativa aos grandes projetos modernos e modernizantes para a Amazônia. É nesse sentido que a caracterização dos diferentes Sistemas Agroalimentares desvela não só a diversidade produtiva desenvolvida pelos ribeirinhos e agricultores familiares, mas também a capacidade de se adaptar (ou adaptar a si) as transformações históricas que ocorrem globalmente sem renunciar seus saberes endógenos ou assumir uma lógica produtiva ambientalmente nociva, trazendo importantes reflexões para a construção ou reconstrução do bem viver.

Nas últimas décadas surgiram na América Latina mudanças civilizatórias no modo de viver de indígenas equatorianos e bolivianos. Nesses países o Viver Bem pode ser interpretado como *Sumak kawsay*, *Buen Vivir* no Equador ou *Vivir Bien* na Bolívia, que busca uma nova forma de vida e um novo modo de desenvolvimento de civilização.

Embora o conceito de bem viver não esteja presente no vocabulário das famílias entrevistadas nesta pesquisa, tampouco sua teoria seja conhecida por estes não quer dizer que sua concepção não esteja presente ali, pois como destaca Acosta (2016, p. 32) “o Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza”.

Nesta perspectiva, o Bem Viver não é algo pronto e acabado, mas um processo que se constrói de forma dinâmica (como é a vida), conforme salientam Alcântara e Sampaio (2017, p. 236) “para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, no qual surgem modos de vida, expressões, como arte, dança, música, vestimenta, etc.”

Os diferentes tipos de Sistemas Agroalimentares desenvolvidos pelos ribeirinhos da margem esquerda do Rio Tocantins exemplificam a capacidade adaptativa e a conciliação entre conhecimento tradicional e conhecimento científico oriundo de projetos desenvolvidos na região, além da produção de alimentos cujo objetivo é o autoconsumo, mas também a venda. Em outras palavras, os ribeirinhos constroem suas estratégias de bem viver adaptadas às condições locais, sua cultura, seu modo de vida, mas ao mesmo tempo adaptam outros conhecimentos (como o conhecimento científico) aos seus interesses.

Ao mesmo tempo em que não renunciam sua participação no mercado, por onde trocam parte de sua produção, os ribeirinhos não o transformam em fim último, mas o utilizam como uma estratégia de garantir seu *bem viver* e garantir as necessidades que não são supridas diretamente com os produtos ou recursos produzidos endogenamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os sistemas agroalimentares desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, não apenas fornecendo alimentos, mas também moldando nosso ambiente, economia e até nossas próprias culturas. No entanto, a forma como esses sistemas são estruturados pode ter profundas implicações para o bem-estar das pessoas e do planeta. É nesse contexto que o conceito de “bem-viver” surge como uma abordagem holística e sustentável para a relação entre seres humanos, meio ambiente e alimentos. Quando relacionado aos sistemas agroalimentares, o bem-viver implica uma série de princípios e práticas. Primeiramente, promove a soberania alimentar, dando às comunidades a autonomia sobre seus próprios sistemas de produção e distribuição de alimentos, em vez de dependerem de modelos centralizados e globalizados. Isso inclui valorizar e preservar as práticas agrícolas tradicionais, que muitas vezes são mais sustentáveis e respeitadas com o meio ambiente.

Além disso, o bem-viver permite a interdependência entre os sistemas agrícolas, a biodiversidade e os ecossistemas naturais. Isso significa adotar práticas agrícolas regenerativas que

regeneram a saúde do solo, promovem a diversidade de culturas e protegem os recursos hídricos e a fauna silvestre. Agricultura orgânica, agroecologia e permacultura são abordagens aprovadas com esse princípio.

Por fim, os sistemas agroalimentares aliados ao bem-viver têm o potencial de promover não apenas a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, mas também o bem-estar humano e a justiça social. Essa abordagem nos convida a compensar profundamente nossas relações com a terra, com os alimentos e uns com os outros, em busca de uma forma mais equilibrada e harmoniosa de viver e prosperar juntos.

## **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALCÂNTARA, L.; SAMPAIO, C. A. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 40, p. 231-251, 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4653458/mod\\_folder/content/0/Textos%20complementares%20-%20Bem%20Viver/Bem%20viver.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4653458/mod_folder/content/0/Textos%20complementares%20-%20Bem%20Viver/Bem%20viver.pdf). Acesso em: 05 de jul. de 2022.

AMARAL, A. J. M. S. do. **Várzea ou terra firme? a (re) produção do sistema família-estabelecimento na Microbacia do Aricurá - Cametá - Pará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

CALDAS NETO, F. R. Qualidade da água em viveiros de criação de peixe na bacia do Rio Aricurá, Cametá-Pará. *In: 28º seminário de iniciação científica na 121 UFPA/campus universitário do Tocantins/UFPA-Cametá*, 28, 2017, set. 18-19.

DIEGUES, A. C. S. A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUFUMIER, M; COUTO, V. de A. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: Edufba, 2007.

FONTOURA, A. F.; NEUMANN, P. S.; SA BRITO, A. N.. Tipologia dos estabelecimentos rurais do município de Paraíso do Sul. *In: Anais do I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar*, São Luis Gonzaga, p. 106-111, 2005.

GARCIA FILHO, D P *et al.* **Guia metodológico do Curso “Análise diagnóstico de sistemas agrários**. S/l: INCRA/FAO, 1999.

LUI, G. H; MOLINA, S. M. G. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônica-Revista de antropologia**, v. 1, n. 1, 2009.

MARÉS, C. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista de Direitos Difusos**. v.68, n.2, julho-dezembro, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/Hn8krTX9QhT3XxgW9gdHkPB/>. Acesso: 05 de jul. de 2020.

RAFFLES, H. Prefácio. *In*: Stoll, E *et al.* (orgs.). **Paisagens evanescentes**: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Belém: NAEA, 2019, P. 17-18.

SILVA JUNIOR, W. A. **A várzea está para peixe: Viabilidade socioeconômica da piscicultura praticada na Bacia do Aricurá, Cametá, Pará**. 2016. Dissertação (mestrado) Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2016.

WITKOSKI, A. C. **Terras Florestas e águas do trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Série: Amazônia: a terra e o homem. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

**INTEGRAÇÃO DA CRIAÇÃO DE ABELHAS SEM FERRÃO (MELÍPONAS) AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES: TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA DIVERSIFICAÇÃO, PRODUÇÃO DE ALIMENTO, GERAÇÃO DE RENDA E SUSTENTABILIDADE**

Lindomar de Jesus de Sousa Silva<sup>1</sup> (Embrapa Amazônia Ocidental)  
Gilmar Antônio Meneghetti<sup>2</sup> (Embrapa Amazônia Ocidental)  
Alessandro Carvalho dos Santos<sup>3</sup> (Embrapa Amazônia Ocidental)  
José Olenilson Costa Pinheiro<sup>4</sup> (Embrapa Amazônia Oriental)

**RESUMO:** A importância das abelhas nativas como polinizadores de plantas silvestres e cultivadas é reconhecida e é uma prática cada vez mais adotada pelos agricultores. O presente trabalho faz uma análise da introdução da meliponicultura em sistemas de produção de comunidades ribeirinhas e indígenas da região metropolitana de Manaus, buscando identificar as percepções do impacto dessa atividade no desenvolvimento de cultivos e polinização, com impactos positivos nos ecossistemas da comunidade e aumento da produtividade. Para alcançar o objetivo e analisar a ação de pesquisa, adotamos a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa em quatro comunidades, sendo três localizadas no município de Manaus e uma localizada no município de Manacapuru, ambas no estado do Amazonas. Como estratégia, foi utilizada a coleta de dados a campo, por meio de entrevistas, com perguntas semiestruturadas, observação e acompanhamento das atividades de campo junto aos agricultores. Como resultados, identificaram-se a melhoria da produção, a diversificação da paisagem e cores presentes nas áreas florestais, porém, em muitas comunidades, houve também um maior engajamento de jovens e adolescentes, principalmente pela facilidade e a leveza do trabalho, quando comparado a outras atividades agrícolas. Não se observou essa mesma participação entre as mulheres, pois ainda há receio em manejar as abelhas. Tais aspectos mostram a adoção da meliponicultura, abelhas sem ferrão, como uma possibilidade de incremento da produção, como também é um fator de maior coesão social e proteção aos ecossistemas das comunidades.

**Palavras-chave:** Meliponicultura; Polinização; Geração de renda; Participação dos jovens; Preservação dos ecossistemas.

## INTRODUÇÃO

Villas-Bôas (2012, p. 11) observa, em sua análise, que “um terço da alimentação humana depende direta ou indiretamente da polinização realizada por abelhas”. Essa afirmação mostra que a criação e a conservação dos habitats de abelhas são práticas cada vez mais valorizadas e incentivadas, principalmente, na diversificação e ampliação da produtividade de cultivos essenciais

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: gilmar.meneghetti@embrapa.br

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Econômicas-UFAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: Alessandrocarvalho1999@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental, Brasil, E-mail: jose.pinheiro@embrapa.br

para a alimentação humana. Para Aidar (1996, p.14) a criação e o manejo de abelhas é “vital em nossa sociedade, não apenas para a produção de mel e outros subprodutos, mas também para a manutenção da vida vegetal nos trópicos, por meio da polinização de plantas e manutenção da diversidade genotípica deste importante ecossistema”.

Freitas e Bomfim (2016, p.33) apontam que a “humanidade se encontra diante de um grande problema; como aumentar a produção mundial de alimentos em até 60% para atender à demanda de uma população crescente que chegará a nove bilhões de pessoas em 2050”. Para os autores, as pesquisas e estudos realizados nos últimos 20 anos mostram que a “polinização pode variar entre as diferentes culturas, tanto na sua forma de ação, quanto na maneira como pode contribuir para maiores ganhos de produtividade em cada espécie em particular”.

Para Freitas e Silva (2015, p.13), o Brasil é um país de “vocação agrícola” e, historicamente, “...a agricultura tem se constituído em uma das principais, senão a principal, atividade econ mica da na o. Atualmente, a agropecuária   responsável pela maior parcela do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro” e nesse “contexto, os polinizadores assumem papel de extrema importância para o país, sem falar que, com o cenário que se avizinha de redu o da produ o agrícola mundial em fun o das mudanças climáticas, a questão da segurança alimentar será crucial para a estabilidade financeira e política das na es”.

Klein *et al.* (2007) estabelecem que, aproximadamente, 70% das plantas cultivadas para o consumo humano aumentam sua produ o em decorrência da poliniza o realizada por animais, principalmente abelhas. Giannini *et al.* (2015) dizem que das 141 espécies de plantas cultivadas no Brasil – tanto com objetivos alimentares, humano, animal, como também, para biodiesel e fibras –, cerca de 60% (85 espécies) são dependentes, em certo grau, da poliniza o animal.

De Jong (2000) estimou que a valora o das abelhas nos Estados Unidos alcança um valor superior a 10 bilhões de dólares. Freitas, Imperatriz-Fonseca (2005) expõem oito culturas em que a poliniza o   importante para a produtividade e qualidade (melão, café, maracujá, laranja, soja, algodão, maça e caju), e que chegam a responder por US\$ 9,3 bilhões em exporta es; porém ainda existe pouca informa o sobre a importância dos polinizadores para as culturas agrícolas e plantas silvestres de importância econ mica ou social.

O Instituto Peabiru (2016, p. 8) apontou que as melíponas são essenciais para: 1) polinizar plantas comerciais – na Amazônia, a maioria dos grandes produtos agrícolas e não madeireiros tem forte rela o com os melipon deos. Entre estes, destacam-se as palmeiras, como o açaí (Euterpe olereacea), as castanhas como a castanheira-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), o cacau (*Theobroma cacao*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflora*), as pimentas (*Capsicum spp*) e a maioria das frutíferas; 2)

Açaí – somente no estado do Pará, a cadeia de valor do açaí movimenta anualmente cerca de R\$ 4 bilhões (cerca de US\$ 500 milhões), envolvendo mais de 300 mil pessoas [CORDEIRO, 2010]. Hoje, isso representa mais de 70% da renda de diversas comunidades tradicionais na região [CONAB, 2013]; e, 3) Cacau – para o cacau, o Pará representa 42% da produção brasileira, com 160 mil ha plantados [GOV. DO PARA, 2016].

Tabela 1 – Benefícios da polinização natural ou assistida para as principais culturas

Culturas	Benefícios
Algodão	Peso da fibra tem um acréscimo de 12 a 16% e as sementes por fruta intensificaram em 17%
Café	Com a utilização de 4 a 6 colmeias por hectare pode se ter um aumento de 25 a 30%
Caju	As plantações de cajueiros a 1 Km da reserva florestal, onde a visitação de polinizadores é maior, apresentaram maior produtividade do que áreas a mais de 2,5 km de distância
Canola	Aumento da produção de 40% a 50% com 4-6 colmeias por hectares. Duração da floração de 45-60 dias
Castanha	Cerca de 2,7 % das flores manipuladas pelos pesquisadores produziram frutos, com taxa de rejeição de 75% , enquanto 10% das flores polinizadas por polinizadores naturais produziram frutos e nenhuma rejeição foi notada após 70 dias
Laranja	Aumento de 20-30% com 4 a 6 colmeias por hectare, duração da floração, aproximadamente 30 dias
Maçã	A combinação de abelhas africanas ( <i>Apis mellifera</i> ) com abelhas sem ferrão ( <i>Melipona quadrifasciata</i> ) resultou em um aumento de 44% na produção de frutos e de 67% na produção de sementes
Melão	Em teste com a polinização adequada ( 1 colmeia de abelhas para cada 3.000 plantas) foi encontrado um aumento de até 150% no número de visitas às flores, com aumento 50% na qualidade dos frutos e de até 155 na produtividade
Soja	Dependendo do cultivar, aumento de 56%. Recomenda-se de 4-6 colmeias por hectare. Duração da floração, aproximadamente 20 dias
Tomate	As plantas de tomate podem se autopolinizar, mas quando as abelhas vêm visitar, a frutificação é aumentada em 12%. Os tomateiros são 41% mais pesados e produzem 11% a mais de sementes

Fonte: Barreto; Nordi, 2016 *apud* Rocha (2022, p.10).

Viana (2017, p. 50) afirma que mesmo diante de grandes evidências disponibilizadas pela comunidade científica sobre os “impactos causados pelas atividades humanas à perda da

biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, e os consequentes prejuízos dessa perda à qualidade de vida e à segurança alimentar global”, ainda, a incorporação desses “conhecimentos no processo político, na tomada de decisão pelos gestores e no engajamento da sociedade civil é ainda uma lacuna a ser preenchida”. Compreender a importância das abelhas para a manutenção dos ecossistemas e sua contribuição para a produção de alimentos exige reduzir cada vez mais os impactos das atividades antrópicas sobre os recursos naturais. Brown e Oliveira (2014) em estudo mostram que há relação significativa entre o desmatamento e a redução na riqueza de espécies de abelhas sem ferrão, que são essenciais para a manutenção de diversas espécies vegetais na região.

Para Thompson (2003), as alterações e a degradação dos habitats têm efeitos imediatos na conservação da biodiversidade. Kevan (1999) sistematizou três efeitos principais da destruição dos ecossistemas, em que estão os habitats dos polinizadores silvestres, a saber: 1) fontes de alimento; 2) locais de nidificação ou oviposição; e 3) de repouso ou acasalamento.

Carvalho Zilse (2019, p.1) mostra que na Amazônia há uma “vasta diversidade de abelhas nativas sem ferrão, assim como de povos amazônicos, os quais, desde sempre, convivem com estes insetos e lhes conferem diferentes nomes, valores e usos”. Diversos relatos e escritos científicos mostram que, para os povos originários, o mel e o pólen são essenciais para o preparo de produtos medicinais, como também, o consumo em alimentos diários, além de usos mais diversos na produção de artefatos para uso diário.

Na Amazônia, segundo Slaa *et al.* (2006), estudos mostram que culturas como Açaizeiro e o cupuaçuzeiro, no Pará e Amapá, possuem relação direta com os polinizadores para aumentar a quantidade e a qualidade dos frutos, além de agregar, ao mercado, valor e sabor a um produto com maior doçura e formato vistoso. Kerr *et al.* (2001) estimam que se as abelhas nativas desaparecessem, a biodiversidade local seria prejudicada, com impactos diretos de 35% a 90% das espécies de árvores que têm nas abelhas os polinizadores primários.

Para o Instituto Peabiru (2020, p.17), a meliponicultura, enquanto “tecnologia social, tem se mostrado como potencial ferramenta de suporte da gestão territorial e do desenvolvimento local, especialmente em comunidades rurais na Amazônia, na medida em que, enquanto atividade socioproductiva, que valoriza a sociobiodiversidade”, também pode contribuir para a “organização social e qualificação territorial, além de estimular o capital social. Contudo, a meliponicultura deve ser encarada como uma atividade rural complementar, assim como as demais”.

Portanto, meliponicultura pode contribuir para a continuidade do homem no campo, para ter acesso a sistemas produtivos capazes de utilizar o potencial da sociobiodiversidade local, na qual se encaixa a criação de abelhas. Para Cavalcante, Matos e Pinheiro (2009), a meliponicultura está em

consonância da realidade dos pequenos agricultores, por ser de baixo custo de implantação, manejo simplificado, empoderamento de grupos menos favorecidos, alto potencial de replicabilidade, valorização dos serviços ambientais e inclusão pelo mercado.

## **METODOLOGIA**

Segundo Ander-Egg (1978, p. 28), a pesquisa é uma ação “reflexivo sistemática, controlada e crítica”. Barros e Lehfeld (2003) consideram a pesquisa como ato da natureza humana, e visa a coleta de informações para a resolução de um problema.

A pesquisa tem objetivo exploratório e é de abordagem qualitativa. Para Barros e Lehfeld (1990, p.14), a pesquisa científica exploratória permite descobrir, explicar e compreender os fatos, contextualizando uma determinada realidade e diante de estudo sistematizado a “finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido”.

A pesquisa é a abordagem qualitativa, como expõe Creswell (2010, p. 43); ela é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Ao adotar objetivo exploratório e qualitativo, a presente pesquisa visa interpretar os acontecimentos, entender e analisar relações existentes, levando em consideração vieses, valores e interações socioeconômicas e culturais, além da liberdade para moldar as interpretações durante o estudo.

Para alcançarmos esse objetivo, adotamos a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com a perspectiva de realizar a inquirição sobre o processo de Integração da criação e abelhas sem ferrão (melíponas) aos sistemas de produção familiar de agricultores familiares amazônicos. A pesquisa foi realizada em quatro comunidades, sendo três localizadas no município de Manaus e uma no município de Manacapuru, ambos no estado

do Amazonas. A estratégia utilizada foi a coleta de dados em campo, por meio de entrevistas com perguntas semiestruturadas, observação e acompanhamento das atividades de campo junto aos agricultores, com um total de oito familiares e lideranças comunitárias que adotaram a meliponicultura em seus sistemas produtivos.

## **RESULTADOS**

Há estudos que mostram a importância da criação de abelhas sem ferrão para os indígenas, e como elas contribuem para fomentar e fortalecer a consciência ambiental na comunidade.

Rodrigues (2005) relata que os Guaranis saíam cedo para olhar e ouvir os zunidos das abelhas nas flores, e assim localizar os ninhos. Estudos etnográficos mostram que, em diversas comunidades indígenas, a importância da observação e desenvolvimento dos sentidos para a captura e o manejo dos ecossistemas para a manutenção das abelhas pelos indígenas, com objetivo de terem recursos como o cerume, utilizado na produção suas armas, na fabricação de pontas de suas flechas; como também o mel, o pólen e a cera, utilizados na sua alimentação e na fabricação de remédios (POSEY, 1990).

A introdução da meliponicultura entre as comunidades ribeirinhas e indígenas, através das ações de transferência de tecnologia, tem contribuído para desenvolver, cada vez mais, os sentidos e a relação dessas comunidades com o meio ambiente. A escuta do zunido das abelhas na madrugada, quando o agricultor ainda está na rede ou no campo, tem levado a ampliar os conhecimentos da importância da biodiversidade e, conseqüentemente, a manutenção de plantas e árvores que iram facilmente ser retiradas durante a limpeza ou a necessidade de obtenção de lenhas para a produção de farinhas e na produção de alimento. O informante O1 diz que:

“Hoje eu tenho aquela consciência, pô, essas árvores aqui são boas porque a gente tem abelha, a gente cria abelha. E aí se a gente não trabalha em cima dela, então a abelha teve um grande impacto aqui conosco. E a gente sabe que hoje a gente não faz mais o que a gente fazia de desmatamento, derrubar aquelas árvores grandes que floravam”.

O zunido e a observação passam a fazer parte do dia a dia e dos relatos dos que buscam cada vez mais identificar plantas e conservar a diversificação em suas áreas produtivas. No Amazonas, é comum o agricultor limpar seu quintal, limpando todo o verde que está ao redor da casa, deixando solo completamente nu, a ponto de ser tornar um espelho para luz solar. Um exemplo de mudança está na manutenção da planta chanana, conhecida também com o damiana, flor-do-guarujá ou bom-dia, que apesar de estudos que mostram seu potencial medicinal e comestível, nas grandes maiorias das propriedades amazonenses, é considerada mato, invasora e era eliminada junto com outras que produzem floração. Com a criação das abelhas, os agricultores passam a deixar a chanana na propriedade, como diz o informante O2: “Eu não sabia que esse mato servia. Eu sempre arrancava quando limpava o quintal. Depois vi que as abelhas visitam logo cedo. Não só abelhas, como também borboletas. E aí passei a deixar no quintal”.

Figura 1 – Manejos de melíponas nas comunidades



Fonte: Acervo Lindomar Silva, 2023.

A pesquisa já comprovou a importância das abelhas para ampliar a colheita e a produtividade. Entre os agricultores, esse serviço prestado pelas abelhas também é notado, como diz o informante O3, quando observa que “... o rendimento dos frutos que morriam, ele começou a fortalecer a árvore mesmo, ficar mais consistente, com mais resistência e dar mais fruto nas árvores que a abelha coleta o mel”

A observação da importância das abelhas na manutenção da biodiversidade das unidades familiares, como também a ampliação da necessidade de garantir uma diversidade produtiva voltada a disponibilizar produtos para o consumo e comercialização, como aqueles que não possuem objetivos de atender o interesse humano e sim o das abelhas, mostra cada vez mais a criação de uma relação de solidariedade entre humanos e abelhas.

...depois que a gente já teve nossas abelhas aqui, que a gente tem na produção, a gente viu que nossas plantações já deram uma melhorada no fruto. Porque quando ela florava, quando dava aquele fruto era pouco. E depois que a gente começou a passar a ter abelha aqui na aldeia, já modificou bastante nas floradas.

A adoção de abelhas em sistemas produtivos diversificados pode levar os agricultores a cultivar o pensamento da reflexão e da educação para alcançar a reforma da sociedade e da vida, num sentido que leva a um caminho da solidariedade e o sentimento de pertencimento para a junção dos elementos e da vida em comunhão (MORIN,2017). Essa solidariedade pode ser observada nos depoimentos do informante O4:

Então, hoje a gente trabalha ali, mas muito antes eu já trabalhava de preservar os cuidados, né? Só tirar o que vai ser preciso na aldeia, não desmatar. Se você vai desmatar, você vai ter que plantar. Então, desde o começo a gente já quase trabalhou a respeito disso, né? E agora mais, porque descobrimos que a abelhinha faz o seu trabalho.

As abelhas passam a fazer parte da vida e da família dos agricultores, criando uma conexão entre agricultor e meio ambiente. Cada uma passa a ser sentir responsável pelo cuidado com as abelhas, como mostra o informante 05:

Hoje eu já tenho outro jeito de pensar. Eu tenho ali um trabalho para fazer ali. Eu tenho que ir lá fazer. Ninguém vai me adular. Tu tens que ir lá olhar a abelha. Não. Eu já tenho. Eu tenho aquele compromisso de ir lá olhar a abelha. De ver o que tá faltando, fazer manutenção.

Com a introdução das abelhas, os agricultores passam a vivenciar novas fases, ampliar suas tarefas e, mesmo diante de tantos afazeres, há produtores sempre preocupados e lembram os filhos da necessidade de cuidar das abelhas, proteger dos insetos que atacam as colmeias.

Pra mim, esse é meu pensamento, que a abelha veio e acho que mudou muita coisa em mim, pra mim, simplesmente. Bom, pra mim, como liderança da aldeia, sendo mulher, é uma correria. Porque, primeiro, tem que cuidar de casa, segundo, as plantações, terceiro não, as reuniões fora. Mas, quando eu não vou ver a abelha, principalmente as abelhinhas que a gente tem agora, que foi como eu falei para os meninos, quando eu saio, vocês vão lá olhar como elas estão devido aos insetos. E também a alimentação, né?

A introdução das abelhas sem ferrão nos projetos junto aos agricultores permite fomentar o potencial para desenvolvimento social e econômico, além de ser uma fonte de geração de renda. Percebe-se que ao aguçar os sentidos para observar as abelhas e ampliar o sentido de cuidado, se fortalece a relação do agricultor com a natureza ao longo dos anos e promove uma reflexão sobre a degradação ambiental; isso é a sobrevivência da humanidade, assim como nos direitos e deveres de todos (BARROS, 2020).

Figura 2 – Flores e frutos onde estão os meliponários



Fonte: Acervo Lindomar Silva, 2023.

É possível observar que a criação das abelhas permite que cada agricultor e seus familiares que participam do cuidado das colmeias desenvolvam capacidades, talentos e o compromisso com o meio ambiente e com a comunidade, a partir de trabalhos coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas.

A contribuição das abelhas para o desenvolvimento do agricultor e da comunidade está em trazer para o dia a dia a perspectiva da sustentabilidade e do cuidado na perspectiva de Boff (2014, p.35) que “abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo [diz respeito a] uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. Nesse sentido, é possível pensar a propriedade, a comunidade e ações rurais numa perspectiva holística, apoiada na multidisciplinaridade e inclui a relação do ser humano consigo mesmo, com o outro e com seu meio, como também amplia o tratamento sistemático da regulação do ser humano, em sua interação com o meio-ambiente e o compromisso de proteção da vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A introdução e a criação de melíponas por meio de projetos de transferência de tecnologia, ou outras formas de introdução, promovem um impacto positivo nos ecossistemas e contribuem para o desenvolvimento agrícola das comunidades e para a natureza em sua trajetória evolutiva, assim como desperta no agricultor e nos indígenas o cuidado e maior atenção ao que se considera essencial às comunidades humanas e de todas as espécies, em especial as abelhas.

É possível perceber que o conhecimento com o manejo das abelhas baseia-se em observações detalhadas, em que as abelhas são vistas, escutadas e tocadas. É evidente que ao manejar e observar as abelhas, estas sofrem constante mudança ou adaptação e aprimoramento ligado à realidade da comunidade e ampliação do conhecimento sobre a diversidade em que as comunidades estão envolvidas.

A introdução das abelhas melíponas, por meio de projetos de transferência de tecnologia, permite transpor os limites econômicos e vislumbrar a questão da conservação e evolução dos ecossistemas complexos amazônicos, na teoria e na práxis. Nessa perspectiva, entende-se que as melíponas permitem uma discussão, que é urgente e necessária sobre a relação entre os sujeitos e a natureza, como também o debate e a necessidade de se fazer uma transferência de tecnologia que contemple a multidisciplinaridade e a visão sistêmica, superando a visão economicista e produtivista, e enfatize as dimensões ambientais, social, política e organizativa das comunidades, numa transformação, com um recorte nas mudanças do clima, na biodiversidade e na sustentabilidade.

## AGRADECIMENTO

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) – Editais: N. 005/2022 - HUMANITAS – CT&I FAPEAM

## REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

AIDAR, D.S. **A mandaçaia: biologia de abelhas, manejo e multiplicação artificial de colônias de *Melipona quadrifasciata***. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética. 1996.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990

BARROS, A. C. V. O ser humano globalizado e a sua relação com a natureza: a pauta do desenvolvimento sustentável e o estabelecimento da bioeconomia. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 38147-38161, jun. 2020. ISSN 2525-8761

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis:Vozes, 2014.

BROWN, J.C.; OLIVEIRA, M.L. O impacto da colonização agrícola e do desmatamento na composição e riqueza de abelhas sem ferrão (Apidae: Meliponini), Rondônia, Brasil. **Apidologie** **45**, [s.l.], p. 172-188, 2014. Disponível em: <https://link-springer-com.ez3.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007%2Fs13592-013-0236-3#citeas>. Acesso em: 20 mar 2024.

CARVALHO-ZILSE, G. A. Os Programas de Meliponicultura nas populações da região Amazônica. **Revista Mensagem Doce**, n.15, 2019. Disponível em: <http://apacame.org.br/site/revista/mensagem-doce-n-151-maio-de-2019/artigo-5/>. Acesso em : 15 abr 2024.

CAVALCANTE, D. G.; MATOS, L. L.; PINHEIRO, E. S. **Meliponicultura como fator de permanência do homem nas zonas de várzea do município de Boa Vista do Ramos/AM**. XIX ENGA, São Paulo, 2009

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **Importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global**, DF: 2017. 124p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORDEIRO, A de S. **Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: açaí, mandioca, pesca artesanal e pecuária**. Belém:UFRA & Instituto Peabiru, 2011.

DE JONG, David. O valor da abelha na produção mundial de alimentos. 2000, **Anais**. Florianópolis: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2000. . Acesso em: 14 abr. 2024.

FREITAS B.M. ; IMPERATRIZ -FONSECA. **A importância econômica da polinização**. Mensagem Doce, V. 80, p. 44-46, 2005.

FREITAS, Breno M; BOMFIM, Isac G. A. CAPÍTULO 2 - A necessidade de uma convivência harmônica da agricultura com os polinizadores. *In*: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS,, A. **O papel dos polinizadores na produção de alimentos e o fenômeno do desaparecimento das abelhas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017. p. 33-50.

FREITAS, Breno Magalhães; SILVA, Cláudia Inês da. O papel dos polinizadores na produção agrícola no Brasil. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DAS ABELHAS, A. **Agricultura e Polinizadores**. São Paulo - SP: [s. n.], 2015. p. 9-18.

GOVERNO DO PARÁ. Pará 2030. Belém, PA:Governo do Estado do Pará, 2016.

IMPERATRIZ-FONSECA, Vera Lucia. Avaliação Polinizadores, Polinização e Produção de alimentos da Plataforma intergovernamental de Biodiversidade e serviços de ecossistemas (IPBES). *In*: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS,, A. **O papel dos polinizadores na produção de alimentos e o fenômeno do desaparecimento das abelhas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017. p. 12-32

INSTITUTO PEABIRU. **Criação de abelhas nativas (meliponicultura) pela agricultura familiar da Amazônia - Meliponicultura legal: Campanha para o licenciamento simplificado da meliponicultura na Amazônia**. Belém, PA: Instituto Peabiru,2016. Disponível em: [https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/11/campanha\\_autorizacao\\_meliponicultura.pdf](https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/11/campanha_autorizacao_meliponicultura.pdf). Acesso em: 15 abr 2024.

INSTITUTO PEABIRU, A. **Dossiê Cadeia de Valor das Abelhas sem Ferrão da Amazônia**. Belém, PA: Instituto Peabiru, 2020.

KEVAN, P. G. Pollinators as bioindicators of the state of the environment: species, activity and diversity. *Agriculture Ecosystems & Environment*, Amsterdam, v. 74, p. 373-393, 1999.

KLEIN A-M, et al. **Importance of pollinators in changing landscapes for world crops**. *Proc Roy Soc B: Biol Sci* n.274, p. 303-313. 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 23ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária; capoeira, campos e cerrados (Kayapo). In: RIBEIRO, B. G. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. Volume 1: Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, p. 173-185, 1990.

ROCHA, Lucas Ribeiro da. **Potencialidades e desafios para adoção da polinização dirigida em cultivos agrícolas no Brasil**. Orientador: Daniel Nicodemo. 2022. 1-42 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Dracena, SP, 2022.

SLAA, E. et al. "**Stingless bees in applied pollination: practice and perspectives**." *Apidologie* 37.2, 2006.

THOMPSON, H. M. **Behavioural effects of pesticides in bees – their potential for use in risk assessment**. *Ecoto-xicology*, v. 12, p. 317-330, 2003.

VILLAS BÔAS, J. **Manual Tecnológico Mel de Abelhas sem Ferrão**. 1. ed. Brasília, DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2012.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

**AGRICULTURA FAMILIAR, PRÁTICAS PRODUTIVAS CONVENCIONAIS E SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA: O CASO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE MANDIOCA NA REGIÃO DO LAGO DO JANAUCÁ**

Lindomar de Jesus de Sousa Silva<sup>1</sup> (Embrapa Amazônia Ocidental)  
Gilmar Antônio Meneghetti<sup>2</sup> (Embrapa Amazônia Ocidental)  
Alessandro Carvalho dos Santos<sup>3</sup> (Embrapa Amazônia Ocidental)  
José Olenilson Costa Pinheiro<sup>4</sup> (Embrapa Amazônia Oriental)

**RESUMO:** O estudo teve como objetivo analisar a agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade, investigando os sistemas agrícolas convencionais e sustentáveis no Amazonas, adotados pelos agricultores no desenvolvimento de suas atividades. O estudo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a experiência da agricultura familiar na região do lago do Janauacá, envolvendo comunidades dos municípios de Manaquiri, Careiro Castanho e Careiro da Várzea - AM. A metodologia adotada é a do estudo de caso, numa perspectiva exploratória, já que busca a familiaridade com as vivências dos agricultores. No que se refere aos dados obtidos, eles mostram uma pesquisa qualitativa. Na pesquisa de campo, foram entrevistados quinze agricultores produtores de mandioca na região citada. São pequenos agricultores familiares que representam a estrutura de produção do Estado, onde os estabelecimentos de agricultores familiares representando 86,9% do total e ocupam 44% da área. O estudo mostrou uma situação socioeconômica em que os agricultores têm disponíveis poucos agentes de assistência técnica, baixo nível de organização social e, como consequência, têm dificuldades em acessar políticas de apoio à produção, à comercialização e ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Sem os instrumentos de apoio, os agricultores reproduzem os sistemas apreendidos com os ancestrais e que, com algumas modificações, poderiam ser mais rentáveis, menos penosos e com melhor produtividade no trabalho.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, agricultura familiar, sistemas convencionais, sistemas sustentáveis, organização.

## INTRODUÇÃO

Os dados do censo agropecuário de 2017-2018 mostraram que a agricultura familiar ocupa 86,9% dos estabelecimentos agropecuários do Amazonas e 44% da área. Pela importância, a agricultura familiar ocupa papel central num processo de desenvolvimento rural do Estado, assim como nos debates sobre as mudanças climáticas e a construção de modelos sustentáveis de produção

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: gilmar.meneghetti@embrapa.br

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Econômicas-UFAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: Alessandrocarvalho1999@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental, Brasil, E-mail: jose.pinheiro@embrapa.br

de alimentos, cuja principal atividade é a produção de mandioca, visando à produção de farinha, em uma abordagem comparativa da produção convencional com uma produção sustentável.

A análise apresenta indicadores socioeconômicos, considerando a diversidade das formas de produção e as suas características, bem como faz uma caracterização dos agricultores que participaram do estudo. A perspectiva do estudo é, também, fazer uma reflexão sobre os problemas socioambientais relacionados à agricultura, debatendo e apontando modelos alternativos de desenvolvimento rural. O estudo busca conectar o debate da agricultura realizada no Amazonas com o debate em curso na América Latina, que tem produzido experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis. Podemos relacionar diversos movimentos de agricultores e instituições vinculadas ao setor primário que indicam uma opção pelo desenvolvimento rural sustentável, como: agricultura de base ecológica, biodinâmica, natural, orgânica, biológica e permacultura.

Essas perspectivas estão vinculadas a princípios distintos e técnicas produtivas particulares, mas que visam à sustentabilidade dos agroecossistemas e estão em oposição ao modelo agroquímico. Nesse debate, a agricultura familiar ganhar centralidade como ator na implementação de tais concepções, que promovem o desenvolvimento econômico, a geração de trabalho e renda, assim como promove a segurança alimentar e nutricional, ela consolida e fortalece a resiliência ecológica e socioeconômica no meio rural.

A agricultura, ao longo da história, passou por diversas revoluções que levaram à redução de ambientes naturais e intensificaram a produtividade do trabalho (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A agricultura moderna surgiu a partir da década de 1950 e estava focada em um modelo tecnológico organizado com uso intensivo da mecanização de adubos minerais de alta solubilidade e agrotóxicos, e foi denominada de revolução verde (KAMIYAMA *et al.*, 2011). Desde então, a agricultura passou impactar os serviços ecossistêmicos (BARBOZA *et al.*, 2012).

Steffen *et al.* (2011) entendem que a modernização da agricultura trouxe tecnologias eficientes, elaboradas a partir de substâncias organossintéticas para o controle de insetos, plantas daninhas e fitopatógenos indesejáveis aos cultivos agrícolas, levando à expansão das áreas cultivadas em todo o mundo, bem como no aumento da produção de alimentos.

Porto e Soares (2012) expõem que com o sucesso demasiado dos insumos, com a produção de novas moléculas, ocorreu o fortalecimento das grandes indústrias de agroquímicos presentes nos dias de hoje, o que amplia cada vez mais a dependência da agricultura brasileira aos agrotóxicos. Para Carneiro *et al.* (2012), essa dependência levou o Brasil à condição de maior consumidor mundial de agrotóxicos nos últimos anos.

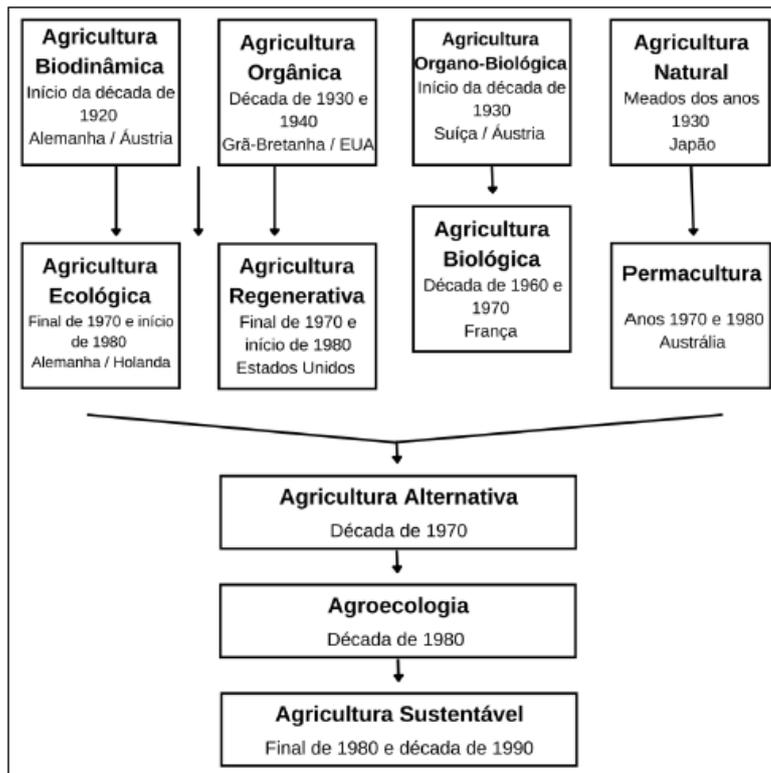
O desenvolvimento contínuo da modernização da agricultura e a incorporação de novas tecnologias geraram um crescimento econômico e tornaram o Brasil um dos principais produtores de alimento do mundo. Porém, esse crescimento pode elevar os riscos decorrentes de práticas inadequadas de manejo do solo e das culturas, desmatamento, perda da biodiversidade, salinização, desertificação (FOLEY *et al.*, 2011), como também de erosão dos solos (STOCKING, 2003) e contaminação dos recursos naturais (BARBOZA *et al.*, 2012).

Para Diaz e Rosenberg (2008), a agricultura convencional tem grande participação na poluição de recursos hídricos, como a salinidade e a contaminação por nitratos, que são os principais indicadores de poluição. Brito *et al.* (2005) entendem que o sistema convencional em determinadas condições de solo e clima, associado ao uso excessivo ou ao manejo inadequado de fertilizantes, pode levar à eutrofização de águas.

Para Porto e Soares (2012), os impactos negativos do uso de agrotóxicos incluem danos à saúde humana e o desequilíbrio ambiental, em decorrência do surgimento de novas pragas, doenças e plantas daninhas resistentes a herbicidas ou mesmo pela resistência destas. Hoje, esses impactos passam despercebidos pelos bons índices de produtividade, e acabam retardando a adoção de práticas mais sustentáveis na agricultura. Na justificativa da necessidade de ganhos econômicos e produtividade, o sistema convencional produz com a “utilização maciça de máquinas e implementos agrícolas pesados, aplicação de doses significativas de fertilizantes minerais e insumos químicos, em especial os agrotóxicos, sem a preocupação com a preservação do ambiente rural” (ANDREOLI, PHILIPPI JÚNIOR, 2021, p. 99).

Como reação ao sistema de produção agropecuário vigente, surgiram sistemas produtivos alternativos aos sistemas convencionais e à lógica da revolução verde, a saber: agricultura com base ecológica, biodinâmica, natural, orgânica, biológica e permacultura, que estão vinculadas a princípios distintos e técnicas produtivas particulares, mas que visam a sustentabilidade dos agroecossistemas e estão em oposição ao modelo agroquímico.

Figura 1 - Principais correntes de pensamento associadas à agricultura alternativa



Fonte: Adaptado de Darolt (2002) *apud* Hirozawa (2002) (p.20).

Carneiro e Maluf (2005) apontam que os agricultores familiares são essenciais na consolidação de modelos de produção que mantêm as paisagens e os recursos naturais. Para Sachs (2001, p.78), os agricultores familiares são os “protagonistas importantes da transição à economia sustentável”. Para Noda e Noda (2003, p.55), na Amazônia, a agricultura familiar tem em suas “raízes a contribuição cultural das populações tradicionais”, essencialmente das “populações indígenas”, que desenvolveram sistemas de manejo que integram a “agricultura aos diversos ambientes e recursos da região amazônica”.

Com base na abordagem de Campo (2011, p.6), é possível compreender o desafio e a necessidade de fortalecer na Amazônia processos agrícolas produtivos sustentáveis, já que “talvez em nenhum outro ecossistema, os ditames da natureza sobre a atividade antrópica sejam tão fortes”, principalmente devido à “floresta diversificada, densa e úmida, sobreviver em solos de baixa fertilidade graças a complexos mecanismos de reciclagem de nutrientes, em ciclos determinados por estações chuvosas e secas bem definidas, que condicionam o regime dos rios”, sendo que nessas condições “a retirada da cobertura vegetal implica na rápida degradação dos solos”.

Homma (2020, p.17), numa afirmação contundente, diz que na região amazônica “muito pouco existe, como padrão dominante que oriente as atividades agropecuárias, que se assemelhe à

agricultura moderna”, claro, com exceção da “borda sul e partes do leste paraense, nos quais esse padrão agrícola (soja, algodão, milho) têm se expandido”. Segundo o autor, “o Pará é um dos maiores produtores brasileiros de farinha de mandioca, mas os plantios centram-se nos pequenos estabelecimentos rurais com baixa tecnologia e formas ainda primárias de integração mercantil”.

Na Amazônia, a produção agrícola é desenvolvida predominantemente pela agricultura familiar, com características tradicionais no processo produtivo, e com foco no atendimento das necessidades da manutenção e reprodução biológica e social (NODA *et al.*, 2007). Outro aspecto muito presente na agricultura amazônica é o isolamento, marca do ambiente amazônico. Isolamento decorrente das dificuldades de acesso aos mercados, políticas e tecnologia.

Para Hurtienne (2005, p.20), o desenvolvimento com foco na agricultura amazônica precisa consolidar “sistemas de uso da terra/sistemas de produção sustentáveis adaptados às condições de produção da agricultura familiar”. As comunidades de agricultores da Amazônia, numa perspectiva observada por Almeida (2010), se apoiam nas unidades de trabalho familiar, em diferentes formas de uso comum dos recursos naturais, e não reduzem sua perspectiva à dinâmica econômica ou à relação com os meios de produção.

O presente estudo foi realizado na região do lago do Janauacá, que banha os municípios de Manaquiri e Careiro. A principal produção agrícola é o cultivo da mandioca, processada em casas de farinha flutuantes e terrestres. A mandioca processada nas casas de farinha é oriunda de sistema de produção que traz alguns elementos convencionais, principalmente o uso de insumos externos como corretivos, fertilizantes químicos e controle de invasoras com agroquímicos. Entretanto, mesmo com uso de alguns insumos modernos, não pode ser considerado ou comparado aos sistemas convencionais de outras regiões do país, e, de sistemas de produção ditos sustentáveis, devido ao seu perfil tradicional, sistema de corte e queima e que, como afirma Oliveira (2015, p.25), utilizam espécies de ciclo anual, isso é “possível dispor, simultaneamente, uma pequena área de produção e áreas de pousio, onde ocorre a recomposição dos ambientes cultivados”.

O principal cultivo é o da mandioca, espécie de ciclo anual, cultivada em pequenas áreas e que tem o pousio como principal técnica para recomposição dos ambientes cultivados. A mandioca é conhecida pela sua rusticidade e seu importante papel social e de segurança alimentar entre as populações de baixa renda e amazônicas de um modo geral. Outro aspecto que faz da mandioca um excelente cultivo para as populações locais, é a adaptabilidade aos mais diversos ecossistemas, o que lhe reserva um lugar e possibilita seu cultivo em qualquer parte do mundo (OTSUBO e PEZARICO, 2002).

A região do Janauáca tem uma diversidade étnica e de origens da sua população pela chegada dos Nordestinos a partir de 1877, que em decorrência de uma grande seca, e sucessivas correntes migratórias espontâneas dirigidas ao lago desde então (REIS, 1989, p.221), povoaram a região. Para Mourão e Masulo (2011), a região do lago Janauacá, possui diversas territorialidades organizadas pelas formas de uso dos recursos, e as suas relações de produção são os reflexos dos limites estabelecidos nas comunidades. Nesse lago, os limites de uso da água entre os pescadores que pescam para a comercialização e os que produzem mandioca e pescam para sua alimentação são bem definidos. Há Um acordo que é respeitado, surgido por causa de um confronto entre os habitantes, conhecido como a guerra do peixe<sup>5</sup>.

## **METODOLOGIA**

Para o estudo, foi proposta uma pesquisa de cunho exploratório, descritivo e explicativo com viés qualitativo e quantitativo (GIL, 2002, p.41). Os dados foram coletados juntos a agricultores familiares que usam alguns insumos externos, que fazem parte do rol de produtos da agricultura convencional, e com agricultores que desenvolvem técnicas tradicionais, produzem sem o uso de insumos, utilizam apenas os recursos disponível na própria natureza, e é considerada uma prática natural, “sustentável”.

---

<sup>5</sup> Para Soares (2005, p.3), em “Janauacá, seu paraná, igarapés e inúmeros lagos, foi palco, na década de 1980, do maior conflito que resultou em mortes, noticiado pela imprensa de Manaus como Guerra do Peixe. O episódio teve como principais envolvidos, camponeses produtores de goma de tapioca e de farinha de mandioca e pescadores da própria localidade. O objeto do conflito era uso de lagos e igarapés para a pesca feita com equipamentos inadequados, com a captura indiscriminada principalmente de tucunaré, curimatã, pacu, jaraqui e mapará durante o ano todo.

Figura 2 – Imagem do Lago do Janauacá



Fonte: Dados mapa (2024)

O *locus* da pesquisa foram as comunidades de agricultores do entorno do lago Janauacá que, segundo Erazo, Silva e Costa (2020), situa-se entre os municípios de: “Careiro e Manauquiri, ambos no Estado do Amazonas. O lago encontra-se à margem direita do rio Solimões. Este lago localiza-se, entre as coordenadas a 60° 07’ a 60° 27’ Longitude Oeste e 3° 14’ a 3° 37’ Latitude Sul”. Foram entrevistados 29 agricultores com perfil convencional e sustentável, buscando estabelecer um perfil ou aspectos que pudessem ter reflexo sobre a prática adotada.

Para obtenção da amostra, optou-se pela seleção aleatória simples, considerando a dimensão do lago, a indicação de liderança e agricultores e a disponibilidade para o fornecimento de informações, garantindo que as amostras mantivessem a natureza probabilística (VASCONCELOS, 2016).

A coleta dos dados foi obtida através de um roteiro com entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos agricultores no segundo semestre de 2022. O roteiro continha questões abertas e fechadas e com os dados coletados, traçou-se um perfil das unidades, considerando a utilização da terra, composição familiar e outros aspectos vinculados ao sistema de produção dos agricultores. No processo de pesquisa, obteve-se o apoio de técnicos de extensão rural do município do Careiro IDAM e da prefeitura.

O tratamento dos dados coletados foi realizado por meio da técnica de sistematização e análise, que, com base nas características dos dados, tem por finalidade categorizar e sistematizar a percepção dos atores frente ao objeto de estudo (VERGARA 2009).

## RESULTADO

Os dados nas entrevistas com agricultores mostram que 79% são homens e 21% mulheres que desenvolvem a atividade. Essas porcentagens indicam a presença dos homens à frente das atividades produtivas, características comuns no meio rural. Na observação de campo, é possível identificar a mulher em atividades complementares no processo de cultivo e processamento de farinha, como a raspagem das raízes e de peneirar a massa. O papel da mulher no sistema produção da farinha no lago Janauacá necessita de maiores estudos e análises. Em relação à idade, é possível identificar que 38% dos agricultores encontram-se na faixa etária de 20 a 40 anos, o mesmo que a faixa de 51 a mais de 60, que tem o mesmo percentual. Há uma presença significativa de jovens entre os agricultores que cultivam mandioca. A presença de jovens pode estar associada à quantidade de farinha de mandioca nas comunidades da região do Lago. Essa região é uma das maiores fornecedoras do produto para a cidade de Manaus, que tem um mercado consumidor de mais de dois milhões de habitantes.

A questão da educação mostra-se como um grande desafio, com 70% dos agricultores nas categorias de não alfabetizados e de ensino médio incompleto. Esses percentuais indicam a carência histórica por educação no meio rural, principalmente entre os agricultores que trabalham com uma cultura voltada para o autoconsumo, como é o caso da mandioca.

Em se tratando de renda, a pesquisa mostra que somente 35% informaram que vivem somente da renda proveniente da atividade agrícola, o que indica que a atividade é produtiva e tem condições, mensalmente, de garantir recursos necessários à manutenção e reprodução da sua família. Em contrapartida, 65% dos agricultores precisam agregar aos seus rendimentos recursos provenientes de transferências de renda, como o bolsa família, aposentadoria e renda provenientes de atividade não agrícolas, como prestação de serviços e diárias em atividades agrícolas e não agrícolas.

**Tabela 1** – Perfil dos entrevistados na região do Lago do Janauacá, por faixa etária, sexo, escolaridade e origem das fontes de renda da família, em percentual

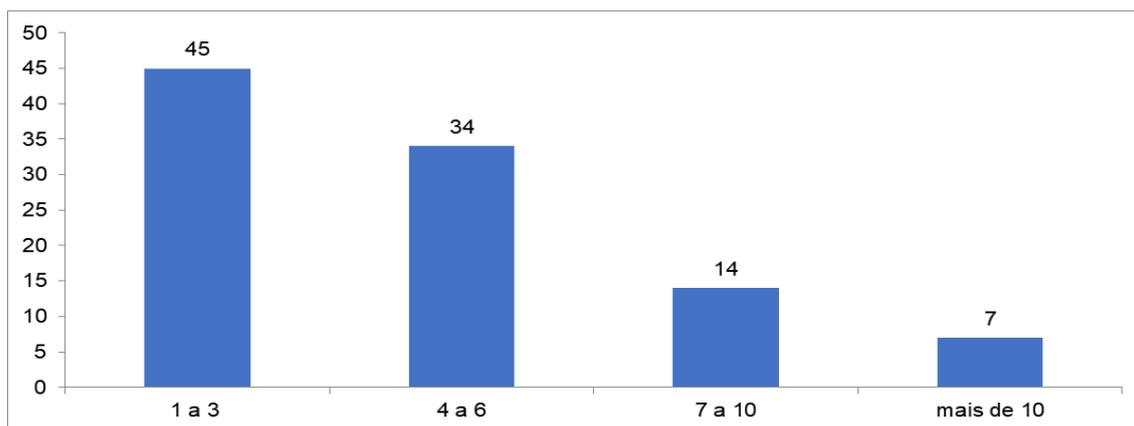
Variável	Categoria da estratificação	%
Sexo	Homem	79
	Mulher	21
Idade (faixa etária)	20-30	10
	31-40	28
	41-50	24
	51 a 60	21
	Mais 60	17

Escolaridade		
	Não alfabetizado	17
	Ensino Fundamental Incompleto	53
	Ensino Fundamental completo	14
	Ensino Médio Incompleto	10
	Ensino Médio Completo	3
	Ensino Superior Incompleto	3
	Ensino Superior Completo	0
Fonte de renda		
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa família, BPC).	40
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento.	35
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de aposentadorias ou pensões.	6
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de atividades não agrícolas fora dos estabelecimentos – trabalho assalariado ou prestação de serviços.	16
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa família, BPC); Rendas de aposentadorias ou pensões, outras rendas.	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2023

A figura 3 mostra os dados relacionados à área de terra, em hectares, destinados à produção de mandioca. A pesquisa mostrou que em 45% das unidades produtivas destinam à principal atividade de 1 a 3 hectares, o que segue um padrão estadual de áreas destinadas à cultura da mandioca nas unidades, segundo o censo agropecuário de 2017. Os agricultores que destinam entre 4 a 6 hectares chegam a 34%; de 7 a 10 hectares são 14% e mais de 10 hectares, 7%. Essa variação de tamanho de áreas para a produção de mandioca pode estar relacionada a diversos fatores socioeconômico, como: disponibilidade de mão de obra, uso de tecnologia, idade das pessoas e acesso a mercados, entre outros, porém há a necessidade de maiores estudos.

Figura 3 – Área destinada à cultura da mandioca (ha) segundo os entrevistados, em percentual

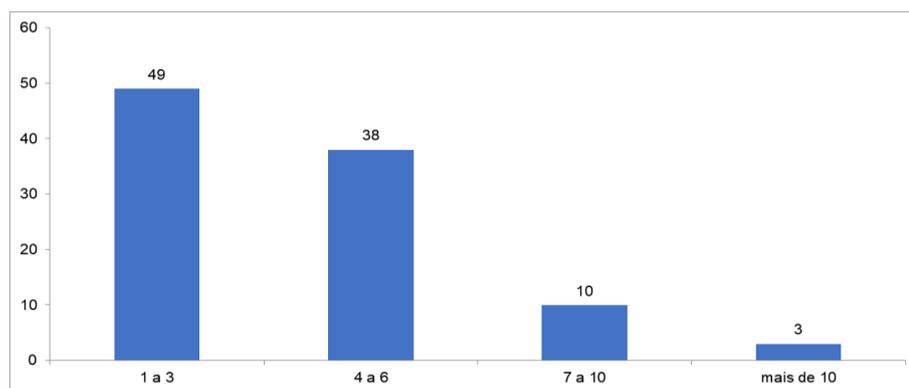


Fonte: Dados de campo coletados pelos autores, 2023.

A figura 4 mostra a quantidade de pessoas por unidade familiar que moram na propriedade e que, de alguma forma, participam das atividades produtivas. Alguns agricultores relataram que têm familiares que residem na cidade para trabalhar ou estudar. As respostas mostram que em 49% das unidades familiares dos agricultores, há de 1 a 3 pessoas na propriedade; 38% de 4 a 6 pessoas; 10% de 7 a 10; e 3% mais de 10 pessoas. Nem todos trabalham na unidade de produção. Para a produção de farinha de mandioca, há a necessidade de contratar diaristas para execução de atividades de limpeza de área, raspagem, colheita e outras práticas de produção. Alguns agricultores, sem condições de manutenção e colheita do roçado, utilizam a prática de vender o roçado, prática em que o comprador é responsável pela colheita e a produção de farinha.

O proprietário da unidade produtiva se responsabiliza pela contratação de pessoas para limpar a área e plantar, e quando o roçado fica maduro, o proprietário vende a lavoura a uma casa de farinha que, por sua vez, colhe e faz o processamento. Nessas mudanças, também encontramos agricultores produtores de farinha que têm a casa de farinha, mas não têm terra para plantio e produzem farinha com a aquisição de roçados de terceiros.

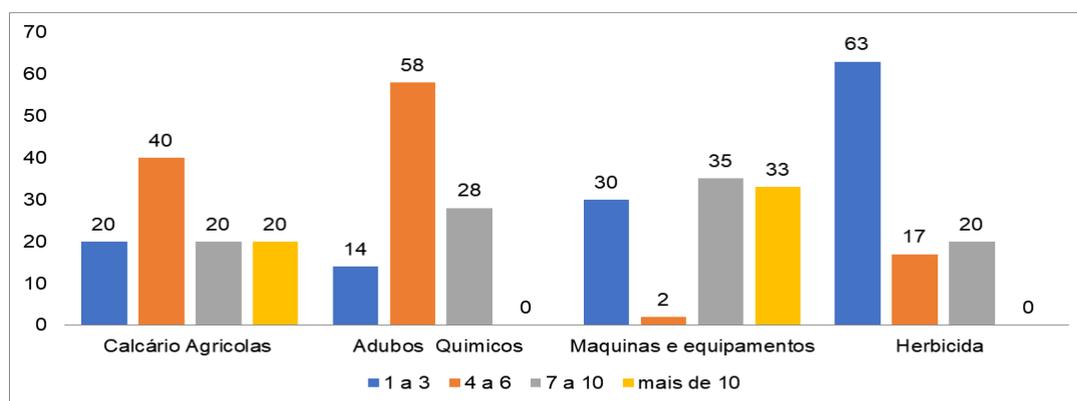
Figura 4 – Número de pessoas por unidade familiar



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2023.

Considerando o objetivo da pesquisa, que é o de identificar práticas de cultivos de mandioca, convencionais e sustentáveis, procuramos identificar que insumos externos à propriedade são adicionados ao cultivo de mandioca e qual a porcentagem de adoção dos agricultores. Nesse sentido, identificamos que os agricultores utilizam na lavoura de mandioca: 38% utilizam herbicida; 10% alguma máquina e equipamento; 24% usam adubos químicos, principalmente o fósforo e adubo formulado NPK; 7% usam esterco; e 17% utilizam o calcário. A grande maioria dos agricultores não utiliza insumos externos em seu sistema produtivo, cultivam com base em técnicas tradicionais de corte e queima, com pousio e com poucas técnicas de manejo. É preciso observar que há agricultores que adotaram a técnica do trio da produtividade, que consiste em um conjunto de boas práticas que possibilita colher mais e melhor em diferentes regiões do Brasil<sup>6</sup>.

Figura 5 - Principais insumos e equipamentos utilizados (%) dos entrevistados



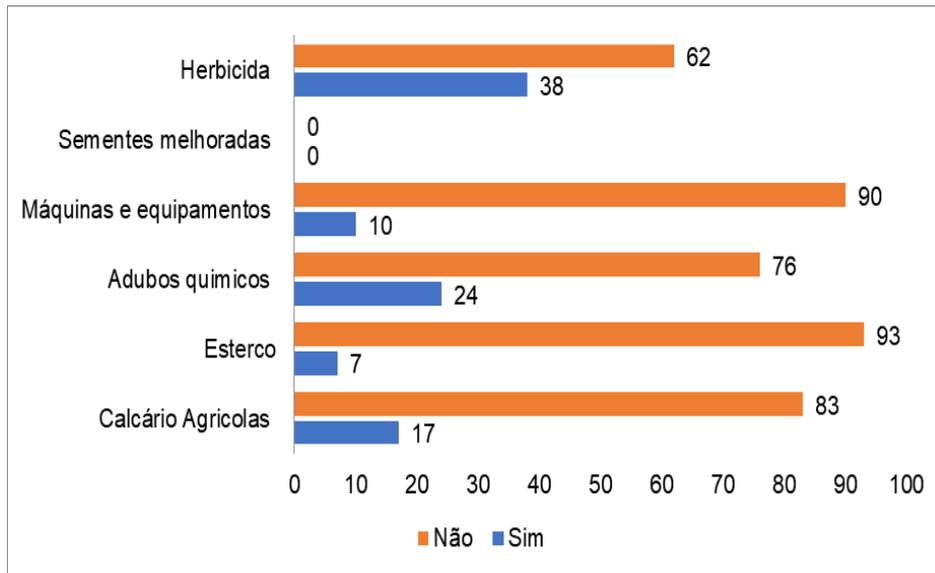
Fonte: pesquisa de campo dos autores, 2023

Analisamos alguns fatores e dados vinculados a agricultores convencionais, incluindo a utilização de calcário, adubos químicos e herbicidas, com áreas destinadas ao cultivo, número de pessoas nas unidades produtivas geração de renda.

Analisamos o número de pessoas por unidade familiar de produção. Nesse cruzamento destaca-se a utilização de herbicida (63%) entre os agricultores que possui áreas, calcário em áreas de 4 a 6, como também de insumos químicos e mais uso de maquinário em áreas maiores de 7 a 10 hectares. Esse fator indica que o herbicida pode ter sido utilizado como um fator de redução de trabalho, já a limpeza do roçado exige muito tempo e grande parte dos agricultores utilizam apenas o terçado e a enxada.

<sup>6</sup> O Trio da Produtividade na cultura da mandioca é um conjunto de boas práticas que possibilita colher mais e melhor em diferentes regiões do Brasil. As técnicas consistem basicamente na seleção de manivas-semente, plantio em espaçamento de 1m x 1m e capina durante os primeiros cinco meses após o plantio da mandioca. A inovação, tendo como base a simples adoção de tecnologias de processo, pode dobrar a produtividade dos plantios de mandioca sem aumentar o custo do produtor (<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/1712/trio-da-produtividade-na-cultura-da-mandioca>).

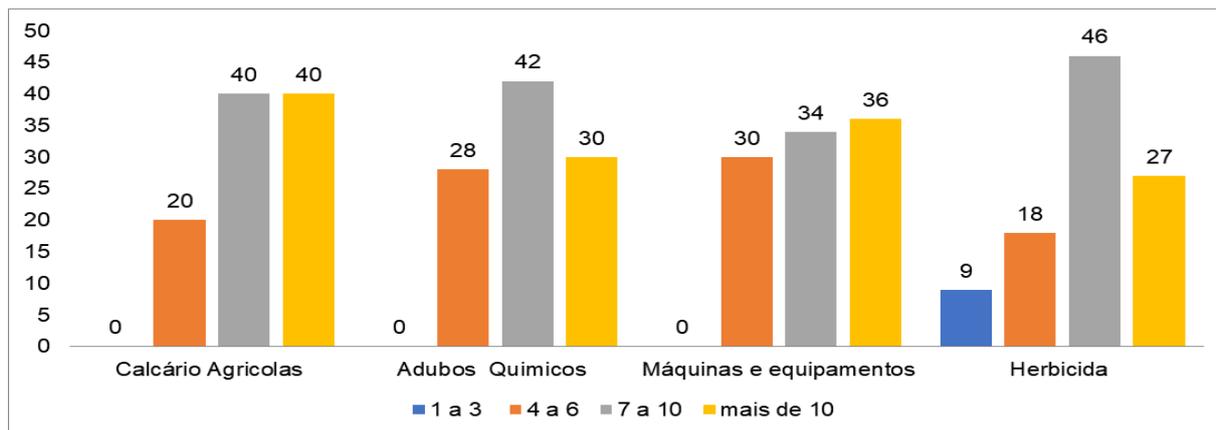
Figura 5 – Grupo de pessoas por unidade de produção e uso de e percentual de uso de insumos e máquinas agrícolas



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2023

Quando cruzamos o número de pessoas em relação à área, destacamos a utilização de insumos externos, principalmente no grupo de áreas de 7 a 10 hectares. Isso pode indicar que, na medida em que se amplia a área, o agricultor visa mais o mercado e, conseqüentemente, adiciona elementos que podem melhorar a produtividade e reduzir trabalho.

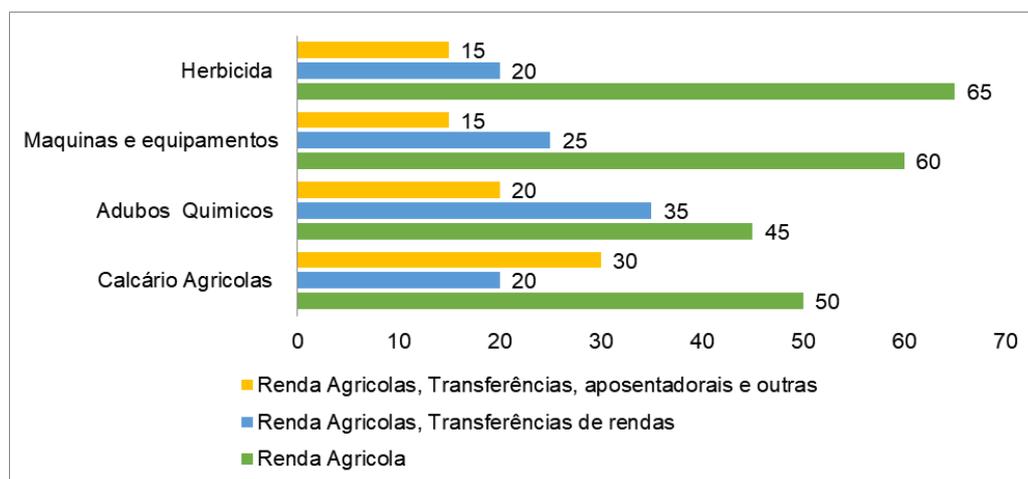
Figura 6 – Grupos de áreas cultivadas em relação ao uso de insumos e equipamento



Fonte: Pesquisa de Campo,2023

Com relação à renda, ocorre que os agricultores que declaram viver somente da renda agrícola utilizam mais insumos externos, ou adicionam fatores da agricultura convencional aos seus plantios. São os que mais utilizam herbicidas, adubos químicos calcário e equipamentos. Porém, há de se observar que a existência de outras rendas não significa o não investimento em fatores relacionados ao aumento da produtividade, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 7 – Uso de insumos e máquinas, por origem e natureza da renda



Fonte: Pesquisa de Campo,2023

Como resultado, podemos apontar que a situação socioeconômica com a ausência de agentes de assistência técnica, organizações públicas e privadas, ausência de políticas públicas de apoio à produção e a comercializam, com a concepção produtiva antagônica à conservação de ecossistemas, limitam a compreensão e adoção de práticas sustentáveis. Portanto, mesmo sem ser de forma integral, predomina a produção agropecuária de forma convencional, com destaque para o monocultivo (mandioca), com baixa utilização de insumos químicos, máquinas e equipamentos, sem orientação técnica e protocolos que reduzam os riscos aos ecossistemas do lago.

A consolidação de sistemas sustentáveis passa, necessariamente, pela participação das pessoas, por estabelecimento de metas, orientações, participação de instituições que se interessem pela temática de dinâmicas socioprodutivas sustentáveis. Além desses fatores, é fundamental o incentivo do poder público com ações direcionadas do apoio e assistência técnica, para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na agricultura familiar, propondo, implementando e executando políticas públicas direcionadas às necessidades das dinâmicas atualmente existentes, bem como para o incentivo de novas alternativas sustentáveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A agricultura na região do Janauacá, e de modo especial na produção de mandioca, tem um forte componente masculino no desenvolvimento das práticas agrícolas mais pesadas, como preparo de área, limpeza e outras práticas até a produção da farinha. Entretanto, as mulheres têm um papel fundamental no pós-colheita, principalmente no descascar das raízes e fabricação da farinha. Essa participação da mulher, às vezes, é invisível, mas é importantíssima porque o processo de descascar não é mecanizado ainda.

Os sistemas de produção desenvolvidos na região, a maior parte deles, não têm um caráter sustentável, consciente, que busca a redução de dependências externas às unidades, que tenha na pauta a preservação do solo, com processos de reciclagens de nutrientes, e preservação do solo e da água. Podemos caracterizar como sistemas tradicionais, de baixa produtividade do trabalho, que quando possível usam insumos externos e mecanizam. Usar insumos externos e mecanização não necessariamente são elementos de insustentabilidade, a questão é como ocorre. A mecanização humaniza aumenta a produtividade do trabalho.

A pesquisa mostra que para um número considerável de entrevistados, a renda agrícola não é muito elevada. Os programas de transferência contribuem significativamente com a renda familiar. E até parece lógico, quanto maior for a renda agrícola, maior é o uso de insumos e mecanização no desenvolvimento dos plantios de mandioca e produção de farinha. Há um processo de desenvolvimento da produção, de um modo convencional.

Pode-se dizer que, poucos agricultores conscientemente desenvolvem sistemas sustentáveis. Essa perspectiva de sustentabilidade precisa ser acalentada e desenvolvida pela sociedade como um todo: agricultores, instituições e poderes, pensando na autonomia.

Um aspecto importante para a mudança dos rumos dos sistemas é a quantidade de jovens que ainda têm na região. Há tempo e possibilidade de mudança.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) – Editais: N. 005/2022 - HUMANITAS – CT&I FAPEAM;

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”, in A. W. B. Almeida *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina: 101-143, 2010.

ANDREOLI, C. V.; PHILIPPI JÚNIOR, A. (ed.). **Sustentabilidade no agronegócio**. 1 ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. 806 p. (Coleção Ambiental).

ASSIS, Renato Linhares de; ROMERO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], ed. 6, p. 67-80, Jul/ Dez 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129>. Acesso em: 4 abr. 2024

BARBOZA, L.G.A.; THOMÉ, H.V.; RATZ, R.J.; MORAES, A.J. **Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica**. *Ambiência*, Guarapuava, v.8, n.2, p.389-401, 2012.

CAMPOS, Indio. A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA NA AMAZÔNIA. **PAPERS DO NAEA Nº 278**, Belém, PA, Junho 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11337>. Acesso em: 4 abr. 2024

CARNEIRO, F.F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R.M.; AUGUSTO, L.G.S.; RIZOLLO, A.; MULLER, N.M.; ALEXANDRE, V.P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M.S.C. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde - 1ª Parte**. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 98p.

DIAZ, R.J.; ROSENBERG, R. **Spreading dead zones and consequences for marine ecosystems**. *Science*, Nova York, v.321, p.926-929, 2008.

ERAZO, R. L.; SILVA, L. J. de S; COSTA, S. C. F. das C. Sociologia rural na amazônia: relação entre gênero e escolaridade de agricultores familiares no Lago Janauacá, Careiro Castanho – AM . **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n.15, p. 114- 121, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p114-121>.

FOLEY, J.A.; RAMANKUTTY, N.; BRAUMAN, K.A.; CASSIDY, E.S.; GERBER, J.S.; JOHNSTON, M.; MUELLER, N.D.; O'CONNELL, C.; RAY, D.K.; WEST, P.C.; BALZER, C.; BENNETT, E.M.; CARPENTER, S.R.; HILL, J.; MONFREDA, C.; POLASKY, S.; ROCKSTROM, J.; SHEEHAN, J.; SIEBERT, S.; TILMAN, D.; ZAKS, D.P.M. **Solutions for a cultivated planet**. Nature:Londres, v.478, p.337-342, 2011.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de; SANTANA, Carlos Augusto Mattos; NAVARRO, Zander. O desenvolvimento mais sustentável da região amazônica: entre (muitas) controvérsias e o caminho possível. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat**, Taquara/RS, v. 17, n. 4, p. 1-27, Out/ Dez 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1804>. Acesso em: 4 abr. 2024

KAMIYAMA, A.; MARIA, I.C.; SOUZA, D.C.C.; SILVEIRA, A.P.D. **Percepção ambiental dos produtores e qualidade do solo em propriedades orgânicas e convencionais**. Bragantina, Campinas, v.70, n.1, p.176-184, 2011.

MOURÃO, M. H. C.; MASULO, M. J. C. **Uma Gestão participativa no Lago Janauacá – AM -BR - Uso da Água Para agricultura**. II Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo, 2011.

NODA, Hiroshi; NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 55-66, Mar. 2003. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/559/595>. Acesso em: 3 abr. 2024

OLIVEIRA, Marcos de. Hiroshi Noda: Agricultura sustentável na Amazônia. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 227, p. 1-1, 14 jan. 2015. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/hiroshi-noda-agricultura-sustentavel-na-amazonia/>. Acesso em: 3 abr. 2024.

OTSUBO, A. A.; PEZARICO, C. R. A cultura da mandioca em Mato Grosso do Sul. In: OTSUBO, A.A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. de S. (Coord.). **Aspectos d Cultivo da Mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados/Campo Grande: Embrapa Agropecuária Oeste/UNIDERP, 2002. p. 31-47

PORTO, M.F.; SOARES, W.L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.37, n.125, p.17-31, jan./jun., 2012.

REIS, Arthur C. F. **História do Amazonas**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia. 1989. 261 p.

SACHS, I. Brasil rural da redescoberta à reinvenção. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-92, 2001.

STEFFEN, G.P.K.; STEFFEN, R.B.; ANTONIOLLI, Z.I. Contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos. **Tecnológica**, Santa Cruz do Sul, v.15, n.1, p.15-21, jan./jun. 2011.

SOARES, A. P.A. JANAUACÁ, CONFLITOS E TERRITORIALIDADES NAS ÁGUAS. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2005, Presidente Prudente,. **Anais** [...]. Presidente Prudente, [s. n.], 2005. 1-7 p. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Ana%20Paulina%20Aguiar%20Soares.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2024.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. AMOSTRAGEM E EXECUÇÃO DA SURVEY NO BRASIL. In: DWYER, Tom *et al.* **Jovens universitários em um mundo em transformação : uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. Jovens universitários em um mundo em transformação : uma pesquisa sino-brasileira.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas,2009.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

**“E A ESPÉCIE HUMANA?” TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA NA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ NO PARÁ.**

Karen Gabriely Sousa Santos<sup>1</sup> (PPGDSTU/NAEA/UFPA)  
Ligia Terezinha Lopes Simonian<sup>2</sup> (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

**RESUMO:** As trajetórias de resistência na Resex Mãe Grande no município de Curuçá centralizam-se em discursos conflitantes de 3 interlocutores diferentes. Este artigo é fruto de um conjunto de pesquisas etnográficas realizadas no segundo semestre do ano passado, e teve como objetivo principal investigar o projeto “mães do mangue”, **foram** entrevistadas duas mulheres marisqueiras e um pescador no município de Curuçá. Parte do título deste trabalho explicita uma inquietação dos usuários das Resexs “e a espécie humana? ”, essa fala foi de uma das entrevistadas da pesquisa que relatou que a entrada e saída de agências de fomento e universidades direcionam-se a pesquisas biológicas e com foco na biodiversidade marinha dos mangues. Contudo, nenhuma atenção é dada aos moradores e extrativistas que sobrevivem dos recursos naturais desses territórios. Como lente teórica utilizou-se o conceito de (re)patriarcalização do território desenvolvido por autoras equatorianas. A definição traduz as modalidades de violência entrelaçadas que se relacionam com a expansão do capital em áreas sócio ambientais protegidas pelo Estado.

**Palavras-chave:** Extrativismo; Gênero; Resistência e Desenvolvimento

## INTRODUÇÃO

O trabalho é consequência de uma série de pesquisas desenvolvidas na reserva extrativista Mãe Grande, que fica localizada no município de Curuçá no Estado do Pará no ano de 2023. A investigação concentrou-se no projeto “Mães do mangue” liderado por mulheres marisqueiras, pescadoras e extrativistas da região. A perspectiva de gênero na reprodução e desenvolvimento da comunidade foram os motes da investigação. Em conformidade com Simonian (2018) as pesquisas de campo nas Resex revelam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental.

Foram identificados conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários das Resex, seja em relação ao setor público que carece de estrutura e agentes especializados, seja na cultura predatória da extração de subsistência. A participação de associações e cooperativas tem fortalecida a demanda socioambiental do espaço. Políticas de transferência de renda com foco na perspectiva familiar e de gênero são escamoteadas, como o caso da “bolsa verde” e “bolsa escola” relatados pela moradora de Arapari em Curuperé, uma comunidade próxima ao mangue vocacionada a pesca.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (PPGDSTU/NAEA/UFPA/BR) karen.santos@naea.ufpa.br.

<sup>2</sup> Pós-Doutora pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY). Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA/BR). simonianl@gmail.com.

De acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza, 40 anos – uma das entrevistadas da pesquisa – a não possibilidade de acumulação da bolsa verde com o seguro defeso aumenta a vulnerabilidade financeira da família impactando na soberania alimentar e na sobrevivência. Com a escassez de peixe na região a pesca tornou-se mais difícil, obrigando pescadores a um deslocamento custoso para áreas mais distantes. Os impasses na gestão territorial pelas instituições públicas de controle se chocam com os interesses municipais e dos usuários da Resex. Na reserva Mãe Grande de Curuçá foram relatadas ações truculentas dos agentes do ICMBIO a pescadores curuçães.

Os impactos relatados pelos interlocutores não atingiram apenas a atividade extrativista em si, mas também a saúde mental de pescadores que adoeceram por não manusearem a tarrafa e outros instrumentos de pesca. Um caminho encontrado na mediação desse conflito foi instituído em agosto de 2023. O Plano de Gerenciamento Costeiro Integrado de Curuçá (Gerco), sancionado pela prefeitura municipal de Curuçá prevê um conjunto de atividades de caráter participativa com o foco no uso sustentável e na qualidade de vida das populações extrativistas da Resex.

Dentre os principais objetivos está a gestão territorial pelo município, já que é um território de administração federal e implica na maneira em que a gestão de recursos e políticas públicas socioambientais serão manejadas e implementadas. (Estado do Pará, 2023). Os conflitos e tensões territoriais tem atingido substancialmente a criação de novas lideranças nas Resexs. Em busca de qualidade de vida e melhor perspectiva educacional há uma fuga dos jovens usuários das unidades de conservação às cidades próximas e mais estruturadas em termos de acesso a bens, serviços e direitos. Esse cenário desfavorece uma continuidade da vida extrativista, que não só garante um uso sustentável dos recursos naturais, mas também cumpre o papel de resistência ao avanço do capital na região amazônica com a valorização econômica e socioambiental da floresta em pé.

As comunidades extrativistas da Amazônia Legal resistem ao avanço predatório do capital na região. Associações de pescadores, marisqueiras, coletores de castanhas, entre outros, têm continuamente se organizado na garantia da regularização de seus territórios. Isso a partir da valorização econômica, cultural, social e ambiental da floresta em pé. As Reservas Extrativistas (RESEX) resultam de um legado de mobilização liderado por seringueiros como Chico Mendes na década iniciada em 1980, como destaca Alegretti (2002) e Simonian (2008).

O surgimento das RESEX na perspectiva socioambiental de base comunitária foi fortemente influenciado pela participação sindical nas áreas mais profundas da Amazônia brasileira. Inicialmente, esse processo ocorreu na Amazônia Sul-Occidental, mas em seguida ele alastrou-se por toda a Amazônia brasileira. Inclusive presentemente, propostas para a criação de novas RESEX estão sendo articuladas.

Essa pesquisa foi construída a partir da disciplina “antropologia social” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFGA). A antropologia do desenvolvimento não pode ser separada do desenvolvimento antropológico, tanto no que diz respeito ao trabalho de campo quanto à capacidade de teorização dos estudos etnográficos. Como ressaltam Gardner e Lewis (1996) ao invés de ficar presa nos discursos dominantes do desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento tem que ser usada para desafiar seus principais pressupostos e representações.

Ainda segundo Gardner e Lewis (1996) a dicotomia entre “conhecimento para compreensão” e “conhecimento para ação” é equivocada. De fato, essas possibilidades no trato do desenvolvimento estão sempre interrelacionadas. Mas o que se configura como essencial nos termos de Simonian (2007) é incluir a perspectiva dos extrativistas e agroextrativistas – no caso, da Amazônia brasileira – nas discussões, nas análises e no encaminhamento das políticas e ações relativas ao desenvolvimento.

O intento do trabalho concentra-se na resistência local às atividades de desenvolvimento, o que contradiz noções estáticas e dualistas de tradicional e moderno. O aporte teórico-conceitual desenvolve-se a partir de uma pesquisa de campo no município de Curuçá, na Reserva Extrativista Mãe Grande. Ela é uma Unidade de Conservação de administração federal no bioma Amazônia de Marinha Costeira. A reserva dispõe de uma área de 37.062,00ha, instituída pelo decreto nº 4340 em 22 de agosto de 2002 (Curuçá, 2023). O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Além do decreto, a gestão da unidade dispõe de cinco portarias instituídas entre os anos de 2005 e 2020. Bem como, duas concessões de uso, uma entre órgãos governamentais e outra de concessão para a comunidade que vive do extrativismo. A concedente é o ICMBIO e a concessionária é a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG). Uma das entrevistadas desse estudo é a senhora Sandra Regina Gonçalves, liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e representante da AUREMAG.

O foco da investigação surgiu a partir da ampla divulgação do projeto “Mães do Mangue” patrocinado pela agência internacional Purpose. A agência de impacto social intermedia ações de responsabilidade e sustentabilidade entre empresas privadas e comunidades em pelo menos em sete países do mundo. O “Mães do Mangue” surge do financiamento e parceria entre Purpose e Rare Brasil. Esta última se intitula como um grupo de liderança global, na mudança da relação entre o ser humano e a natureza, com foco em projetos de aquicultura.

De acordo com o site institucional, a Rare direciona seus esforços para o estado do Pará, por este concentrar a maior quantidade de pescadores artesanais estimada do Brasil, com cerca de 224 mil pescadores ou 25% dos pescadores no país. A pesquisa de campo dispõe de duas entrevistas realizadas no município de Curuçá, mesorregião do Marajó e sede da microrregião de Salgado, entre os dias 25 e 27 de agosto desse ano. As ações de empoderamento de mulheres marisqueiras, discursos e conflitos foram o mote do trabalho.

A perspectiva teórica do capítulo caminha pelos modos de resistência das mulheres da floresta e das águas. Por isso, utilizou-se a visão conceitual de Garcia-Torres et al (2023) que constroem cinco dimensões da (re)patriarcalização do território: a) política; b) econômica; c) ecológica; d) cultural; e) corporal. A primeira diz respeito aos sujeitos políticos que tem o poder de implementar projetos extrativistas de desenvolvimento no território, essa dimensão expõe a hierarquia de gênero predominante nas instâncias políticas, no qual as mulheres têm presença insuficiente ou voz inaudível.

A não possibilidade de acumulação da bolsa verde com o seguro defeso aumenta a vulnerabilidade financeira da família, impactando na soberania alimentar e na sobrevivência. Com a escassez de peixe na região, a prática tornou-se mais difícil, obrigando pescadores a se deslocarem para áreas mais distantes o que encareceu os custos de deslocamento. Conforme o Índice de Progresso Social da Amazônia (IPS) (2023) Curuçá aparece na posição de número 252 entre os municípios da Amazônia legal. De acordo com o relatório, a “violência contra a mulher” e a “vulnerabilidade familiar” possuem altos percentuais que correspondem a violações de direitos dos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa de campo de abordagem etnográfica supõe que o escrever é tão fundamental quanto o olhar e o ouvir (OLIVEIRA, 1996). As interpretações construídas orientaram-se na realidade dos mangues e sua conjuntura espacial de sociabilidade. Como enfatiza Simonian (2018), as pesquisas de campo nas RESEX apresentam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental. Os conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários dessas Unidades de Conservação de Uso Sustentável são constantes.

Consideradas como nova modalidade de ocupação nos termos de Batista e Siomian (2013), na RESEX Mãe Grande de Curuçá vislumbrou-se a partir dos programas de crédito, novos insumos voltados às atividades produtivas e a dignidade das famílias da região, o que demarca um território em disputa. As lideranças femininas atraem a atenção de ONG e agências de fomento ambiental, sendo os trechos das entrevistas a seguir de duas mulheres residentes nessa RESEX. Uma, a Sandra

Regina Gonçalves (Imagem 1) é liderança da CONFREM e da AUREMAG e uma das idealizadoras do Projeto “Mães do Manguê”. A segunda interlocutora é Maria de Fátima Vieira de Souza (Imagem 2), marisqueira e pescadora da comunidade de Arapuri em Curuperé/Curuçá.

Imagem 1- Pesquisadoras Karen Santos e Ligia Simonian e com a entrevistada Sandra Gonçalves (imagem com referência nominal da direita para esquerda)



Fonte: Arquivo pessoal, Santos e Simonian, 2023.

Note-se que o uso da fotografia histórica e/ou atual tem sido considerada e utilizada na produção científica desde a segunda metade do século XIX. Também, essa questão vem sendo trabalhada na Antropologia Visual e na Etnofotografia desde então e no sentido de evidenciar os simbolismos e os significados das imagens fotográficas. (Simonian, 2007). Aliás, sobre a RESEX Mãe Grande e o município de Curuçá, existe toda uma produção artística e fotográfica, com destaque para o Dr. Alexandre Sequeira, a Dra, Ligia Simonian e para o Museu Virtual de Curuçá, este organizado pelo historiador Paulo Henrique.

O reconhecimento da inserção histórica da etnografia vem crescendo nas últimas décadas. Isso está associado ao recente surto de autocrítica e reflexividade da antropologia, e a críticas mais amplas à maneira como a erudição ocidental apresentou "outros" atemporais e a-históricos. É amplamente reconhecido que a cultura não existe em um vácuo, mas é determinado por, e por sua vez determina, contextos políticos e econômicos historicamente específicos.

Outras vozes foram trazidas na contextualização da pesquisa, duas delas residiam na comunidade Curuperé em Arapuri que fica distante do centro de Curuçá. Uma delas é Maria Souza, marisqueira desde os 16 anos de idade, mãe de 7 filhos. A marisqueira relatou-nos sobre as

dificuldades de viver apenas da pesca e da mariscagem na região, e do difícil acesso aos programas sociais direcionados aos trabalhadores do campo. Maria nos contou ainda, sobre a extração da raiz do mangue por uma empresa de cosméticos, que tem cooptado pescadores da comunidade.

O pescador Nilson Monteiro, marido de Maria Souza também participou da entrevista e relatou um cenário conflituoso de exploração da mão de obra de pescadores por uma empresa de cosméticos nacional. O discurso de entrada da empresa na Reserva Extrativista seria de reflorestamento e até agora nenhuma ação nesse sentido foi realizada, apenas a de extração da Raiz do Mangue.

Imagem 2 - Pesquisadoras Karen Santos e Ligia Simonian e com a entrevistada Maria Souza na comunidade Curuperé em Arapuri



Fonte: Arquivo pessoal, Santos e Simonian, 2023.

## ARTICULAÇÃO TEÓRICA

A concepção de “repatriarcalização do território” mobilizada neste trabalho dialoga com o retorno do discurso desenvolvimentista do neo-extrativismo para a Amazônia sob o contexto de reprimarização das economias latino-americanas. Os projetos de valorização econômica desse território em disputa atingem com maior brutalidade corpos feminizados que veem seus territórios expropriados de si e de suas subjetividades. (Garcia-Torres et al, 2023).

Repatriarcalizar o território caminha com a reprimarização das forças produtivas por meio de megaprojetos neo-extrativistas. Isto quer dizer que, a cada nova crise do capitalismo que converge em uma nova capacidade de adaptação a cristalização da desigualdade de gênero é agudizada na reificação de modelos patriarcais de família. Em governos progressistas por mais amplas e inclusivas

que determinadas políticas sociais possam ser, elas não conseguiram eliminar o conglomerado opressivo de classe, gênero, raça, orientação sexual etc. (Garcia-Torres et al, 2023)

No modelo neoextrativistas que avança sobre reservas federais no Brasil o espólio dos afetos é dividido entre corpos que cuidam de outros corpos que são explorados. Como discutido pelas autoras o conceito de repatriarcalização do território é o modo de nomear o entrelaçamento de violências nos territórios tradicionalmente ocupados por uma comunidade que maneja o extrativismo como “bem-viver” (Gudynas e Acosta, 2011).

Os autores destacam cinco dimensões imbricadas na repatriarcalização do território: a) política; b) econômica; c) ecológica; d) cultural; e) corporal. Juntas formam um mecanismo interseccional de percepção das violências em territórios explorados pelo neoextrativismo. A dimensão política salienta os privilégios de determinados sujeitos na construção do poder decisório, Estado, empresas nacionais e transnacionais ditam o controle político dos projetos de exploração dos recursos naturais. A maneira de persuasão dessas instituições promove a desarticulação coletiva dessas comunidades.

A dimensão econômica reordena as economias locais, substitui a coleta de subsistência por uma lógica de mão de obra masculina assalariada. De acordo com Campanario Baqué e García Hierro (2013) os homens nessa comunidade começam a trabalhar em cargos temporários, não qualificados e muitas vezes em condição de exploração. As mulheres por sua vez são excluídas do processo de coleta uma vez que o modelo de exploração se centraliza na força produtiva masculina.

Excluídas dos empregos e da subsistência a partir dos recursos naturais as mulheres são apartadas de sua autonomia e ficam reféns dos salários de seus maridos. Como destaca Federice (2019) “a família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho...” (Federice, p.73, 2019). O neoextrativismo contribui para agudizar as diferenças estruturais de sobrevivência entre mulheres e homens no espaço das comunidades como na Reserva Extrativista Mãe Grande em Curuçá no Pará.

No âmbito da dimensão ecológica um dos impactos destacados pela teoria é a ruptura com os ciclos de reprodução da vida, rios poluídos, solos contaminados, desmatamento. A subsistência dentro da RESEX fica ameaçada. Nesse ponto, é crucial distinguir o extrativismo como subsistência e extrativismo de commodities realizados por empresas transnacionais. A primeira relaciona-se com o decreto pela União para garantir a proteção dos manguezais e dos territórios (político-administrativo, físico-ambiental, socioeconômico e cultural) das comunidades tradicionais. (Associação dos usuários das reservas extrativistas marinhas do estado do Pará – AUREMS, 2023).

A segunda se enquadra na concepção de exploração indiscriminada dos recursos naturais, prioriza a reprimarização do território e esvazia a concepção de subsistência da comunidade. É esse extrativismo de commodities o responsável pela captura do trabalho gratuito e subvalorizado realizado pelas mulheres. Na dimensão cultural, o discurso da fatura de mão de obra atrai uma massa pessoas que passam a ocupar e reconfigurar o território. As dinâmicas de relacionamento transformam o lazer e os espaços de convivência em lugares masculinizados propícios ao consumo de bebidas alcólicas e ao consumo da prostituição de corpos femininos.

A dimensão corporal congrega a extensão do território por meio das subjetividades que o habitam. A violência de instituições externas na captação dos recursos naturais disciplina e impõe sanções que reverberam nas comunidades tradicionais. O agravamento de estereótipos sexistas, racistas, capacitistas, classistas denotam o controle nocivo sobre os corpos a partir do neoextrativismo. As dimensões conglomeradas da repatriarcalização apontam para um movimento perigoso na América Latina, o de reconfiguração das relações de poder em função de megaprojetos extrativistas.

Como destacado por García-Torres, Vázquez, Hernández e Jiménez (2023): “o conceito de repatriarcalização do território procura desenvolver a ideia de que: capitalismo, colonialismo e patriarcado estão intrinsecamente relacionados”. A RESEX Mãe Grande em Curuçá no estado do Pará é um retrato de um território em processo de “repatriarcalização”, dessa maneira interseccionar as opressões e violências é uma estratégia para pensar a transição para uma sociedade pós-extrativista e/ou no fortalecimento do extrativismo de base comunitária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A igualdade de gênero é uma das metas da quinta ODS, e por isso, é interessante atentar-se para o contexto de inclusão de atores sociais antes marginalizados. As “ações afirmativas para as mulheres dos povos e comunidades tradicionais”, faz parte das atividades do projeto “Direitos humanos das mulheres indígenas e quilombolas: uma questão de governança!”, que atualmente é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas, do Governo da Noruega.

Dessa maneira, o gênero é fator relevante ao ser relacionado com o desenvolvimento de um país, seja por se conectar com o alcance dos direitos civis e políticos ou por enfatizar as taxas de direito social e econômico. É indiscutível na literatura sobre desenvolvimento humano que o investimento nas mulheres e a sensibilidade ao gênero oferece um caminho a longo prazo. E segundo Alaei, Akgüngör, Chao W-F et al. (2017) e Rankin (2001), isso ocorre principalmente em relação à saúde, a educação e o desenvolvimento local.

O projeto “mães do mangue” surge a partir de uma proposta intermediada pela Rare Brasil entre a agência Purpose e a Sandra Gonçalves da AUREMAG de Curuçá. A Rare desde 2017 desenvolve pesquisas sobre o pescado e o camarão na RESEX Mãe Grande. A partir de 2019, o grupo começou a instrumentalizar a Associação incentivando um “clube de poupança” na comunidade. Sobre o Projeto “Mães do Mangue”, Sandra Gonçalves ressaltou que: “E aí a Monique me ligou, ela disse “Sandra” tem uma ONG elas são só de mulheres, não tem homem dentro da ONG, o nome é Purpose elas querem ser madrinhas de vocês”. (Gonçalves, 2023)

Sandra Regina (2023) pontuou que toda e qualquer ação desenvolvida na RESEX por grupos ou instituições de fora devem dar um retorno à comunidade:

O que é que a gente está mais discutindo né, que realmente quem está fazendo os estudos que faça a devolutiva dentro do processo para comunidade onde você está fazendo o trabalho, para a Associação está dando espaço e no conselho que é o lugar maior. O que importa é a base, a base que está ali, eles que são os guardiões, eles que protegem, no dia a dia.

Os guardiões referidos pela Sandra são as marisqueiras, pescadores e demais comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem da RESEX. A liderança ressaltou a maneira em que os laços foram estreitados com a RARE. (Gonçalves, 2023)

[...] nós conhecemos a rare em 2012, nós conhecemos Rare lá no Rio de Janeiro e a Rare foi e pediu uma reunião com o ICMBio e fez um termo de cooperação técnica com o ICMBio e com a CONFREM nacional para descer para a instituição. Aí foi feito todo esse processo e nós ficamos aguardando, aí eles optaram pelo pelos seis Estados. Sendo que dois eram da Amazônia legal e os três já não eram da Amazônia Legal. Que já pegava Santa Catarina, só que o início da “Rare” aqui eles começaram assim com a pesquisa. Fazendo um Trabalho aqui em Curuçá com o camarão, com uma espécie. E aí começamos a questionar assim, não, vocês começaram errado não era, para vocês terem começado com essa espécie. Era para terem começado sim, mas com a espécie humana, começar um processo todo com os humanos, no caso quem degrada não é caranguejo não é o camarão, somos nós humanos. Somos nós que fazemos a pesca totalmente errada, somos nós que muitas das vezes fazemos a pesca predatória porque essa foi a cultura que saiu de pai para filho e hoje ainda existe essa cultura, então não era dessa forma para ter começado, foi embate.

A liderança ressaltou a entrada da agência de maneira lateral, no que diz respeito ao desenvolvimento dos moradores da comunidade. Essa percepção revela que, a entrada nas RESEX se dá em função da natureza e da biodiversidade que habitam os mangues. Instituições de pesquisa, de estudo e desenvolvimento concentram-se na espécie animal e nos potenciais recursos residentes no maretório<sup>3</sup>, o que escamoteia a comunidade e as necessidades de aprendizado. Como ressaltado por

---

<sup>3</sup> Denominação dada pela comunidade aos movimentos das “mares”. O território é classificado de maretório pois é atingido pelas marés.

Sandra existe uma cultura arraigada no manejo dos animais, e que fere o ideal de sustentabilidade reafirmados no mundo. A educação ambiental voltada à comunidade seria uma das formas de desenvolvimento local e comunitário nas palavras dela.

Sandra (2023) compartilhou a instrumentalização do pescado realizada pela agencia a partir de um aplicativo de monitoramento da economia familiar. Não foi questionado quem era o desenvolvedor do aplicativo e se a Rare teria acesso aos dados privados de cada pescador. Identificar isso na pesquisa torna-se relevante pois o monitoramento individual de algum modo chega como informação a agencia. De acordo com Sandra, o Estado nunca apresentou essa alternativa tecnológica de controle do escoamento da pesca no município, e que para eles era um ganho importante. Fora o aplicativo o clube de poupança também é uma ação coordenada desenvolvida pela Rare no município.

O projeto, de acordo com a entrevistada, se configura em uma rede de pessoas – principalmente mulheres – que se reúnem para conjuntamente guardar dinheiro em uma espécie de “caixinha”. Quando perguntada sobre de quem foi a ideia do clube de poupança Sandra (2023) foi taxativa “Foi esse grupo da rare, já veio de lá com ideia, aí vai até 50 reais o valor individual. Tem o poupar dinheiro individual e tem um poupar coletivo que é o do lanche da reunião, se eu poupo 10 reais no individual aí eu poupo cinco para o coletivo” (Gonçalves, 2023).

A partir daí indaga-se por quê o gerenciamento da pesca possui recursos tecnológicos no monitoramento e escoação da produção, mas o clube de poupança é gerenciado exclusivamente pelas lideranças femininas e organizado de modo manual? A palavra empoderamento, por exemplo, surge a todo momento durante a entrevista. A partir dessa lógica a pesquisadora Katharine Rankin (2001) faz a seguinte pergunta ao analisar o microcrédito voltado mulheres agricultoras do Nepal: “how can microcredit then operate as a governmental strategy through which this particular political rationality is exercised on the social body?” (Rankin, p.352, 2023).

Como pensar a ruptura da hierarquia de gênero a partir de uma política que delega ao mercado o empoderamento econômico e consequentemente social? A luz do recurso do microcrédito a subjetividade particularmente feminina seria a responsável pelo desenvolvimento coletivo de uma sociedade civil. Ainda de acordo com Sandra (2023):

Aí quando foi em 2021 uma coordenadora de uma, também de uma associação, que ela se diz empresa elas são só de mulheres e aí elas conheceram a presidente a Monique Galvão, e elas perguntaram a Monique se ela não conhecia grupos de mulheres que elas queriam ajudar de alguma forma. Eles não iriam dar o dinheiro por dar o dinheiro, eles queriam que aquele dinheiro fosse investido em alguma coisa, e aí ela disse que ela tinha 12 filhas, porque ela se dizia mãe das Resexs.

A ideia do “dar dinheiro por dar” como ressaltado destaque o investimento que a “agência Purpose” fez na RESEX a partir da liderança e da história de vida das mulheres marisqueiras. Ao financiar o projeto a agencia teria – como de fato teve – acesso aos resultados do investimento e utilizaria – como de fato utilizou – as imagens de execução. Bem como a construção de relatórios de reponsabilidade social compartilhados com a empresas que compram o serviço da agência.

Durante a entrevista a presidente da AUREMAG destaca que liderou durante a execução do projeto 700 mulheres das 12 Reservas Extrativistas da região. A campanha “Mães do mangue” foi definida pelas lideranças femininas da Reserva e expressou a atuação das mulheres na proteção do maretório. A definição do nome e do projeto demarcou a atuação e o investimento da agência internacional. Dessa maneira, um livro de receitas desenvolvida nas 12 unidades foi produzido, a produção traz fotografia e texto culinário sobre a cultura alimentar nas unidades a partir da extração de mariscos, camarão, caranguejo, sarnambi, turu e demais outras espécies que demarcam a sobrevivência nos mangues da Amazônia.

A produção foi conduzida por entrevistas, filmagens e montagens dos cardápios em cada unidade, e o investimento foi feita atrelado a uma mútua divulgação de acordo com a Sandra, isto é, a agencia divulgou os livros e a produção de minidocumentários em seu site institucional e as mulheres das 12 RESEX estabeleceriam uma parceria duradoura com a agencia vinculando a imagem do projeto à responsabilidade social e sustentabilidade das empresas gerenciadas pela “Purpose”.

O projeto teve como resultado o lançamento de um livro de receitas, a criação de uma logo e a gravação de um minidocumentário sobre “mulheres no mangue”. As imagens e evidências do projeto são utilizadas como propaganda por empresas parceiras da Purpose e da Rare. É necessário considerar como é transversalizada a perspectiva de gênero em ações de responsabilidade social pela iniciativa privada desde os acordos, pactos e convenções em favor dos direitos das mulheres.

O conceito de “empoderamento” e o esvaziamento dado a ele com o mote de operacionalizá-lo é um exemplo dessa transversalização instrumental. De acordo com Berth (2019) o termo “empowerment” foi criado pelo sociólogo americano Julian Rappaport em 1977 e de modo simples significaria “ganhar a liberdade e poder fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você”. (Berth, p.184, 2019). Note-se, no entanto, que um termo mais próximo com o que ocorre na sociedade amazônica é fortalecimento.

A presença da agencia na comunidade levou as autoras a uma nova interlocutora, a dona Maria Souza<sup>4</sup> de uma localidade distante do centro de Curuçá. Ela compartilhou por

---

<sup>4</sup> SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

meio de uma entrevista gravada sobre um projeto de extração da raiz do mangue capitaneado por uma empresa de cosméticos, e que tem cooptado pescadores da Região diariamente. O discurso de entrada da empresa na Reserva Extrativista seria de reflorestamento e até agora nenhuma ação nesse sentido foi realizada, apenas a de extração da Raiz do Mangue.

Nos termos de Maria de Curuperé, a associação está atuando junto com empresa em questão. O esposo de Maria, o senhor Nilson Monteiro tem trabalhado com a empresa e compartilha “essa questão da extração da raiz do mangue, eles chegam pela manhã, não pagam nenhuma diária. O discurso de reflorestamento será a partir da extração.”<sup>5</sup> De acordo com o pescador ele está fazendo parte pois tem curiosidade:

[...] na hora que dê para barrar ele será o primeiro a ser realista e dizer que não vai dá certo. Até porque nós fizemos um experimento com a “ponteira” e ela não se regenera. O Mangueiro, a raiz aérea se recompõe, mas aí temos que ver quanto tempo essa raiz vai demorar para se recompor. Daí a auremag fechou um projeto de 3 anos com essa empresa, daí eles buscaram os pescadores para trabalhar junto, ganhando uma diária de 90 reais trabalhando de 07h da manhã até 17h da tarde para ganhar isso? É um sacrifício. Começou com 5kg, 7kg, a última foi a extração de 22kg. E já estão se falando em extrair em uma tonelada, e uma tonelada e meia. O icmbio está dentro, a Sandra está dentro. “Então os poderosos aqui estão articulados e devastam o mangue dentro das suas propriedades, agora vai um pescador como eu agarrar 30 caranguejos no período de para o sustento da minha família, eles vêm logo me prender ou me desmoralizar perante a comunidade.

Nilson reafirma que o pessoal do centro é “colonizado” e que os moradores das comunidades mais distantes como Curuperé vivem à mercê das decisões da associação que administra a RESEX. Ainda de acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza – marisqueira e pescadora entrevistada na comunidade de Arapuri em Curuperé – a escassez de peixe é uma realidade frequente na região. A economia familiar se sustenta pelos auxílios governamentais, seja a bolsa escola ou seguro defeso. Mãe de sete filhos, essa interlocutora retrata a dificuldade do extrativismo de camarão e da pesca ultimamente.

Ao ser questionada sobre a variabilidade de peixe na RESEX, Maria respondeu que “[...] tem de tudo, mas agora está numa época ‘vasqueira’<sup>6</sup>. Agora a gente pega mais para comer e vende dois, três quilos e olhe lá” (Souza, 2023). Sobre o auxílio governamental, Souza (2023) expôs dificuldades

---

<sup>5</sup> MONTEIRO, Nilson. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

<sup>6</sup> Significa escassez

em acessar as políticas de redistribuição de renda; e quando perguntada se recebia algum auxílio do Estado ela respondeu: “[...] recebo e não recebo, tipo assim, a gente recebe seis meses de seguro defeso, quer dizer, foi o primeiro ano que a gente recebeu o seguro defeso. Aí recebe defeso e corta a bolsa” (Souza, 2023).

A fala da marisqueira retrata a dificuldade de várias famílias que dependem do extrativismo nos mangues. Durante a entrevista, ela contou que trabalha na pesca e na “mariscagem” desde os 16 anos de idade. Aos 40 anos, pela primeira vez ela e a família tiveram acesso ao seguro defeso, política essencial na sobrevivência de comunidades que vivem da pesca artesanal no período da piracema. Maria relatou ainda que boa parte do bolsa família é investida na educação formal dos filhos para que não vivam da pesca como os pais.

## **CONCLUSÕES**

Na RESEX Mãe Grande de Curuçá, no que se refere à dimensão política de “repatriarcalização” território, percebeu-se o confronto político entre lideranças masculinas tradicionais, e que permitem a entrada de grandes empreendimentos no município. Em algumas sondagens etnográficas realizadas no território, a seguinte frase foi ouvida: “ela está empoderada” –, essa frase na maioria das vezes era destinada para se referir à Sandra Gonçalves, liderança da AUREMAG. Essa perspectiva apresenta um choque de interesses tipicamente patriarcais no interior da RESEX.

Na dimensão econômica, o processo de reestruturação econômico foi o que se destacou das cinco dimensões, a exploração da mão de obra de pescadores na extração da raiz do mangue como relatada por Nilson Monteiro exemplifica a precarização do trabalho assalariado com o foco na reprimarização dos recursos naturais na área. A partir disso, o papel da “Rare” no território coloca-se como questionamento: se pescadores e marisqueiras estivessem em condições de segurança econômica a agência estaria tão presente? A presença da instituição converge com o contexto de vulnerabilidade da comunidade.

Na mesma proporção que o elemento econômico desponta, a dimensão ecológica se fundamenta na fala de Nilson e Maria da comunidade de Curuperé; nestes termos, a extração da raiz do mangue por uma empresa de cosméticos revela a expansão do neoextrativismo de commodities. O discurso de reflorestamento da empresa encobre a degradação do espaço. Quanto ao aspecto cultural e corporal um dos principais impactos captados é o vazio corporal e cultural, o investimento educacional nos jovens da RESEX seria a fuga do território em busca de qualidade de vida e dignidade. A valorização do trabalho reprodutivo com a educação dos filhos é a maneira que mulheres encontram para fazer ecoar a própria voz.

A participação de mulheres amazônidas – indígenas ou não indígenas – é escassa na construção de programas e projetos de desenvolvimento na região. E quando são incluídas na construção de políticas públicas, nota-se que prevalece uma perspectiva de essencialidades e idealizações do ser mulher. A exemplo, a “Rede Mães do Manguê” traduz uma participação reificada a partir do gênero, da maternidade como a característica do cuidado.

Contudo, destaca-se a escolha do nome pelas próprias mulheres do “maretório”, que tem construído a noção de desenvolvimento local a partir da perspectiva coletiva que representa seus anseios e escolhas. Como ressalta D’Incao (1997) a sociedade amazônica passou pelo processo avesso da modernização. Quer dizer que o efeito dos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado incorre em desapropriação de espaços e de redes sociais, culturais e ambientais, sem a contrapartida da reinserção concomitante em novos espaços.

## REFERÊNCIAS

ALAEI K, AKGÜNGÖR S, CHAO W-F, et al. Cross-country analysis of correlation between protection of women’s economic and social rights, health improvement and sustainable development. *BMJ Open* 2019;9:e021350. doi:10.1136/bmjopen-2017-021350.

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília, Tese (Desenvolvimento Sustentável) – UNB, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ – AUREMS (Pará) (org.). Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do estado do Pará (2023-2025). Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2023. 49 p.

BATISTA, I. M. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos Cadernos: NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, p. 203-2020, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1325>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BERTH, J. Empoderamento/ Joice Berth. – São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. p. 184 (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).

CAMPANARIO BAQUÉ, Y. & P. GARCÍA HIERRO. Empresas domiciliadas en países ratificantes del convenio 169-OIT operando en territorios de pueblos indígenas en Perú. El caso de la empresa española Repsol. Perú-Equidad/CODPI; en <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/es>.

CURUÇÁ, Reserva Extrativista Mãe Grande de. Unidades de Conservação no Brasil: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3469>> Acesso em: set. 2023.

D'INCAO, M. Â. Mulher e modernidade na Amazônia. In: ÁLVARES, M. L. M. et al. Mulher e Modernidade na Amazônia. Belém: Gepem/Cfch/Ufpa, 1997. Cap. 22. p. 4-383.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁZQUEZ, Eva; HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Extrativismo e (Re)Patriarcalização dos Territórios. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. *Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas*. São Paulo: Elefante, 2023. Cap. 1. p. 31-50. Tradução de: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M. M. Silveira, Sislene Costa da Silva.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GONÇALVES, S. R. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito do Projeto Mãe do Manguê. Curuçá, 25 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana*. Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad del Zulia, Año 16, n.º 53, p. 71-83, abr.-jun. 2011.

MONTEIRO, Nilson. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

RANKIN, K. N. Governing development: neoliberalism, microcredit, and rational economic woman, *Economy and Society*, 30:1, 18-37, 2001. DOI: 10.1080/03085140020019070.

SANTOS, D.; LIMA, M.; WILM, M.; SEIFER, P.; E VERÍSSIMO, B. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2023. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2023.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 48, n. 1, p. 118-139, 30 nov. 2018. Semestral. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58920>.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém, NAEA-UFPA. 2007. p. 25-44.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007, p. 15-52. [Fotografias].

SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

VEGÈS, F. *Uma teoria feminista da violência*. Traduzido por Raquel Camargo – São Paulo: Ubu Editora, 2021.



GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

## A AÇAIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O CAMINHO REVERSO DA FLORESTA ANTROPOGÊNICA

Edivandro Ferreira Machado<sup>1</sup>(UFPA)

Leonardo de Carvalho Brandão<sup>2</sup>(UNICAMP)

Jakson da Silva Gonçalves<sup>3</sup>(UFPA)

**Resumo:** Este estudo suscita discussões acerca da avassaladora açaiização da Amazônia, fazendo um paralelo com a floresta antropogênica, em época de acentuação das discussões sobre conservação e sustentabilidade em decorrência da COP 30. Adota-se uma abordagem de cunho bibliográfico. Este estudo traz dois conceitos fundamentais: a "açaiização da Amazônia" e a "floresta antropogênica". Este se refere a uma floresta cultivada e manejada por indígenas pré-colombianos ao longo de milhares de anos, resultando em uma floresta biodiversa e culturalmente enriquecida. Aquele, por outro lado, diz respeito a um fenômeno contemporâneo oposto, caracterizado pelo aumento da produção de açaí em grande escala, levando à homogeneização da floresta e causando impactos sociais, ambientais e culturais, nem sempre benéficos às populações, territórios e culturas locais. A "Floresta antropogênica" revela como as práticas ecológicas indígenas contribuíram para o aumento da biodiversidade florestal ao longo do tempo, enquanto a "açaiização da Amazônia" reflete a influência do mercado global na transformação da paisagem amazônica em monoculturas de açaí. Isso resulta na perda de autonomia das populações locais sobre seus territórios e na destruição do meio ambiente. Hoje é possível reconhecer outras populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas que contribuem para a conservação da Amazônia, muitas das quais têm muito a ensinar à sociedade capitalista, sobretudo que é possível fazer um caminho reverso da açaiização da Amazônia.

**Palavras-chave:** açaiização; floresta antropogênica; Amazônia; conservação; biodiversidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo transita por referenciais que abordam os conceitos de "açaiização da Amazônia" e "floresta antropogênica". Este diz respeito a uma floresta cultivada e manejada por indígenas pré-colombianos por milhares de anos, de maneira que a floresta se alterou sem, contudo, deixar de ser floresta. Ou seja, a "Amazônia tornou-se 'antropogênica' - a um só tempo cultural e natural, consequência de uma relação integrada: o Homem e Floresta, na qual a ação de um não anula a do outro" (Pardini, 2020, p. 1).

Quando essa floresta se "torna outra", ela e suas árvores se tornam artefatos vivos que contam, na contemporaneidade, a história do passado das populações amazônicas e de como esses

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: edivandro22ferreira@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, UNICAMP, Brasil. Email: leonaldocarvalho123@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: jaksonsg95@gmail.com.

grupos humanos transformaram pontos da floresta em locais biodiversos. Desse modo, é possível detectar “transformações primárias da paisagem, onde enriquecimento em espécies resultaram em melhorias ambientais, não degradação” (Balée, 2008, p. 9).

Por outro lado, o outro conceito aqui sustentado, a açaiização da Amazônia, opõe-se à floresta antropogênica, haja vista que não tem a ver com enriquecimento, diversidade e biodiversidade do bioma, e sim com o oposto disso: com a homogeneização da floresta. Açaiização é um evento que tem feito o caminho inverso, tem levado ao empobrecimento da floresta, tem desencadeado problemas de natureza diversa, perpassando aspectos ambientais, sociais e culturais, gerando impactos imediatos na vida de populações amazônicas, reiteradamente não salutares.

Isso acontece porque os açaiuais, que antes respeitavam o tempo da natureza, passaram a sofrer grandes e constantes interferências humanas para se aumentar, ano após ano, a produção de açaí, que cada vez mais adentra os fluxos comerciais dentro e fora do Brasil. Isto é, precisa-se, a qualquer custo, aumentar essa produção para atender uma demanda de mercado, seja aumentando os açaiuais, seja suplantando a biodiversidade local, seja explorando mão de obra barata.

Nesse contexto, autores como Fonseca (2020) argumentam que o açaí está seguindo o caminho para se tornar uma *commodity*. Isso se deve à crescente transformação na forma do seu cultivo. Anteriormente, os açaizeiros cresciam naturalmente nas florestas de várzea, porém, atualmente, há um esforço para que sejam cultivados em larga escala em diferentes ambientes, passando por modificações e adaptações para se ajustarem a outras condições ambientais. O autor também observa que o açaí costumava ser uma cultura extrativa, agora está se tornando cada vez mais semelhante a um monocultivo.

Em vista disso, este estudo tenciona suscitar discussões acerca da avassaladora açaiização da Amazônia, em época em que muito se discutirá conservação e sustentabilidade em decorrência da COP 30, marcada para acontecer, pela primeira vez, nessa cobiçada região latino-americana. Com isso, faz-se um paralelo com a floresta antropogênica, um ideário global, realidade amazônica. Para que se alcance esse objetivo, este estudo traz uma abordagem de cunho bibliográfico (Macedo, 1994).

## **2. A AMAZÔNIA ANTROPOGÊNICA**

Muitos discursos contemporâneos sobre a Amazônia são similares aos encontrados nos relatos de cronistas e de viajantes do século XVI. No Novo Mundo, o imaginário do colonizador europeu ganhou vida ao se deparar com a Amazônia rica, viva e biodiversa, ao passo que se criou noções trivializadas sobre a região ao ponto de reduzi-la a inferno verde, grande vazio demográfico, região folclórica, com pessoas selvagens. Essa visão deturpada desconsidera as relações sociais

amazônicas, considera o espaço sem as relações humanas (Gondin, 1994; Oliveira, 2001; Soranz, 2010).

Essa construção do pensamento social sobre a Amazônia, na contemporaneidade, é reproduzida pelas grandes mídias, artistas e até no meio acadêmico. Assim, em muitos casos, divulga-se uma Amazônia pensada por outros, e, por consequência, há uma autoexotização (Belluzzo, 1996; Soranz, 2010). No caso dos estudos que buscam entender o processo de ocupação da Amazônia, do uso e domesticação de plantas, construção e modificação de paisagens, muitos ainda usam conceitos, informações e até métodos do Velho Mundo (Fausto; Neves, 2018). No entanto, a busca para entender as relações entre ambiente, sociedade e cultura nessa região não é tarefa fácil e é repleta de incertezas, dada a sua complexidade (Menezes; Lopes, 2018). Contudo, é possível considerar e compreender partes dessa Amazônia como sendo laboratórios abertos, a exemplo dos quintais, locais de experimentações contínuas, envolvendo as relações históricas entre humanos e não humanos, humanos e plantas, como mostram Leitão-Barboza *et al.* (2021).

A vida humana na Amazônia não começou em 1500 com a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, tampouco com a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492, ao continente americano. Nessa direção, diferentes grupos indígenas ocuparam a Amazônia há milhares de anos. Eles não apenas habitavam a região, mas também cultivavam e exploravam uma variedade de plantas para diversos fins. Essa interação humana com o meio ambiente resultou em mudanças duradouras nas paisagens, algumas das quais ainda são evidentes até hoje (Lima, Costa, 1997; Shepard Jr *et al.*, 2020). Com isso, o conceito de "terra preta" é um marcador cultural significativo deixado pelos povos indígenas, diz respeito aos solos férteis de origem antropogênica, e são importantes para entender o passado e a formação das paisagens amazônicas (Shepard Jr *et al.*, 2020), além de indicarem processos de domesticação de culturas vegetais (Clement *et al.*, 2010).

Na contemporaneidade, autores como Magalhães (2016) destacam que boa parte da floresta amazônica é de origem antrópica, portanto, produto da ação humana. A domesticação de inúmeras espécies pelo Homem evidencia um domínio dele sobre elas (Allaby *et al.*, 2014). Essa domesticação, que levou a mudanças duradoras nas paisagens amazônicas, soa como se o Homem tivesse dominado a natureza. Entretanto, a domesticação, como colocada, parece involucrada por uma *Grande Narrativa* que se criou (Santos; Soares, 2021). Conquanto, a depender de quem olha, como olha e por onde olha, ela, a domesticação, parece violenta. Por outro lado, outros autores enfatizam que “não houve um processo crescente ou progressivo de dominação e controle dos humanos sobre as plantas, tal como descrito pela Grande Narrativa” (Santos; Soares, 2021, p. 284), desenrolou-se, na verdade, idem, um

cultivo que não necessariamente requeria uma domesticação, existiu uma domesticação sem agricultura e, ainda, manejo de vegetais sem carecer de um cultivo (Shepard *et al.*, 2020).

Avultando a discordância, não necessariamente um desprezo ou supressão à domesticação, conceitos outros têm sido propostos, tendo como exemplo o conceito de *familiarização*, sustentado por Carlos Fausto e Eduardo Góes Neves (2018); *antidomesticação*, recentemente discutido pela Manuela Carneiro da Cunha (2019), e, também, *contradomesticação*, debatido por Miguel Aparicio (2021).

O conceito de "familiarização", proposto por Fausto e Neves (2018), oferece uma perspectiva interessante e diferente do conceito tradicional de "domesticação" ao discutir a relação entre os seres humanos e as plantas, por exemplo. O conceito de familiarização reconhece a complexidade das interações entre os indígenas e as plantas ao longo do tempo. Ao adotar essa abordagem, é possível compreender as plantas não como recursos a serem manipulados/dominados, mas como partes das relações humanas e dos espaços sociais. Isso implica reconhecer como os povos indígenas percebem as plantas e os animais como semelhantes, atribuindo-lhes agência e reconhecendo a floresta como sujeito. Essa perspectiva holística ajuda a entender melhor a complexidade das relações humanas com o meio ambiente na Amazônia, permitindo apreciar as diferentes formas de conhecimento e sabedoria indígenas que têm sido moldadas ao longo de milhares de anos de interação com o ambiente natural.

À medida em que esses povos se deslocavam, elas atribuíam memórias aos lugares e adquiriam novos conhecimentos e experiências (Bowser; Zedeño, 2009), pois o conhecimento tradicional é altamente dinâmico (Cassino *et al.*, 2021). Isso resultava em mudanças nas paisagens, na domesticação e manejo de plantas, variando de acordo com as diferentes culturas humanas. No contexto contemporâneo, essas plantas e paisagens domesticadas representam artefatos culturais que refletem os conhecimentos e hábitos alimentares de cada cultura.

Destaca-se, também, o trabalho de Shock e Moraes (2019). O conceito de inclusão, conforme adotado pelos autores, sugere que o processo de construção, uso e modificação das paisagens na Amazônia é cumulativo, pois cada grupo que interagiu com a paisagem contribuiu para a sua formação e transformação, enriquecendo-a ao longo do tempo.

Com isso, é fato que os *sistemas de produção de alimentos*, desde os mais simples, ocasionaram grandiosas transformações nas paisagens amazônicas. E por isso não existe um inferno verde, uma mata virgem; existe uma floresta antropogênica, resultado da ação humana. E, nos últimos 35 anos, principalmente a Arqueologia, Ecologia Histórica e a Antropologia têm mostrado,

por meio da descoberta de matas culturais e de solos antropogênicos, que essa floresta virgem é um mito (Pardini, 2020). Esse autor ainda ressalta que:

O que houve na Amazônia, durante toda a sua longa história pré-colonial, não foi a clássica antropização dos espaços naturais, a Cultura suplantando a Natureza de modo violento e irreversível, com base na pura e simples ‘negação da floresta’. O que houve foi o aparecimento, a invenção de uma autêntica ‘cultura da floresta’, isto é, a transformação cultural da floresta, o seu ‘cultivo’, sem que ela deixasse de ser floresta. Isso aconteceu porque, nas sociedades indígenas da planície amazônica, prevalece, não a relação sujeito-objeto, antropocêntrica, de poder e dominação, mas a relação entre sujeitos, humanos e não humanos, baseada na troca e na reciprocidade. De fato, sabe-se que essas sociedades conferem aos animais e às plantas, via de regra, os caracteres subjetivos da pessoa humana: consciência de si, motivações, afetos, capacidade comunicativa e sociabilidade e, com eles, estabelecem relações de pessoa para pessoa (Pardini, 2020, p. 2).

Falar em *floresta antropogênica* é reconhecer que as práticas ecológicas indígenas pré-colombianas contribuíram para o aumento da biodiversidade florestal amazônica, pois suas interferências nos ecossistemas amazônicos, que não foram predatórias, levaram ao aparecimento de ilhas de recursos com alta diversidade, que receberam atenção e manejo em benefício de gerações presentes e vindouras. Assim, “os vestígios mais evidentes de cultivo humano se extinguiram, e o que resta hoje é uma porção de floresta mais rica e biodiversa, caracterizada pela alta frequência de espécies florestais úteis aos humanos” (Pardini, 2020, p. 3).

### **3. A Açaização da Amazônia**

A Amazônia vem passando por transformações há séculos. Por muito tempo, como visto na primeira parte deste texto, a relação do ser humano com essa Amazônia não era predatória. Atualmente, por outro lado, existem movimentos de grupos e de empresas, do Brasil e estrangeiros, que buscam adquirir e negociar terras amazônicas a qualquer custo, pois impera a mercantilização da natureza (Castro; Castro 2022), e há muito tempo já se violou os limites dessa natureza, como disserta Shiva (2000).

Essas terras ambicionadas podem ser direcionadas para as grandes *commodities*, que ganham mais espaços na Amazônia, ano após ano. Nesse contexto insere-se, também, o açaí e a açaização da Amazônia. Esse fruto já é apontado como uma nova *commodity* da região amazônica, e tem sua produção e área de produção aumentadas anualmente, recebendo grande influência e investimento de fora dos limites amazônicos, para atender a uma demanda global de consumo desse fruto, enquanto invade-se, transforma-se e subverte-se territórios tradicionais e corpos amazônicos.

A Amazônia Legal é conhecida por sua biodiversidade e diversidade sociocultural. Dentre os muitos recursos florestais amazônicos, o açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) se destaca, sobretudo pela importância alimentar e econômica às comunidades tradicionais e populações urbanas. De ocorrência natural, tanto em matas de terra firme quanto de várzeas e igapós amazônicos, os açaizeiros apresentam diferentes importâncias, pois não apenas os frutos são utilizados, como apontaram Jardim, Mourão e Grossmann (2004). Populações amazônicas também usam o estipe do açaizeiro na construção, as raízes têm fim medicinal e as folhas são usadas para a cobertura de casas e na construção de outros itens.

Para Enríquez (2008), a Amazônia é uma das poucas regiões do mundo que poderia retratar um modelo de exploração sustentável da biodiversidade. Muitos produtos amazônicos oriundos do extrativismo já conquistaram o mercado mundial de produtos naturais, como a borracha, a castanha-do-pará, a andiroba, a copaíba e, na contemporaneidade, o açaí. Mas nas últimas décadas, forças externas, como a pressão do mercado e programas de desenvolvimento, afetaram diretamente as estratégias de subsistências de populações amazônicas (Brondizio *et al.*, 1994).

O crescente plantio de açaizeiros nas florestas de várzea amazônicas está diretamente relacionado com o aumento da demanda nacional e internacional pelo açaí. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2020), o aumento na produção do açaí resulta sobretudo de uma combinação: do aumento de áreas cultivadas, manejadas, extrativas e do uso de técnicas de manejo que levam ao aumento da produção.

Esse aumento de áreas cultivadas e manejadas para uma maior produção do açaí tem levado à predominância do açaizeiro em muitas florestas de várzea e de terra firme. Essa dominação de apenas uma espécie (enquanto espécies outras diminuem) já foi entendida como *florestas oligárquicas* (Peters, 1992) e *açaização da paisagem* (Hiraoka, 1993), no caso dos açaizeiros (Santos; Azevedo-Ramos; Guedes, 2021), e hoje se tem falado em *açaização da Amazônia*.

Batista Calzavara, na segunda metade do século XX, já determinava que “convém ressaltar, que atualmente, a finalidade tradicional do açaizeiro como fonte exclusiva para produção do “vinho” está superada”, porque estudos passaram a ser feitos e “demonstraram boas oportunidades para seu aproveitamento integral nas indústrias alimentícias, quer humana ou animal, e as de celulose e papel” (Calzavara, 1988, p. 249). Essa colocação de Calzavara já nos dá um vislumbre do que é a mercantilização do açaí.

Em 1972, Calzavara pontuou que o açaí era importante para o desenvolvimento da região, especialmente para o desenvolvimento agroindustrial. Mas esse desenvolvimento tem feito com que

“o processo de produção, o ato de plantar e de extrair” venha se “tornando cada vez menos “artesanal” ou tradicional”, como destacam Fontes e Ribeiro (2012). Para os autores,

atualmente, o açaí faz parte de um processo industrializado, sendo em muitos casos pasteurizado, embalado e exportado para fora do Estado do Pará, ou até mesmo para outros países. Nesse cenário, observamos que a bebida do fruto, além de ser comercializada em variados pontos de venda na cidade de Belém, ganhou espaço nos supermercados, adquirindo uma nova lógica destinada à comercialização do produto que, historicamente, fez e faz parte da cultura alimentar de populações ribeirinhas, indígenas, periféricas e da maioria dos paraenses (Fontes; Ribeiro, 2012, p. 84).

Em vista disso, quando se observa a extração do açaí na Amazônia, considerando as mudanças ecológicas, sociais e econômicas, vê-se que não é apontado uma inviabilidade econômica e ambiental, isto é, não é apontado um declínio; pelo contrário, aponta-se um fortalecimento dessa extração, aponta-se que é uma atividade que tende a crescer (Marinho, 2005).

No Pará, por muito tempo, quiçá até aquela superação apontada por Calzavara (1988), a comercialização do açaí esteve relacionada com o mercado local e regional. Uma boa relação imperava entre o açazeiro e o ambiente no qual se encontrava essa ambicionada palmeira, assim como uma boa relação existia entre esses e os trabalhadores envolvidos com a cultura de comercialização do fruto do açazeiro, o açaí. Essas pessoas adquiriam conhecimentos a partir das suas relações com a natureza e o trabalho com açaí envolvia essencialmente o núcleo familiar (Fontes; Ribeiro, 2012). É válido pontuar que o consumo do açaí vem desde as populações pré-colombianas (Paula, 2007).

Não é que esses modos de trabalhar e de se relacionar com o açaí estejam perdidos e totalmente superados. O ponto é: eles estão em constante mudança, sobretudo após o açaí alcançar o *status* de produto exportável, após haver, enfim, a otimização desse recurso florestal, após a inserção de novos sujeitos, sujeitos alóctones, assim como empresas e associações que, pouco a pouco, foram se apropriando do processo de produção do açaí, inserindo “mecanismos para a exploração e o aumento da lucratividade, possibilitando mudanças, principalmente no aperfeiçoamento do plantio do fruto” (Fontes; Ribeiro, 2012, p. 89).

De acordo com Fontes e Ribeiro (2012, p. 90), “com a modernização da produção, ocorreu uma nova forma de exploração, em que a indústria passou a controlar o processo produtivo, apropriando-se de um trabalho familiar”. Os autores acrescentam que “a padronização dos terrenos passou a figurar nessa cultura comercial, em que associações e empresas se fortalecem na busca de alcançar maior lucratividade”. Essa cultura comercial chega a dominar a própria safra do açaí. Antes, o tempo da natureza ditava o período de abundância ou não desse fruto, agora, contudo, parece que

superaram a natureza, há um controle da safra do açaí, que não mais sucumbe à sazonalidade amazônica. Ou melhor, criou-se tecnologias, produtos e cultivares que mudam o processo de produção do açaí, mas toda essa aparente benfeitoria se restringe a poucos, a quem tem mais dinheiro, a quem mais lucra com o açaí, e não é mais o ribeirinho, o trabalhador, o amazônida, em seu território tradicional.

O ribeirinho, o trabalhador, o amazônida, em seu território tradicional, sente os períodos da safra e da entressafra, que representam maior ou menor período de produção do açaí, a entrada de mais dinheiro ou não, a presença de mais alimento na mesa ou não. De outro modo, as grandes empresas e produtores não mais precisam respeitar ou se limitar ao tempo da natureza. Agora eles podem ter grande produção o ano todo, produção maior que a proporcionada pela natureza, pelos ambientes naturais. Para Fontes e Ribeiro (2012, p. 90),

a produção passou a ser exercida em padrões de grande escala, voltada para atender principalmente o mercado externo, como os eixos sul-sudeste e o exterior, com destinos prioritários. O processo de produção ganhou características de indústria, e os novos sujeitos passaram a padronizar as plantações, surgindo os novos açaizais. O processo de exploração dessa atividade passou a ser exercido, na sua grande maioria, pelas indústrias de exportação do fruto, por mais que ainda coexistam as duas técnicas de exploração do açaí: extrativista e padronizada.

Por sua vez, Ferreira e Freitas (2018), a partir da análise de aspectos teóricos da teoria do desenvolvimento, questionam se é possível falar em desenvolvimento na cadeia de produção do açaí. Para os autores, a produção e a extração desse fruto já foram de natureza familiar, já imperou a família camponesa enquanto unidade de força do trabalho (Chayanov, 1996), mas tomou ares de atividade produtiva diante da progressiva procura pelo açaí nacional e internacionalmente. Em vista disso, as populações locais viram seus modos de vida sendo profundamente alterados, bem como presenciaram um expoente reforço para a produção desse fruto, para que aquela procura fosse/seja atendida.

Não há por que só falar dessa visível expansão, é preciso questioná-la e entendê-la em toda a sua magnitude e completude. Faz-se necessário, por exemplo, compreender as consequências dessa expansão progressiva para a biodiversidade local. Freitas *et al.* (2015) destacam que essas consequências são pouco conhecidas. Esses autores já mostraram que o modelo de exploração contemporâneo realizado por comunidades ribeirinhas amazônicas, mantendo uma densidade média de 200 caules/ha, reduziu em mais de 50% a diversidade de espécies arbóreas e em 63% o número de espécies pioneiras.

Por seu turno, uma pesquisa iniciada em 2013 analisou áreas na região da foz do rio Amazonas, estado do Pará, o maior produtor de açaí. Dentre os importantes apontamentos, esse

estudo mostrou que tanto a densidade quanto a riqueza de espécies arbóreas foram negativamente afetadas pelo açaí. Na concepção dos autores, a intensificação dos açais altera a estrutura de assembleias de plantas lenhosas em áreas de floresta estuarina. Eles também pontuam que com o aumento dos açazeiros por esses diferentes espaços, a abundância e a riqueza de espécies decrescem consistentemente, sendo raro a presença de árvores, pois o avanço dos açais tem levado ao empobrecimento dos ambientes amazônicos outrora biodiversos (Freitas *et al.*, 2021).

Esse empobrecimento é fruto das “exigências regionais de “crescimento econômico”, e mesmo de “desenvolvimento econômico” capitalista, (que) incorpora cada vez mais a região amazônica aos mercados, seus circuitos de produção, circulação e reprodução de mercadorias e serviços” (Costa *et al.*, 2022, p. 3), gerando profundos impactos sobre os espaços da vida (Randolph, 2018), sobre os territórios e as diferentes formas de vida que eles abrigam.

#### 4. CONCLUSÃO

A Amazônia antropogênica é cultural e natural. Recebeu interferências humanas, mas que não resultaram em sua degradação, como ocorre nas últimas décadas. Essas interferências levaram ao enriquecimento em espécies, que foi incorporado pelo próprio ambiente. Enquanto as sociedades humanas sucumbiam ao tempo por não serem eviternas, suas ações sobre a natureza foram ficando, incorporaram-se ao ambiente natural de modo que hoje se vê pontos com alta biodiversidade na Amazônia, frutos da relação não predatória Homem-Natureza.

Mas um fenômeno crescente na Amazônia tem feito o caminho reverso da floresta antropogênica: a açaiização da Amazônia. Embora seja, também, fruto da ação humana, o seu resultado não tem levado à diversidade da floresta, tem, por outro enfoque, ocasionado o empobrecimento dela. Essa açaiização está cada vez mais atrelada ao sistema capitalista hegemônico, que transforma a natureza e a força de trabalho humano em mercadorias.

Diferentes estudos já apontam que a açaiização da Amazônia tem levado à homogeneização da floresta, pois se direciona apenas a uma cultura, a mais lucrativa. Essa busca incessante pelo aumento dos açais está causando mudanças ecológicas, sociais, econômicas e culturais, nem sempre positivas. As populações locais têm perdido a autonomia sobre seus territórios, estão sucumbindo ao sistema dominante ao passo que destroem seus territórios para produzir mais e mais açaí, que está ganhando o mercado global e já se tornou uma grande *commodity* amazônica.

Compreender a Amazônia antropogênica é importante para reconhecer e valorizar a diversidade de conhecimentos e práticas indígenas pré-colombianas e contemporâneas, pois ela não apenas enriquece nossa compreensão da história humana na região amazônica, mas também pode fornecer *insights* importantes para a conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

Hoje também é possível reconhecer outras populações tradicionais, ribeirinhos, quilombolas que contribuem para a conservação da Amazônia, muitas das quais têm muito a ensinar à sociedade capitalista, sobretudo que é possível fazer um caminho reverso da açaiização da Amazônia: ao invés de transformar a floresta em monocultura, dá para manter essa floresta biodiversa, conviver com ela e usá-la para a alimentação, geração de renda, para o cuidado da saúde humana e para o bem-estar dos sujeitos humanos e não humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLABY, R. G. *et al.* Archaeogenomic insights into the adaptation of plants to the human environment: pushing plant–hominin co-evolution back to the Pliocene. **Journal of Human Evolution**, Volume 79, 2014. pp. 150-157. ISSN 0047-2484. DOI: 10.1016/j.jhevol.2014.10.014.
- APARICIO, M. Contradomesticação na Amazônia indígena: a botânica da precaução. *In: Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta.* Joana Cabral de Oliveira *et al.* São Paulo: Ubu, 2021.
- BALÉE, W. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de arqueologia**, v. 21, n. 2, 2008.
- BELLUZZO, A. M. A propósito d'o Brasil dos viajantes. **Revista USP**, n. 30. São Paulo: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996.
- BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. **The archaeology of meaningful places.** University of Utah Press, Salt Lake City, 2009.
- BRONDIZIO, E. S. *et al.* Land use change in the Amazon Estuary: patterns of caboclo settlement and landscape management. **Hum Ecol**, 22, 249–278, 1994.
- CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Açaí - Análise Mensal**, dezembro 2020.
- CUNHA, Manuela C da. Antidomestication in the Amazon. Swidden and its foes. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, 9(1), 126–136, 2019.
- CASSINO, M. F. *et al.* Archaeobotany of Brazilian Indigenous Peoples and their Food Plants. *In: Local Food Plants of Brazil* (Eds. Michelle Jacob And Ulysses Paulino Albuquerque), Springer International Publishing, 2021.
- CALZAVARA, B. B. G. Importância do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) como produtor de frutos e palmito para o estado do Pará. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE PALMITO*, 1., 1987, Curitiba. **Anais**. Curitiba: EMBRAPA-CNPQ, 1988. p. 249-260.
- CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy.** Thorner. Irwin, 1966.
- COSTA, G. S. *et al.* Economia açaiífera na Amazônia - alto crescimento, baixo desenvolvimento e declínio alimentar dos povos regionais. *In: Crescimento e desenvolvimento numa perspectiva interdisciplinar: ensaios sobre o crescimento econômico brasileiro.* Camila de Moura Vogt; André Cutrim Carvalho (org.). São Paulo: Editora Digital, 2022.
- CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açaizeiro no estuário amazônico.** Belém, FCAP. Boletim, n. 5, 1972.

- CLEMENT, C. R. *et al.* Origin and domestication of native Amazonian crops. **Diversity** 2010, 2, 72-106; doi:10.3390/d2010072.
- CASTRO, E. M. R de; CASTRO, C. P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 1, abr. 2022.
- ENRÍQUEZ, G. V. **Biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas**. 2008. 460f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2008.
- FONTES, E. RIBEIRO, F. Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 81-106, 2012.
- FERREIRA, O. B. S.; FREITAS, J. R. É possível falar em desenvolvimento na cadeia produtiva do açaí? **Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 55 – 75, 2018.
- FONSECA, R. N. **O regime agroalimentar corporativo: questionamentos sobre a materialização do açaí ultraprocessado no século XXI**. 2020. 11f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional). João Pessoa: UFPB, 2020.
- FREITAS, M. A. B. *et al.* Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forests managed for açaí fruit production. **Forest Ecology and Management**. Volume 351, 1 September, 2015.
- FREITAS, M. A. B. *et al.* Intensification of açaí palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. **Biological Conservation**. Volume 261, September, 2021.
- FAUSTO, C.; NEVES, E. G. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. **Antiquity**, 92(366), 1604-1618. 2018.
- GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. *In*: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex de (org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- JARDIM, M. A. G. MOURÃO, L. GROSSMANN, M. **Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.
- JARDIM, M. A. G. MOURÃO, L. GROSSMANN, M. **Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.
- LEITÃO-BARBOZA, M. S. *et al.* Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time. **Journal of Anthropological Archaeology**, 62, 2021.
- LIMA, R. R.; COSTA, J. P. C da. a. **Coleta de plantas de cultura pré-colombiana na Amazônia brasileira**. Parte I - Metodologia e expedições realizadas para coleta de germoplasma. Belém: EMBRAPA - CPATU, 1997. 148p.
- MENEZES, G. M de.; LOPES, R. de. F. Ambiente e processos socioculturais (re) configurando redes comunicacionais na Amazônia. **Temática**, NAMID/UFPB. Ano XIV, n. 05. maio/2018.
- MAGALHÃES, M. P. **Amazônia antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p.

MACEDO, N. D de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 59p.

MARINHO, J. A. M. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do açaí**: o caso do médio rio Pracuuba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA). 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Belém, UFPA, 2005.

OLIVEIRA, J. A de. Amazônias: sociedades diversas e culturas múltiplas. *In*: Peruzzo, Cícilia Maria Krohling e Pinho, José Benedito. **Comunicação e Multiculturalismo**. São Paulo: Intercom, Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

PARDINI, P. Amazônia indígena: a floresta como sujeito. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 1, e20190009, 2020.

PAULA, G. A de. **Caracterização físico-química e estudo do escurecimento enzimático em produtos derivados de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.)**. 2007. 89 f. Dissertação (mestrado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Tecnologia de Alimentos, Curso de Mestrado em Tecnologia de Alimentos, Fortaleza, 2007.

PETERS, C. M. The ecology and economics of oligarchic forests. **Advances in Economic Botany**, vol. 9, 1992.

RANDOLPH, R. Espaço de vida, espaço econômico e as contradições no desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 21, n. 2, dez. 2018.

SORANZ, G. Do pensamento social sobre a Amazônia. **Somanlu**, ano 10, n. 2, jul./dez. 2010.

SANTOS, E. S dos.; AZEVEDO-RAMOS, C.; GUEDES, M. C. Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24 n. 2, p. 195-221, 2021.

SHIVA, V. Recursos naturais. *In*: **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Wolfgang Sachs (editor). Vera Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime Clasen (tradutores). Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Gilton Mendes dos.; SOARES, Guilherme Henriques. A Amazônia indomável: relações fora do alcance da domesticação. **Mundo Amazônico** 12(1), 2021 | 281-300.

SHEPARD JR, G. H. *et al.* Ancient and Traditional Agriculture in South America: Tropical Lowlands. Printed from **Oxford Research Encyclopedias**, Environmental Science, 2020.

SHOCK, M. P.; MORAES, C. de P. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 263-289, maio-ago. 2019.

SORANZ, G. Do pensamento social sobre a Amazônia. **Somanlu**, ano 10, n. 2, jul./dez. 2010.



sialatufpa

[www.sialat2024.com.br](http://www.sialat2024.com.br)

Realização:



Apoio:



Parcerias:

